

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA

CLARIANE SIQUEIRA BISPO WOUNNSOSCKY

**GUATÓ: NAVEGANTE SUBLIME DESDE O MAR DE
XARAYES. O ÚLTIMO INDÍGENA CANOEIRO DE
ÁGUAS PANTANEIRAS**

CAMPO GRANDE-MS

2020

CLARIANE SIQUEIRA BISPO WOUNNSOSCKY

GUATÓ: NAVEGANTE SUBLIME DESDE O MAR DE XARAYÉS. O
ÚLTIMO INDÍGENA CANOEIRO DE ÁGUAS PANTANEIRAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação –
Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom
Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre/Doutor em Psicologia, área de concentração: Psicologia da
Saúde, sob a orientação do(a) Professor(a) Dr(a). Sônia Grubitz.

CAMPO GRANDE-MS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Católica Dom Bosco
Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

W938g Wounnsoscky, Clariane Siqueira Bispo
Guató: navegante sublime desde o mar de Xarayés: o
último indígena canoeiro de águas pantaneiras/ Clariane
Siqueira Bispo Wounnsoscky, sob a orientação da Profa.
Dra. Sonia Grubits. -- Campo Grande, MS : 2021.
110 p.


Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2021
Bibliografia: p. 80-85

1. Psicologia ambiental. 2. Psicologia étnica. 3.
Índios Guatós - História I.Grubits, Sonia. II. Título.

CDD: Ed. 21 -- 155.8

A dissertação apresentada por **CLARIANE SIQUEIRA BISPO WOUNNSOSCKY**, intitulada **“GUATÓ: NAVEGANTE SUBLIME DESDE O MAR DE XARAYES. O ÚLTIMO INDIGENA CANOEIRO DE AGUAS PANTANEIRAS”**, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi... **APROVADA**.....

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Sonia Grubits - UCDB (orientadora)
Profa. Dra. Adriana Viana Postigo Paravisini - UFMS
Profa. Dra. Heloisa Bruna Grubits - UCDB

Campo Grande-MS, 30 de setembro de 2020.

Dedicatória

A dona Sinhá (minha amada avó), por sempre estar a mim disposta a contar suas histórias de
ninar.

Agradecimentos

À minha mãe Valdiléa (orgulho de ti), ao meu pai Adauberto (saudades eternas), a meus filhos (Lavínia e Kauan), por sempre acreditarem no meu potencial, e aceitarem minha ausência.

Aos Guatós, pela existência, permanência e acolhimento.

Ao meu irmão W. Luis e minha cunhada Alessandra, pelo carinho e determinação.

Aos mestres (em especial Sonia), por sempre acolherem meus questionamentos, e embarcarem comigo nessa jornada.

A minha equipe parceira de trabalho (Paulo, Dayane, Josiane), por segurarem a firmes os dias em que tive que me ausentar.

Aos meus colegas do mestrado, pela paciência e empatia, e pela grandeza das pesquisas.

E a todos que direta ou indiretamente me auxiliaram nesta empreitada!

Grata eternamente!

Resumo

O presente trabalho trata de uma reflexão acerca do processo histórico e de formação dos indígenas, sobretudo de etnia guató. O seu mapeamento descritivo do acontecimento que perpassa pelo período colonial, e resume-se em dois capítulos, acordando com nossa historiografia, seja pela abrangência e/ ou acuidade. Tendo por objetivo geral a análise sob a ótica da psicologia ambiental e, tomando como referencial o processo de desterritorialidade, a extinção equivocada, e o significado do território para o indígena como extensão de sua identidade subjetiva, uma vez que reconhece seu local e nele vivencia ações de apropriação e apego ao lugar, graças a acuidade de sua percepção ambiental que está atenuada em valores ecológicos, para posteriormente ocorrer o processo de reterritorialização e ressurgimento do povo canoeiro, uma vez que tais temáticas abrangem a questão do regresso as terras que vinculam-se a algum significado para a etnia, dessa forma ultrapassa a reterritorialidade geográfica. Fato esse que se articula com o processo de ressurgimento. Tal ressurgimento ocorre a partir da década de 1970, por intermédio de movimentos de cunho social, quando dá início o processo de protagonismo indígena culminando na incorporação dos direitos indígenas à Constituição Federal de 1988, refutando a Lei 6.001 de 1976, conhecida como Estatuto do Índio, no qual previa a incorporação do indígena à sociedade do não índio. Com isso, ocorre o processo de extinção equivocada de várias etnias, fato que também deve ser observado como epistemicídio cultural, uma vez que sugere a dissolução de culturas existentes para uma outra cultura considerada superior.

Palavras-chave: Psicologia Ambiental; Processo Histórico; Guató

Abstract

The present work is a reflection on the historical process and the formation of the indigenous people, especially of the Guató ethnic group. Its descriptive mapping of the event that runs through the colonial period, and is summarized in two chapters, agreeing with our historiography, either by the comprehensiveness and / or accuracy. Having as a general objective the analysis from the perspective of environmental psychology and, taking as reference the process of deterritoriality, the mistaken extinction, and the meaning of the territory for the indigenous as an extension of their subjective identity, since it recognizes their place and in it he experiences actions of appropriation and attachment to the place, thanks to the sharpness of his environmental perception, which is attenuated in ecological values, to subsequently occur the process of re-territorialization and resurgence of the canoeiro people, since such themes cover the issue of returning to the lands that link to some significance for the ethnic group, in this way it goes beyond the geographic reterritoriality. This fact is linked to the resurgence process. Such a resurgence occurs from the 1970s, through social movements, the process of indigenous protagonism begins, culminating in the incorporation of indigenous rights into the Federal Constitution of 1988, refuting Law 6,001 of 1,976, known as Statute of the Indian , in which it provided for the incorporation of the indigenous into the non-indigenous society. With this, the process of mistaken extinction of various ethnicities occurs, a fact that should also be observed as a cultural epistemicide, since it suggests the dissolution of existing cultures to another culture considered superior.

Keywords: Indigenous; Environmental Psychology; Historical Process

Lista de Figuras

| | |
|--|----|
| Figura 1. Transação Pessoa Ambiente em níveis..... | 32 |
| Figura 2. Mapa de localização do Pantanal..... | 41 |
| Figura 3. Aterro MS CP – 22..... | 43 |
| Figura 4. Vasilha cerâmica utilizada para armazenar água | 53 |
| Figura 5. Arco e flechas infantis Guató..... | 54 |
| Figura 6. Família Guató..... | 56 |
| Figura 7. Família do senhor Rosário Guató..... | 58 |
| Figura 8. Variações entoacionais na língua portuguesa..... | 67 |
| Figura 9. Cacique Severo e senhora Dalva com o casal Adriana e Reinaldo Paravisini | 70 |
| Figura 10. Senhor Vicente..... | 73 |
| Figura 11. Senhora Eufrásia..... | 74 |
| Figura 12. Liderança Guató, Cacique Luis Carlos..... | 75 |

Lista de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Quadro Metodológico..... | 18 |
| Tabela 2. Indígenas do MS- População Indígena em Mato Grosso Do Sul | 47 |
| Tabela 3. Tronco Macro – Jê e seus derivantes..... | 51 |
| Tabela 4. Epidemias do contato com o não índio..... | 59 |
| Tabela 5. Dados populacionais Guató–séculos XIX ao XX..... | 63 |
| Tabela 6. Direitos dos povos indígenas previstos na Constituição..... | 68 |

Lista de Anexos

| | |
|---|----|
| Anexo 1. Projeto Político Pedagógico..... | 86 |
|---|----|

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 13 |
| Metodologia..... | 17 |
| 1 – A Psicologia Ambiental | 31 |
| 1.1 Construção de Identidade Subjetiva: Psicologia Ambiental na perspectiva indígena – Ambiente Significante..... | 39 |
| 2 - História Indígena no Pantanal – Processo de Povoamento..... | 41 |
| 2.1 Realidade histórica dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul..... | 45 |
| 2.2 Guató: povos de águas pantaneiras..... | 50 |
| 2.3 Guató: extinção inconsequente, o território como ambiente significativo..... | 60 |
| 2.4 A Ameaça de extinção da língua guató..... | 65 |
| 2.5 Guató: Sinônimo de Resistência. O Ressurgimento do Povo Canoeiro..... | 68 |
| 2.6 Guató: construção subjetiva e ressurgimento cotidiano..... | 72 |
| Conclusão..... | 77 |
| Referências..... | 80 |
| Anexos..... | 86 |

Introdução

Regressar ao passado segundo a descrição de Holanda¹ é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão de mundo, em um momento particular do tempo no qual se deseja evocar. Para estudos que apontam em suas linhas informações de teor histórico, deve-se valer da reminiscência de obras de autores já consagrados, descritas como fatos verídicos sobre o passado, além de abarcar em seu contexto a expressão da psicologia em seu olhar ambiental, demarcando a como ciência, que dialoga com a história, a fim de se descrever conceitos que afirmam o teor da inter-relação pessoa ambiente na compreensão do fazer do campo psicológico dentro de realidades específicas como a abordada nesse trabalho.

Desse modo, através de um recorte temporal, percorrendo por trechos pré-históricos e afunilando-se até o contexto do indígena guató moderno, a presente pesquisa utilizou como referencial para sua escrita a experiência descrita em textos a respeito da etnia indígena canoeira, conhecida como Guató, presente na região do Pantanal Sul-mato-grossense e norteados pela prática teórica da Psicologia Ambiental, uma vez que a elaboração gráfica dos textos remetia-se a comportamentos compreendidos pelo saber advindo tanto de sua teoria quanto do campo psicológico.

A escolha do tema deu-se por diversas razões que se sintetizam em: (i) estão associados a aterros na região; (ii) são, em termos etnológicos, os mais conhecidos e documentados grupos canoeiros que margeiam o Pantanal e, inclusive, (iii) os últimos remanescentes; (iv) são pouco estudados sob a perspectiva arqueológica, etnológica, etno-histórica e principalmente psicológica e, (v) por possuírem nativos falantes e residentes na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, (vi) são considerados o único grupo indígena presente na região pantaneira. Possuem características únicas em seu comportamento, expressas em sua identidade, devido a interação com o ambiente no qual estão inseridos.

Este trabalho não pretende realizar uma analogia direta aos estudos entre os sítios que estão mais bem interpretados e documentados e, que no momento, é imprescindível afirmar que novos estudos acerca do tema proposto serão postulados como forma de comprovação tanto histórico-cultural quanto psicológica no que tange a elaboração de práticas assertivas para atuação com indígenas, respeitando a primazia da dignidade humana e respeito ao ser, tão exercida pela psicologia como prática profissional. A proposta limita-se a documentar as evidências já publicadas, aquelas que se apropriam de registros da vida privada, e lhes impõe

¹ Sérgio Buarque de Holanda em sua obra “Raízes do Brasil”, p.11, 1995

letras de academia transformando assim em obra prima o cotidiano, com o relato das culturas de povos antepassados, com características específicas, apontando as diversidades culturais, e as proximidades do exercer ações ao se manifestarem interações com o ambiente vivenciado, ou seja, dentro de uma mesma região geográfica.

Neste sentido, ressalta-se que os Guatós representam um grupo etnográfico de sublimes canoieiros com primazia na destreza de navegação, se organizam em famílias autônomas e se adaptam ecologicamente por ocupação estacional, em estruturas de moradia que se assemelham a assentamentos, em regiões alagadas compreendendo a região pantaneira, no Estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil.

Do ponto de vista histórico, os trabalhos mais complexos nessa temática se valem de achados, sobretudo antes do descobrimento e relatado na obra de Lopes (2017), intitulada “1499 – O Brasil antes de Cabral” que retrata e desconstrói a imagem do indígena como um selvagem, e a incorpora como uma sociedade com complexas hierarquias multiétnicas, monumentos que impunham respeito, redes de comércio que se estendiam por quilômetros, inclusive internacional, guerra permanente à moda canibalesca e tradições artísticas espetaculares. Além de pontuar características desse indivíduo analisando-as como ação integrada da relação indivíduo – ambiente.

Acredito que dissertar acerca do processo evolutivo dos indígenas Guatós sob a perspectiva da psicologia ambiental, coloca-me em uma posição social ao propor temas voltados para os estudiosos e sua formação de integração cultural. Tem-se a temática inquisitiva: “Como se deu a formação do indígena Guató?”

É preciso esclarecer que o povo Guató, nesta e noutras literaturas recebem grifos de documentação histórica como *Guataes*, *Guatás*, *Ghathós*, *Guatos*, *Guatôs*, *Goatos*, *Ghattos* e *Ghatues*.

Dentro dessa perspectiva histórica e cultural, surge o segundo objetivo específico dessa pesquisa: analisar o processo de desterritorialização e extinção equivocada da etnia Guató como ações referenciais de transformação ocasionadas pelo impacto ao subjetivo no que tange a relação com seu ambiente em sua identidade de lugar já elaborada por esses sujeitos.

Para tal análise, reconstruiu-se a imagem deste indígena e pontuou-se traços expressos de sua cultura, através da bibliografia existente, observando este ser como um indivíduo que interage com o seu meio e, em contra partida, tal ambiente também o influencia, denotando a reciprocidade de relação entre ambos, compondo o que Gunther denomina por *Affordance*, Cavalcante e Elali (2017).

Integrando-se aos objetivos específicos já expostos, o último alicerce que amparou essa pesquisa foi o objetivo de analisar o processo de ressurgimento e reterritorialização como pontos cruciais, bem como a retomada de sua identidade uma vez que tal processo possibilita a afirmação do reconhecimento do EU como indígena, o regresso as suas terras, a suas crenças, bem como a retomada de sua identidade, pois novamente esta integrante de uma cultura, de uma etnia, de um grupo.

Sob a ótica da psicologia ambiental que se define como: a relação ambiente-pessoa e o resultado dessa dinâmica, que por sua vez, observando tal interação como mútua, percebe que ambiente e ser humano estão intrinsecamente ligados e aponta a relação como recíproca, para assim compreender sua significação e idiosincrasia relativa aos variados espaços da vida, tal qual as variações e construções de significados e os comportamentos relativos aos diversos espaços, bem como as modificações e influências suscitadas por nossa subjetividade nestes ambientes. Cavalcanti e Elali (2017, p. 14).

Explicitadas a escolha da temática e os objetivos deste trabalho, vale ressaltar que ele subdividiu-se em dois capítulos. No primeiro recorre-se ao delineamento histórico da formação das civilizações através de trabalhos científicos publicados acerca de objetos arqueológicos no período pré-histórico, com o povoamento da região pantaneira, através dos dados encontrados pelos documentos científicos gerados na expedição Corumbá, até o período da chegada da esquadra portuguesa a Ilha de Vera Cruz, através do documento de posse: “A Carta de Caminha”, em 22 de abril do ano de 1500. As referências utilizadas acerca da historicidade da população indígena Guató, com escritos que demonstram em suas linhas traços de sua cultura, de sua população, linguagem, cotidiano, perpassando pela afirmação errônea de sua extinção, por parte do Serviço de Proteção ao Índio e também pelo processo de desterritorialização, no qual influencia o desenvolvimento de novas percepções e formas de agir, pois neste momento, se veem forçados a modificar seu ambiente, procurando novas interações, descobrindo novos territórios e transformando seu comportamento socioespacial humano.

No segundo capítulo, descrevo o processo de retomada cultural, como eloquente e cotidiano, tecendo analogia a teoria da psicologia ambiental, na qual a identidade é reintegrada pela interação do meio com o ser humano que habita neste mesmo meio, apropriando aquele ser com comportamentos pertinentes à sua cultura em decorrência das experiências propiciadas por tal interação, reconstruindo assim sua identidade indígena, além de relacionar terminologias dessa psicologia com o regresso da etnia a sua condição de

indígena aldeado, possuidor do seu espaço, culturalmente vivenciado pelo uso milenar daquele território.

Metodologia

Ao se pesquisar sobre a Etnia Guató, observou -se a inexistência de trabalhos que enlacen a Psicologia Ambiental e a realidade cotidiana de indígenas, apesar de serem temas que possuem interface limítrofe entre teoria e vivência concreta.

Com isso, inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico tanto em arquivos publicados em mídias digitais, quanto pelo meio impresso, viabilizando a elaboração de Revisão Sistemática, uma vez que:

A busca em base de dados eletrônica e em outras fontes é uma habilidade importante no processo de realização de uma revisão sistemática, considerando que sondagens eficientes maximizam a possibilidade de se encontrarem artigos relevantes em um tempo reduzido. Uma procura eficaz envolve não só uma estratégia que inclua termos adequados, mas também a escolha de base de dados que insiram mais especificamente o tema (e.g., biblioteca Cochrane, MEDLINE, EMBASE, CINAHL, SciELO, entre outras, p.85)

Ao se pesquisar dados fornecidos por mídia digital, utilizou-se das bases científico acadêmicas que representam qualidade e segurança quanto a veracidade das informações dissipadas por tais canais, dentre eles: BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (ibict); CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior em seu Banco de Teses e Dissertações; Google Scholar e SciELO - Scientific Electronic Library Online.

Inicialmente, foi preciso sistematizar os dados obtidos pela pesquisa conforme áreas de conhecimento, uma vez que também é proposta da psicologia ambiental observar a inter-relação homem-ambiente como em um prisma, alcançando vários ângulos, a fim de se obter maior certeza e seriedade a realidade dessa interação, e com isso, a utilização de multimétodos. Durante o processo de Revisão de Literatura (processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento) em busca de resposta a uma pergunta específica. “Literatura” cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos. (p. 2).

Encontrou-se uma gama de produção científica sobre a etnia na literatura, sob olhares diversificados, contemplando aspectos relevantes, que auxiliaram a traçar um caminho para se atingir o todo. Por se tratar de um processo que envolve diferentes períodos e áreas de conhecimento, compilou-se os dados obtidos em um quadro metodológico organizado em ordem alfabética, no qual foram expressas algumas obras que serviram de base para a elaboração do pensamento crítico; não foram utilizadas como referencial para o corpo do

texto em citações, apenas referenciadas como obras pertinentes para a base escrita, e estão todas em mídia digital. Também se colocou um pequeno resumo de cada obra. Em tal instrumento, estão expostos didaticamente os materiais de diversas áreas da Ciência como Antropologia, Letras, História, Linguagem, componentes curriculares estudados no campo das Ciências Humanas, que foram utilizados como vetores para confecção do presente trabalho:

Tabela 1 .
Quadro Metodológico

| OBRA (Autor e Área de Conhecimento) | Resumo |
|---|---|
| <p>A Função Social das Línguas Indígenas nas Políticas Linguísticas de Práticas Pedagógicas de Educação Bilíngue Intercultural</p> <p>SILVA, Maria do Socorro Pimentel da</p> <p>Educação</p> <p>2015</p> | <p>O objetivo neste artigo é mostrar como as pesquisas realizadas por meio do Observatório da Educação Escolar Indígena da Universidade Federal de Goiás contribuem para a melhoria da educação escolar indígena da região Araguaia-Tocantins.</p> |
| <p>Alguns Apontamentos Bibliográficos sobre a Língua Guató (Macro-Jê)</p> <p>POSTIGO, Adriana Viana</p> <p>Letras e Linguagem</p> <p>2009</p> | <p>O artigo fornece alguns apontamentos sobre os materiais linguísticos que foram encontrados por meio de pesquisa bibliográfica sobre a língua guató. Os Guatós vivem na aldeia Uberaba, na Ilha Ínsua, no alto Pantanal, município de Corumbá-MS, a população que reside na aldeia é de aproximadamente 370 indivíduos e apenas três anciãos são bilíngues em Guató e Português. A língua guató está classificada como pertencente à família guató, no tronco linguístico Macro-Jê.</p> |
| <p>Arqueologia e História Indígena no Pantanal</p> | <p>O artigo apresenta uma síntese dos dados arqueológicos sobre o Pantanal e o seu entorno,</p> |

| | |
|--|--|
| <p>BESPALEZ, Eduardo</p> <p>Estudos avançados</p> <p>2015</p> | <p>principalmente em se tratando dos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, na perspectiva da arqueologia enquanto história indígena de longa duração. Entre outras premissas, temos a adoção de uma postura crítica em relação aos modelos teóricos tradicionais, carregados de preconceitos colonialistas, interpretados através da análise das variáveis espaciais, temporais e materiais dos contextos arqueológicos.</p> |
| <p>Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira</p> <p>SILVA, Luiz Fernando Villares e. (Org.).</p> <p>Direito</p> <p>2008</p> | <p>O documento traz a compilação das principais leis, atos normativos e acordos internacionais que regulam as relações dos povos indígenas com a sociedade e o Estado brasileiros, bem como a versão em português da Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 2007. Ela (a Declaração) é objeto de um intenso debate a partir de versões incompletas e claramente distorcidas veiculadas por parte da mídia nacional.</p> |
| <p>Demarcação Indígena: Guató, Último Povo a Ter Terra Demarcada Pode ser Primeiro a Perdê-La Sob Bolsonaro</p> <p>ALESSI, Gil</p> <p>Jornalismo histórico</p> <p>2019</p> | <p>Considerações históricas e políticas sobre os indígenas Guató.</p> |
| <p>Desenhos do Crítico, Inclinações da Crítica</p> <p>ABDALA JUNIOR, Benjamin</p> | <p>O ensaio “Literatura e subdesenvolvimento”, de Antonio Candido, foi uma resposta ao confinamento imposto pela ditadura militar brasileira. Aponta para perspectivas político-literárias, que situam a América Latina como um bloco cultural, e têm em vista verificar o que as literaturas da região têm de próprio e em comum.</p> |

| | |
|--|--|
| Letras | O sentido do gesto do crítico literário pode ser apreendido, na atualidade, em inclinações correlatas, quando se impõe a necessidade de se pensar nos blocos comunitários supranacionais, para fazer face às assimetrias dos fluxos culturais. |
| 2009 | |
| Entre os Nossos Indígenas | Relato etnográfico sobre os indígenas de Mato Grosso. |
| TAUNAY, Visconde de | |
| Antropologia | |
| 1931 | |
| Estudo Etnobotânico das Comunidades de Porto Limão, Porto Alambrado e Campo Alegre, Na Fronteira Brasil - Bolívia, Mato Grosso, Brasil | O estudo envolveu três comunidades, Porto Limão, Porto Alambrado e Campo Alegre; localizadas no <i>continuum</i> territorial do pantanal de Cáceres, na região fronteira entre o estado Mato Grosso e a Bolívia. Foi registrado o conhecimento da população em relação ao componente vegetal percebido, utilizado e acessado nas unidades de paisagem local. A população utiliza, com certa frequência, produtos extraídos das plantas nativas na medicina e alimentação local, assim como nas atividades produtivas de pesca e criação de animais. |
| CARNIELLO, Maria Antonia | |
| Ciências biológicas | |
| 2007 | |
| Guató: A Língua dos Índios Canoeiros do Rio Paraguai | Tem por objetivo específico registrar a língua Guató, uma das aproximadamente 40 línguas indígenas brasileiras ainda não analisadas. Trata-se de uma língua falada por cerca de 50 indígenas canoeiros, habitantes das margens do Rio Paraguai, em Mato Grosso do Sul. O registro é feito através de uma descrição estrutural sistemática, de abordagem concreta. A análise revela que o Guató é uma língua tonal, altamente aglutinante, que opera tanto com o sistema ergativo/absolutivo quanto com o sistema nominativo/ acusativo. A descrição apresenta detalhes para permitir observações sobre a |
| PALÁCIO, Adair Pimentel | |
| Ciências | |
| 1984 | |

| | |
|--|---|
| | estrutura da língua - detalhes que poderão vir a contribuir com subsídios para os estudos tipológicos. |
| <p>Guató – Maguaato</p> <p>PHILLIPS, David J.</p> <p>Antropologia</p> <p>2014</p> | Dados Gerais dos Guatós |
| <p>Guató: Povo das Águas</p> <p>COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M.</p> <p>História</p> <p>2006</p> | <p>Mato Grosso do Sul, ao se separar de sua “mãe” Mato Grossense, herdou muitas de suas deformações, com um ritmo de mudança ainda mais acelerado e traumático. Os colonos instalados no território são de outra origem e mentalidade. Há também nesse Mato Grosso “do Sul”, quem preferiu concentrar sua população em poucos centros para deixar livres grandes extensões de terra para o agronegócio de gado, soja e cana. Uma história que tem caracterizado e prejudicado a relação da população não indígena com os primeiros habitantes da região, despojando-os, em menos de um século e meio, de seu ser primitivo, enquanto primeiro e primordial, para reduzi-los a uma condição secundária e dependente, tida como irrelevante e como resto.</p> |
| <p>História dos Índios no Brasil</p> <p>CUNHA, Manoela Carneiro (org.)</p> <p>História</p> <p>1986</p> | Análise da história dos indígenas no Brasil por meio de diversos artigos. |
| Indianer studien In Zentral | Relato etnográfico sobre os indígenas do Centro- |

| | |
|---|---|
| brasilien: Erlebnisse Und Ethnologische Ergebnisse Einer Reise In Den Jahren. 1900 Bis 1901. SCHMIDT, Max Etnografia 1955 | Oeste brasileiro. |
| Línguas Indígenas Brasileiras RODRIGUES, Aryon Letras 2014 | O estudo mostra como as línguas naturais são não apenas instrumentos de comunicação social, mas também os meios de que dispõem os seres humanos para elaborar, codificar e conservar seu conhecimento do mundo. Cada língua está intimamente ligada aos processos cognitivos e à experiência acumulada pelo povo que a fala através de sucessivas gerações. As descobertas que, elaboradas e reelaboradas pela inteligência ao longo de milênios, formaram o imenso acervo de conhecimentos integrados que é a cultura, têm sua expressão mais ampla e mais precisa na língua que se desenvolveu como parte e como instrumento dessa cultura. Em geral, a cada língua indígena desaparecida corresponde um complexo cognitivo rico em especificidades que se perde para o povo afetado e para todo o gênero humano. |
| Literatura e Sociedade BOSI, Alfredo Letras 2019 | Análise da sociedade por meio da literatura. |
| O Guató como Língua Tonal: uma Análise Acústica de Pares Opositivos | Os Guató são indígenas canoieiros habitantes tradicionais do Pantanal, região dividida hoje entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. É uma língua em desaparecimento e que |

| | |
|---|---|
| <p>SILVA, Dayane de Pontes</p> <p>Letras</p> <p>2018</p> | <p>possui apenas dois falantes que já não são mais fluentes: Vicente e Eufrásia, podendo ser definidos mais como “lembrantes” da língua (Franchetto e Godoy, 2017). O objetivo da monografia é realizar uma análise acústica dos mesmos pares opositivos utilizados por Adair Palácio em sua tese de doutorado (1984, pg. 34), além de novos dados coletados durante nova pesquisa, para demonstrar a existência de tons distintivos em Guató. Utilizou-se o software de análise acústica <i>Praat</i> para analisar os pares opositivos, a fim de realizar uma nova investigação sobre o fenômeno em foco.</p> |
| <p>Os Argonautas Guató: Aportes para o Conhecimento dos Assentamentos e da Subsistência dos Grupos que se Estabeleceram nas Áreas Inundáveis do Pantanal Matogrossense</p> <p>OLIVEIRA, Jorge Eremites de</p> <p>História / Arqueologia</p> <p>1995</p> | <p>O trabalho aborda os assentamentos e a subsistência do grupo étnico Guató, com base em dados etnográficos obtidos a partir da documentação escrita (etno - histórica e etnológica), e através de relatos orais recolhidos de três informantes que residem na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul. O objetivo é inferir sobre questões relacionadas à adaptação ecológica desse grupo canoeiro; e, dessa forma, também contribuir para uma melhor compreensão e interpretação das evidências arqueológicas dos demais grupos, notadamente os ceramistas, que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Mato Grossense, e que estão associados aos aterros que ali ocorrem. Supõe-se que, assim como o Guató, os demais grupos que ocuparam as áreas inundáveis da região e que se estabeleceram em aterros, principalmente os ceramistas, deveriam ser canoeiros de grande mobilidade espacial, ter uma semelhante forma de organização social, possuir assentamentos sazonais, subsistir fundamentalmente da exploração dos recursos naturais ali existentes e portar uma tecnologia bastante simples.</p> |
| <p>O Uruguai</p> <p>PEIXOTO, Inácio José de Alvarenga</p> | <p>Soneto sobre a relação entre desbravadores e nativos sul-americanos.</p> |

| | |
|--|--|
| Letras/Arte | |
| <p>Perfil Demográfico Socioeconômico das Pessoas Que se Autodeclararam Indígenas nos Censos Demográficos de 1991 E 2000</p> <p>PEREIRA , Nilza de Oliveira Martins; SANTOS, Ricardo Ventura; AZEVEDO, Marta Maria</p> <p>Saúde Pública</p> <p>2004</p> | <p>Há uma notável carência de dados demográficos sobre as populações indígenas no Brasil. Em face da diversidade histórica, social e cultural dos povos indígenas, que somam mais de 200 etnias, falantes de 180 línguas diferentes, é praticamente nulo o que se conhece não somente acerca de sua estrutura populacional, como também dos níveis e padrões de fecundidade, mortalidade e migração, dentre outros aspectos da dinâmica demográfica. A metodologia para classificação da população indígena utilizada nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 foi a autodeclaração, aplicando-se tanto aos indivíduos que nos anos dos censos habitavam as Terras Indígenas, quanto aos que viviam fora dessas áreas.</p> |
| <p>Psicologia Ambiental</p> <p>MOSER, Gabriel</p> <p>Psicologia</p> <p>1998</p> | <p>A Psicologia Ambiental estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as inter-relações - e não somente as relações – entre a pessoa e o meio ambiente físico e social. As dimensões sociais e culturais estão sempre presentes na definição dos ambientes, mediando a percepção, a avaliação e as atitudes do indivíduo frente ao ambiente. Cada pessoa percebe, avalia e tem atitudes individuais em relação ao seu ambiente físico e social. Por outro lado, inter-relação também quer dizer que estudamos os efeitos desse ambiente físico particular sobre as condutas humanas.</p> |
| <p>Relações Culturais e de Identidade dos Guató no Contexto da Fronteira</p> | <p>O artigo tem como objetivo compreender as questões de identidade do povo Guató sob a perspectiva de sua localização territorial e seu contexto fronteiriço, compreendendo a fronteira como um espaço complexo de relações e</p> |

| | |
|---|--|
| <p>COUTINHO, Jorlanda Saraiva Nogueira</p> <p>Mestrado em Estudos Fronteiriços</p> <p>2015</p> | <p>interações dos mais variados grupos. O período analisado vai da eclosão da Guerra do Paraguai em 1864 a 1911, quando foi assinada a lei de demarcação das fronteiras Brasil- Bolívia.</p> |
| <p>Resumo: NAVEGAR É PRECISO, VIVER: Escritos para Silvano Santiago</p> <p>SOUZA, Eneida Maria de</p> <p>História</p> <p>1998</p> | <p>A <i>Carta</i> de Pero Vaz de Caminha, que anuncia ao rei dom Manuel a descoberta do Brasil, contém um enigma que perdura ainda hoje. Ao mesmo tempo em que exprime o primeiro olhar de desejo dos marinheiros, ela oferece o <i>achamento</i> da terra ao rei e ao destino providencial já consignado em 1456 pelo Papa à “Ordem de Cristo” portuguesa. Dessa tomada de posse os marinheiros são excluídos: eles doam a nova terra sem exigência de reciprocidade, nenhum deles será donatário de capitania hereditária. Apenas chegaram a uma prazerosa “Ilha dos Amores” (como dirá Camões nos <i>Lusíadas</i>) e Caminha transmite seu deslumbramento ao descrever os corpos das mulheres (“tão formosos que não pode ser mais”). Desprovidos de casa e de economia, os marinheiros só se diferenciam dos indígenas porque estes têm mulher e eles não. Assim, cobiçar a mulher indígena é tudo o que o marinheiro quer em troca, como se ela fosse a razão da aventura depois do ascetismo da viagem. E isso faz pensar que, se o sem-casa tivesse se transformado em corsário sem-lei, não teria havido sistema econômico europeu. Mas Caminha diz que a terra dadivosa está à espera das “sementes” do batismo cristão que dará um <i>nome</i> aos selvagens. Se os leigos podem nomear acidentes geográficos, somente o batismo faz o selvagem entrar numa língua cristã.</p> |
| <p>Revista do museu paulista</p> <p>BALDUS, Herbert</p> | <p>História dos indígenas no Brasil por meio do estudo do autor Max Schimidt</p> |

| | |
|---|--|
| História | |
| 1949 | |
| Sofrimento Mental de Indígenas na Amazônia | A temática dos problemas socioambientais decorrentes de relações conflituosas entre Estado, setores produtivos e comunidades indígenas da Amazônia brasileira tem sido uma constante no debate acadêmico, sobretudo suscitada por programas de pós-graduação. Neste sentido a pesquisa procurou compreender o fenômeno a partir de princípios causadores: a relação das populações tradicionais com o Estado, a dinâmica territorial de manutenção das terras indígenas e principalmente os deslocamentos dos povos étnicos para as áreas urbanas na Amazônia. O estudo buscou ensejar debate sobre a interação psicossocial das etnias Sateré-Mawé e Hixkaryana. |
| RODRIGUES, Renan Albuquerque | |
| Ciências Humanas | |
| 2014 | |
| Uma Avaliação da Hipótese de Relações Genéticas entre o Guató e o Tronco Macro-Jê | O propósito da pesquisa foi o avaliar a consistência da hipótese levantada por Rodrigues (1986) sobre a possibilidade de a língua Guató ser um membro do tronco Macro-Jê, sendo este constituído por doze famílias linguísticas: Jê, Kamakã, Maxakalí, Krenák, Purí, Karirí, Yatê, Karajá, Ofayé, Boróro, Guató e Rikbáktsa. Trata-se de um estudo fundamentado nos dois requisitos básicos requeridos pelo Método Histórico-Comparativo: identificação de correspondências sonoras regulares em palavras pertencentes ao vocabulário básico e identificação de características gramaticais compartilhadas entre as línguas para as quais se postula uma origem comum. Como resultados da análise, encontrou-se novos indícios fonológicos, lexicais, morfológicos e funcionais que favorecem a hipótese de Rodrigues (1986) de que a língua Guató constitui sozinha uma família linguística, e esta representa uma das ramificações do agrupamento genético conhecido como tronco Macro-Jê. |
| MARTINS, Andérbio Márcio Silva | |
| Linguística | |
| 2012 | |

| | |
|--|--|
| <p>Unter Indian ern Súdameriks</p> <p>SCHIMIDT, Max</p> <p>Antropologia</p> <p>1924</p> | <p>Relato etnográfico sobre os indígenas do Centro-Oeste brasileiro.</p> |
| <p>Variações Entoacionais na Língua Portuguesa Falada por Mulheres Guatós</p> <p>COSTA, Natalina Sierra Assêncio</p> <p>Filologia</p> <p>2011</p> | <p>A pesquisa descreve a entoação da língua portuguesa falada por mulheres guató, fazendo comparação com mulheres não-índias. Foram analisadas as falas de quinze sujeitos. Descreve também a imanência da prosódia da língua guató, adquirida na infância, das guatós, mesmo depois de muito convívio com a população de Corumbá. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica. Os resultados obtidos apontaram para a diferenciação na finalização das frases da categoria das meninas corumbaenses em relação às senhoras corumbaenses e às senhoras guatós, que não fizeram finalização descendente de frases assertivas.</p> |
| <p>Vingança e temporalidade: os tupinambás</p> <p>CUNHA, Manuela L. Carneiro da; CASTRO Eduardo B. Viveiros de</p> <p>História</p> <p>2018</p> | <p>Análise histórica sobre a vingança entre os tupinambás.</p> |
| <p>1499 – O Brasil Antes de Cabral</p> | <p>O livro traz uma forma diferente de analisar a</p> |

| | |
|----------------------|--|
| LOPES, Reinaldo José | história clássica do Brasil pré-Cabral; e assim o faz ao retratar uma pré-história brasileira complexa do que o estereótipo de imobilidade perpétua dos nativos tradicionalmente ensinada na escola. |
| Arqueologia | |
| 2017 | |

Com a revisão bibliográfica em execução, consegui organizar as informações obtidas no processo, as quais foram advindas do material encontrado. Discuti o tema já delimitado, para se obter os resultados, de forma sistematizada, avaliando o material criticamente, integrando assim em síntese os vários estudos construídos anteriormente. Com isso, busquei apresentar os resultados obtidos com objetividade, a fim de que leitores posteriores consigam compreender a pertinência da pesquisa.

Através da base bibliográfica implementada, iniciou-se o processo de organização de ideias e a execução da elaboração do trabalho escrito.

Procurei compreender a evolução dos povos indígenas do Pantanal, através de sua etno-história, além de correlacionar a psicologia ambiental ao contexto da realidade vivenciada por esses sujeitos.

Pontuei os povos indígenas remanescentes no Estado de Mato Grosso do Sul, delineando até a Etnia Guató – Indígena Canoeiro, como aqueles que povoam o pantanal, que se adaptaram e sobreviveram em territórios diferentes ao seu originário, ou seja, onde residiam seus antepassados.

Observo neste viés que em convergência a ideia iluminista de que a cultura do não índio iria ser a base para a incorporação da cultura indígena, está presente no enredo Guató a ação de desterritorialização, baseando se naquele momento histórico a elaboração do Estatuto do Índio (Lei 6001 de 1976).

Com a politização da população, ocorre o fenômeno dos movimentos organizados de empoderamento social, observados com a reivindicação populacional por uma postura governamental que viabilizasse direitos sociais, no caso, políticas públicas que abarcassem demandas vivenciadas pela população brasileira como um todo, no intuito de que ocorresse a equidade ao se garantir direitos em vários setores do cotidiano. Com isso, instaura se a elaboração da Carta Magna de 1988 (Constituição Federal), pela qual abrange a visão de proteção de direitos equiparando a isso as várias realidades que, apesar de distintas, estão

presentes no território nacional, dentre elas, a proteção e respeito aos direitos indígenas ao ser pontuado nas linhas desse documento como:

CAPÍTULO VIII

Dos Índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3.º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4.º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5.º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6.º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7.º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3.º e 4.º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. Constituição Federal (1988).

Fato esse que demonstra um passo importante para a população indígena como um todo.

A execução da pesquisa bibliográfica oportunizou a compreensão para elaboração da trajetória histórica do indígena Guató com maior fidedignidade, uma vez que as diversas áreas do conhecimento aproximam-se ao retratar vários aspectos os quais interagem formando aquela realidade.

Com a pesquisa bibliográfica, observou-se que ocorre o processo de reconstrução de si como sujeito e como indígena, mesmo que sob influência de outros cotidianos. Aponta-se como aspecto importante: sua capacidade de readaptação em outros meios, fato este que garantiu-lhe o direito primordial à vida, uma vez que ao adequar-se a outras realidades conseguiu sobreviver por diversas gerações, e tal reconstrução inditória emerge ao retornar a sua terra originária, por sentir-se pertencente aquele ambiente, por reconhecer a ilha Ínsua como Lar.

Vale ainda ressaltar que o estudo foi exclusivamente realizado através de pesquisa bibliográfica, reafirmando o posicionamento de que o delineamento histórico apareceu como ponto fundamental para se perceber a construção da identidade dessa etnia. O processo de interação ambiente – ser humano é primordial para a adaptação que se vincula à permanência e sobrevivência, ao se criar estratégias de atuação eficazes no território.

1 A Psicologia Ambiental

O presente trabalho abarca como teoria fundamental a ser estudada neste certame a Psicologia Ambiental, qual apresenta como um subcampo da Psicologia e, como a definição acima sugere, observa a maneira pela qual as pessoas interagem e se envolvem com seu entorno. Suas raízes alcançam muito tempo, mas como um campo estabelecido é relativamente jovem (Spencer & Gee, 2009).

Ao se aprofundar na historicidade da Psicologia Ambiental, Ackerman (2020), comenta que uma equipe de psicólogos sociais foram designados para determinar quais *layouts* de quartos eram mais benéficos para os pacientes e sucessivamente, poderiam resultar em efeitos (positivos e negativos) dos mais adversos aqueles sujeitos. Perceberam durante esse processo, que a psicologia como até então havia sido exercida não era completamente eficaz ao responder à tal questionamento, com isso surge a necessidade de apresentar um novo campo investigativo para a psicologia, mais dinâmico e que permitiam explorar o tema buscando sempre a compreensão da interrelação meio-indivíduo, e as influências mútuas desse cotidiano.

No ano de 1.943, apareceu, pela primeira vez, a expressão Psicologia Ambiental. Brunswik (1943) foi o autor que utilizou o termo quando argumentava que a dedicação à pesquisa acerca da representatividade do design deveria partir dos psicólogos, alegando que os impulsos ambientais difundidos pelo design eram substanciais do que se consideravam à época (Gifford, 1997).

Embora o autor Kurt Lewin tenha sido de grande importância para a história da evolução da Psicologia Ambiental, considerando sua expansão ambiental, este não produziu pesquisas acerca do meio material objetivo, tão somente tenha esboçado fundamentos para a execução deste modelo. (Carneiro; Bindé, 1997; Gifford, 1997).

A teoria de campo e a pesquisa ação, conforme Gifford (1997), foram as grandes contribuições de Lewin no ramo da Psicologia Ambiental, considerando o meio material e a relevância de investigação científica vinculada as transformações coletivas concretas.

A Psicologia Ambiental firmou-se no âmbito científico no ano de 1.970, propondo a execução investigativa na conjuntura das convivências humanas com os meios e os distúrbios ecossistêmicos, visando uma nova forma de exercício e construção do saber. (Bassani, 2003).

A investigação e a compreensão dos processos psicossociais resultantes das mutualidades entre os homens e os seus entornos sociais e físicos constitui o ramo da Psicologia Ambiental. (Higuchi, Kuhn e Pato, 2019). Posto isso, é sabido que o meio

sociofísico compreende os ambientes naturais como os rios, florestas bem como os meios produzidos pela ação humana e.g.: casas, cidades etc, e suas inter-relações sociais. (ARAGONÉS e AMÉRIGO, 2000). Ademais estes não são os únicos tópicos tratados pela Psicologia Ambiental conforme destaca o Journal of Environmental Psychology (2020) ao listar alguns tópicos como áreas de atuação da Psicologia Ambiental dos quais: percepção e avaliação de edifícios e paisagens naturais; mapeamento cognitivo, cognição espacial e *wayfinding*; consequências ecológicas das ações humanas; a avaliação da construção e paisagens naturais; projeto e experiências relacionadas aos aspectos físicos de locais de trabalho, escolas, residências, prédios públicos e espaços públicos; comportamento de lazer e turismo associada aos seus meios físicos; significado de formas construídas; aspectos psicológicos e comportamentais dos sujeitos e da natureza; teorias do lugar, apego ao lugar e identidade do lugar; aspectos psicológicos da gestão de recursos e crises; riscos ambientais: percepção, comportamento e gestão; estresse relacionado a configurações físicas; uso social do espaço: aglomeração, privacidade, territorialidade, espaço pessoal, entre outros, segundo a visão de Talarico (2019).

Embora elencados como tópicos de estudos de investigação da Psicologia Ambiental, a autora Ackerman (2020), aponta que não se trata de uma lista exaustiva, mas fornece um grande esboço dos tópicos que provavelmente encontraríamos na leitura acerca da psicologia ambiental. Moser (2002), argumenta a caracterização das operações ambiente-pessoa nos mais diversificados níveis e contextualiza-os em quatro conforme a figura a seguir:

Figura 1.

Transação Pessoa Ambiente em níveis



Fonte: Adaptada de Moser (2002).

Essas relações se laqueiam e modulam - se e, ao serem observadas com maior precisão, apontam para novas proposições do modo de sentir, pensar e agir dos espaços e lugares que compõem o cenário urbano (Higuchi, Kuhnen e Pato, 2019). Alguns conceitos e implicações teóricas foram expostas por Proshansky, Ittelson e Rivlin (1970), sendo estas de extrema importância para a definição de desígnio investigativo da Psicologia Ambiental, bem como sua pluridisciplinaridade, uma vez que é experimentada por diversas ciências que também observam o espaço físico como sujeito eloquente de seu estudo teórico.

A Psicologia Ambiental está repleta de teorias sobre como e por que agimos e como o realizamos em nosso ambiente, mas elas tendem a cair em uma das poucas perspectivas principais conforme Ackerman (2020) aponta: Determinismo Geográfico, Biologia Ecológica, Behaviorismo e Psicologia de Gestalt.

Para a autora supra citada, o determinismo geográfico pressupõe que vida útil de civilizações inteiras dependem de fatores ambientais, como topografia, clima, vegetação e disponibilidade de água (Ackerman, 2020).

Os teóricos dessa perspectiva acreditam que um desafio ambiental muito grande leva à destruição das civilizações, enquanto desafios suficientes podem resultar em uma estagnação da cultura. Além disso, esses fatores ambientais podem ter um enorme impacto acerca do que valorizamos como sociedade e como vivemos e trabalhamos juntos (Ackerman; Pena, 2020).

A perspectiva da biologia ecológica, ciência que esta paralela a psicologia ambiental, está fundamentada em teorias de interdependência biológica e sociológica entre organismos e seu ambiente. Desse ponto de vista, os organismos são partes integrantes de seu ambiente e não entidades separadas. Isso abre as portas para a investigação das interdependências entre os dois e todo o sistema (Ackerman, 2020).

Os comportamentais trouxeram ênfase no contexto da conversa, insistindo que tanto o contexto ambiental quanto o contexto pessoal (por exemplo, personalidade, disposições, atitudes, visões, experiência) são determinantes vitais do comportamento que por sua vez focará sob tal perspectiva nesses fatores contextuais. Embora o comportamento geralmente

Finalmente, a Psicologia apresentada sob a teoria da Gestalt é o outro lado da moeda; enquanto os teóricos estudiosos da ciência centralizada no comportamento muitas vezes consideravam apenas o comportamento, os pensadores da Gestalt eram mais propensos a considerar a percepção e a cognição. Em vez de ver os estímulos ambientais como fatores cem por cento objetivos, o foco era como as pessoas percebiam e pensavam sobre esses estímulos (Ackerman; Lopes, 2020). Entende-se que não perfaz uma teoria em especificidade do qual os investigadores devem se apoiar, entretanto, pode se utilizar de alusivos teóricos

da Psicologia para a interpretação da concepção e procedimento (Proshansky, Ittelson e Rivlin, 1970).

Algumas das teorias da Psicologia Ambiental podem ajudar a obter um conhecimento múltiplo as várias ciências humanas, por se tratar de um tema tão amplo das quais: Teoria do Comportamento Planejado (TPB), Modelo de ativação de normas (NAM), Teoria da Norma de Valor-Crença (VBN), Atenção, Percepção e Mapas Cognitivos, Ambientes Ideais, Estresse e Gestão Ambiental, Envolvimento e Comportamento Protetor (Ackerman, 2020), fazem parte de sua elaboração em busca do conhecimento.

A Teoria do Comportamento Planejado (TPB) afirma que os sujeitos escolhem as opções com os maiores benefícios (resultados positivos) e os menores custos (por exemplo, energia, tempo, dinheiro) e que o comportamento em que nos envolvemos é resultado direto de nossas intenções. Nossas intenções são determinadas por nossas atitudes em relação ao comportamento, assim como as normas sociais e crenças pessoais que estigmatizam o auto controle.

A Teoria do Comportamento Planejado (TPB) explicou com sucesso muitos comportamentos ambientais interessantes, como a escolha do modo de viagem (por exemplo, carro, avião, trem, bicicleta), reciclagem e compostagem doméstica, uso de água, consumo de carne, entre outros comportamentos pró-ambientais gerais (Gifford, Steg, & Reser, 2011).

O Modelo de Ativação de Normas (NAM) foi desenvolvido para explicar comportamento altruísta e ambientalmente amigável; ele afirma que as próprias normas pessoais são mais importantes do que as normas sociais na determinação de como escolhemos nosso comportamento (Liu, Sheng, Mundorf, Redding, & Ye, 2017).

De forma semelhante a Teoria de Ativação de Normas, a Teoria da Crença-Valor-Norma (VBN) assume que os indivíduos agem de forma pró-meio ambiente quando se sentem moralmente obrigados a fazê-lo. Essa obrigação moral pode vir de dentro (com base na própria moral), de fontes externas (normas sociais e moral dos outros), ou de ambos (Gifford, Steg, & Reser, 2011).

Além dessas teorias, há seis conceitos frequentemente discutidos no campo: atenção, percepção e mapas cognitivos, ambientes ideais, estresse ambiental e gestão, envolvimento e comportamento protetor. Esses chamados "elementos contínuos" são centrais na exploração de como nosso ambiente nos afeta e vice-versa.

A atenção é o primeiro passo de qualquer interação com o meio; determina como percebemos e observamos nosso ambiente. Existem dois tipos principais de estímulos: aqueles que exigem nossa atenção (estímulos altamente envolventes ou até mesmo

distrativos) e aqueles para os que voluntariamente ou até mesmo imperceptivelmente direcionamos nossa atenção.

Os mapas cognitivos na visão de Talarico (2019), são redes espaciais que conectam nossas experiências com nossas percepções atuais, ajudando a reconhecermos e entendermos o mundo ao nosso redor, permitindo-nos navegá-lo efetivamente.

Assim pode-se definir que a psicologia ambiental explica o relacionamento ambiental de forma ampla e complexa, como a maneira que o indivíduo percebe e age no ambiente e, por consequência, qual a influência de sua ação nesse mesmo ambiente; permite explorar a relação entre a cognição, o comportamento e as situações reais, avaliando a qualidade de vida e as necessidades dos indivíduos em seu contexto social (Moser, 2003). Para Silveira (2009), a Psicologia Ambiental se configura como um campo interdisciplinar que estudam as relações humano-ambiente voltados para a melhoria de qualidade de vida das pessoas.

Ao estudar a interação do indivíduo com o meio ambiente é indispensável avaliar o apego ao lugar, ou seja, os vínculos e as conexões que o ser humano estabelece com o ambiente, já que esses interferirão na sua satisfação ambiental. Desta forma, o ambiente é também capaz de influenciar a percepção do indivíduo.

A satisfação com o ambiente é diretamente proporcional ao desenvolvimento do apego, sendo este substancial para formação de vínculo tão essencial na elaboração e desenvolvimento da identidade e subjetividade ocorrendo diretamente devido a esse contentamento com o meio. Ou seja, o apego relaciona-se com o sentimento de pertencimento do ambiente e satisfação das necessidades totais: físicas e psicológicas (Alves, Kuhnen, & Battiston, 2015).

Ainda no campo da psicologia tem-se a Teoria do Apego desenvolvida por John Bowlby (1984), um dos pressupostos básicos da TA - as primeiras relações de apego, afetam o estilo de apego do indivíduo ao longo de sua vida; a função principal atribuída a esse comportamento é biológica e corresponde a uma necessidade de proteção e segurança (BOWLBY, 1984). O comportamento de apego é instintivo, evolui ao longo do ciclo da vida, e não é herdado; o que se herda é o seu potencial ou o tipo de código genético que permite à espécie desenvolver melhores resultados adaptativos.

J. Bowlby (1990) distinguiu dois tipos de fatores que podem interferir na ativação do sistema de comportamento do apego: às condições físicas e temperamentais e os relacionados às condições do ambiente. Esse sistema tem função direta nas respostas afetivas e no desenvolvimento cognitivo, envolve uma representação mental das figuras de apego de si mesmo e do ambiente, baseadas na experiência.

O modo como o apego se desenvolve explica a atual relação que os Guatós ainda vivos possuem com o seu ambiente biológico, cultural e subjetivo. Neste escopo temos a linguagem, as práticas culturais e estilo de vida.

As relações homem-ambiente (Moser, 1998), podem ter impacto direto ou indiretamente no bem-estar pessoal, como por exemplo, o apego ao lugar, identidade de lugar e satisfação ambiental. Desta forma o apego e identidade de lugar é uma relação complexa entre pessoas e ambientes (Rosa, 2014), ampliando o conceito de território. Raffestin (1993), pontua que “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. A produção de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder”. (Raffestin, 1993, p.144).

Para Felipe e Kuhnen (2012) o conceito de apego ao ambiente está coexistente com: o vínculo, a dependência ao conforto, ao conhecimento do ambiente e a vontade de estar próximo a ele. Como também o apego está relacionado à influência que o território remete na interação social, satisfação e no cuidado com o lugar.

O apego ao lugar é um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento da identidade da pessoa, ou seja, há lugares que têm um grande valor simbólico para o sujeito. A identificação com o local promove a capacidade de se vincular afetivamente a este, promovendo o apego ao lugar (LIMA; BOMFIM, 2009, p. 445).

A identidade do EU acolhida pela Psicologia Ambiental é reelaborada e reproduzida a cada relato que o sujeito faz de si e de seu entorno, remetendo-o a sua história de vida e à história do entorno ao qual pertence (Alencar; Freire, 2007).

Os lugares onde os sujeitos se sentem auto-confiantes e competentes, onde podem se familiarizar com o meio e, ao mesmo tempo, estarem engajadas com ele são denominados de ambientes ideais (Ackerman, 2020).

Existem quatro fatores, apontados por Talarico (2019), quais pontuarei e que determinam se um ambiente é ideal a saber:

- a) Unidade: a sensação de que as coisas no ambiente funcionam bem juntas.
- b) Legibilidade: a suposição de que uma pessoa pode atravessar e navegar pelo ambiente sem se perder.
- c) Complexidade: a quantidade de informação e diversidade em um ambiente que faz valer a pena aprender.
- d) Mistério: a expectativa de poder adquirir mais informações sobre um ambiente. (Talarico, 2019, p. 2)

Ambientes podem induzir estresse nas pessoas, resultando em consequências como saúde precária, redução da abnegação, aumento das fraquezas comportamentais e cognitivas e falta de atenção suficiente ao próprio ambiente.

Um grande benefício de ter um espaço privado para viver é que podemos controlar estímulos indutores de estresse recebidos (até certo ponto, de qualquer maneira). Também podemos tentar regular nosso estresse relacionado ao meio ambiente, gerenciando ou chegando a maneiras de entender para a compreensão de tais estímulos e compartilhar nossas lições aprendidas com os outros.

O envolvimento refere-se ao quanto uma pessoa participa em seu ambiente, interagindo e se envolvendo com o entorno. Também pode se referir à sua participação no *design*, ajuste e organização do ecossistema (Ackerman, 2020).

Finalmente, Ackerman (2020) aponta que o comportamento protetor são as ações que tomamos para proteger, administrar e gerenciar adequadamente nosso meio ambiente. Isso se refere a ambientes naturais e construídos, que requerem diferentes tipos de comportamento protetor para manter efetivamente. Este é o tipo de comportamento necessário para a formação de uma sociedade ecologicamente sustentável.

Observa – se ainda que se faz necessário a conscientização da população acerca dos hábitos rotineiros, pois são o diferencial peculiar do ambiente (Moser, 2002; Moyano-Díaz, 2002; Wiesenfeld; Sanchez; Cronick, 2002).

Estes estudos contribuíram para as políticas públicas do país, da América Latina e do continente europeu. No ano de 1995, o Ministério da Saúde promoveu o lançamento de um Plano de Saúde e Meio Sustentável a nível nacional, sendo este uma contribuição do país na Conferência Pan-Americana sobre Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Humano Sustentável (COPASAD), consequência da Eco-92 (Brasil, 1995; Bassani, Silveira e Ferraz, 2003).

No Brasil, a formação do saber que engloba a Psicologia Ambiental tem sido palco de preocupação com questões teórico-academicistas, objetivando seu desenvolvimento conquanto disciplina, negligenciando a sua aplicação para a criação de políticas públicas estribadas em processos investigativos pertinentes a área.

As investigações e procedimentos da Psicologia Ambiental precisam ser planejadas considerando a conjuntura democrática e participativa, tornando-as importantes e associadas às políticas públicas (Garcia Mira, 2005).

Desta forma, só haverá sentido se a Psicologia estiver enraizada em modificações coletivas e na reestruturação de tais políticas públicas (Pinheiro, 1997). A qualidade de vida,

conforme aponta um estudo realizado por Bassani (2001), está relacionada com as adversidades advindas da relação do sujeito com o meio e, desta forma, aponta para a imprescindibilidade de promover uma avaliação da qualidade ambiental, sendo que este conceito é de fácil manipulação para as pesquisas, aquém da qualidade ambiental tornar-se um apontador do bem-estar.

Dessarte, Moser (2005) afirma que a qualidade de vida está diretamente ligada à maneira como os sujeitos mantêm relacionamento com ambiente e depende de um ancoradouro territorial, bem como de seus procedimentos identitários.

1.1 Construção de identidade subjetiva: Psicologia Ambiental na perspectiva indígena – Ambiente Significante

A psicologia Ambiental aborda a ideia de que a identidade subjetiva de um indivíduo, parte da identidade de lugar do mesmo, ou seja, de sua interação com todas as possíveis variações que venham a influenciar nessa relação indivíduo-ambiente.

Para o indígena, seu território é uma continuidade de sua identidade, uma vez que a terra apresenta significados que transcendem a atuação do não-indígena na mesma perspectiva.

Suas crenças, sua atuação como indivíduo que o descreve pertencente a sua etnia, seu conhecimento de realidade está inicialmente imerso dentro daquele espaço territorial, atributos da identidade de lugar, qual interage juntamente a seu cotidiano, permeando suas relações interpessoais, reconhecendo-se como indígena pela forma que se relaciona com o mundo exterior, para construir-se posteriormente como indivíduo atuante dentro de outras realidades, impostas pelo contato com outras culturas.

Quando o indígena retorna ao seu ambiente significativo, ou seja, quando retorna ao local que tal indivíduo vivencia como extensão de sua existência, retoma o sentimento de pertencer aquele ambiente, advindo da experiência retratada por seus ancestrais, fortalece sua cultura, e sua identidade revitaliza-se em um novo significado, pois se apropria daquele espaço como seu lugar. Adequando-se a sua **cognição ambiental** que segundo Higuchi, Kuhnem e Bomfim (2019), define como temas básicos de Psicologia Ambiental o processo cognitivo de armazenar e extrair informações do ambiente físico e social, elaborando também sua identidade social, ao apresentar características que torna seus pares únicos, numa relação de igualdade em suas atuações naquela realidade, na complementaridade advinda da interação ambiente - ser humano, ou seja, o *affordance*.

O capítulo pontua, por meio da psicologia ambiental, o contexto histórico na delineação da etnia guató, como canoeiros com maestria, presentes até o momento atual na região pantaneira, evidenciando traços de sua cultura e pontuando a percepção de território como lugar de interação indivíduo-ambiente.

Explica ainda o termo ambiente significativo como contrário a ação de desterritorialização e extinção vivenciada por esta etnia, exemplificando a relação do indígena com a terra concebida como território, portanto, com preceitos que o fazem vivenciar sua identidade indígena e elaboram a identidade subjetiva por intermédio da identidade de lugar. Situações essas (extinção e perda de território) que demonstram violações de direitos humanos, uma vez que sugerem epistemicídio.

Além de correlacionar algumas terminologias da psicologia ambiental com práticas cotidianas da realidade indígena, pois uma vez que se percebeu fora de seu **ambiente restaurador**, o guató viu-se na responsabilidade de reconstruir conhecimentos de forma não sistematizada a respeito da nova realidade ambiental qual estava inserido.

2 História Indígena no Pantanal – Processo de Povoamento

O Pantanal com suas exuberantes características, cuja fauna e flora diversificadas complementam se em paisagens encantadoras, encontra-se no ponto central sul americano, apresentando seus limites com três países distintos, de culturas diversificadas (Brasil, Bolívia e Paraguai). Em terras brasileiras, este ecossistema faz fronteira com os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amazonas, além do Distrito Federal, com sua condição limítrofe de encontro com ecossistemas (Amazônia, Chaco, Cerrado e Mata Atlântica).

Figura 2

Mapa de localização do Pantanal



Fonte: Adaptada de (Magalhães, 1998)

Possui diversidade cultural e regional e, percebe-se que a região do Pantanal e sua cercania tem sido atinada, sob a ótica etnográfica, na forma de um mosaico e/ou um entroncamento de povos na região de integração (Carvalho, 1992).

A região é povoada por diversas etnias indígenas, dotadas de formas culturais distintas, germinadas no Chaco, no centro do Brasil e na Amazônia, conforme as culturas distintas dos Kadiwéw e dos Guaikuru, falantes das línguas da família Mbaya-Guaikuru; dos Camba e sua família linguística Camba; dos Bororo, Umutina, Ofayé e Guató, inseridas no tronco Macro-Jê, mesmo que se duvide sobre a relação de vínculo da língua Guató ao Macro-Jê conforme aponta Ribeiro(2006); dos Terena, Laiana e Kinkinay, de língua Chané-Guaná; da família Aruak, e dos Guarani e Kaiowá, falantes das línguas Guarani; da Família Tupi-

Guarani, do tronco Tupi (Martins & Maia, 2012), mesmo que estas línguas tenham sofrido influência do colonialismo.

Apresenta sob seu solo indícios de que os primeiros seres humanos que chegaram às suas terras datam do final do período Pleistoceno, ou seja no período compreendido entre doze e oito mil anos atrás, das quais ocorreu um favorecimento das variadas populações caçadoras-coletoras da região devido as transformações ecológicas e a crescente tropicalização (Eremites de Oliveira & Viana, 1999, Bespalez, 2015).

Com a tropicalização, a temperatura intensificou se em um clima mais quente, favorecendo a chegada e permanência de seres humanos, que possuíam como premissa para o ato de sobrevivência, conseguir alimentação: tanto o hábito da caça de animais e da coleta de frutos e plantas comestíveis (ofertados abundantemente na região), quanto favorecer-se das águas expostas em rios, lagoas, riachos, para a pescaria e consumo de pescado, este período é denominado por Ótimo Climático².

Brasil (2020) aponta duas³ ocupações na região pantaneira, sendo que a primeira com a população se estabelecendo em territórios ao entorno de matas, distante de locais com grande fluxo de água, e a segunda instalando-se próximas a áreas abundantes em água, como beira de lagos, rios e lagoas. Essa ação migratória para regiões próximas a ambientes com intenso fluxo aquífero, intensificou-se há aproximadamente 5 mil anos⁴.

A continuidade do povoamento, e a evolução da sociedade e da transformação do ambiente foram ações positivas para a estabilização e permanência dos povos que chegaram à região central brasileira.

Ao se realizar uma analogia com a Psicologia Ambiental, no texto A Teoria de Campo de Kurt Lewin, denomina-se **valência**. Esta, refere-se ao “valor subjetivo de um evento, objeto, pessoa ou outro elemento no espaço de vida de um indivíduo. Uma entidade que atrai a atenção do indivíduo tem valência positiva, uma que repele tem valência negativa” (Vandenbos, 2007, p.974).

Para Lewin (1933, 1953, 1975), a interação do sujeito com o meio ocorre como um campo composto por forças que influenciam seu comportamento. Citando Lewin, Cavalcante e Elali (2017), esses elementos que impactam o sujeito são denominados de *Valenzou* de *Aufforderungscharakte*.

2 Brasil, p.25

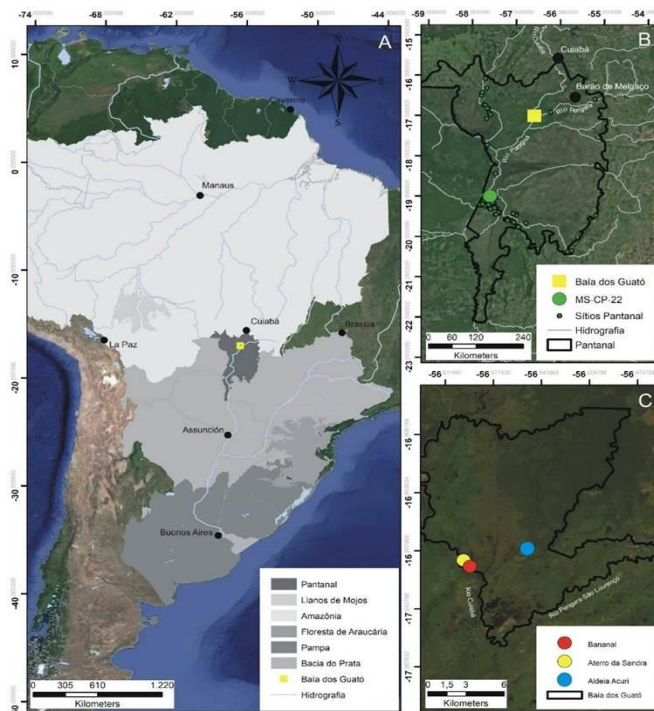
3 Ibid., p.80

4 Op.Cit.

As descobertas de cunho arqueológico, ocorreram através de pesquisas na região do Pantanal. Dentre elas, no município de Ladário - MS, existe um denominado aterro MS-CP-22⁵, com aproximadamente 8,4 mil anos.

Figura 3.

Aterro MS CP – 22



Fonte: Adaptada de Oliveira (2018)

Tal pesquisa evidenciou que ao se observar a estrutura do aterro MS-CP-22, denota-se grande trabalho de engenharia, pois foi construído estrategicamente na planície que, ao decorrer do ano, alaga-se, e que com o clima favorável, ambiente com vasta oferta de alimentos, e a confecção da Tradição Pantanal⁶, fez se chamariz propiciando a vinda de várias etnias para a região. Podemos observar que a chegada de diversas populações humanas na região ocorre, conforme Peixoto (2004), com o desenvolvimento de processos de condição territorial estimulados por variadas populações indígenas construtoras de aterros. Os principais correlatos desse processo se dão através da multiplicação de aterros em áreas

5 Cerâmica e o aumento do número de aterros, transformações que devem ter ocorrido em conjunto com a intensificação das atividades agrícolas e de manejo ambiental, e a complexidade sócio histórica.

6 Sejam resultantes de processos de continuidade e mudança, desencadeados através de interações entre as populações já estabelecidas na área, em pleno crescimento demográfico, e outros grupos, recém-chegados ou então assentados em torno do Pantanal.” (Bezpalcz, p. 3).

suscetíveis a inundações, bem como a inclusão de técnicas de manuseio com a terracota, considerada como Tradição do Pantanal e com datação que varia entre 2.800 e 800 anos (Peixoto, 2004).

Existe também a caracterização de que a população da amazônica influenciou diretamente os indígenas pantaneiros que aqui habitavam, introduzindo lhes alguns trabalhos cerâmicos em seu cotidiano, cerca de três milênios passados.

A pesquisa denominada por Fase Pantanal identificou, através de indícios cerâmicos, e, posteriormente com teste laboratorial do Carbono 14, que existiam diversos grupos de indígenas canoieiros no Pantanal, que utilizavam como meio de transporte canoas; eram peritos em navegação pela área alagada típica pantaneira e habilidosos em navegar pela vegetação flutuante que existe no prolongamento dos rios, lagos e lagoas, que por vezes, assemelham-se a terra firme. Dentre eles, nossos protagonistas Guatós - com indicação superior a mil anos, segundo reportagem da Folha de São Paulo - os Payaguás e os Guaxarapós.

Os contextos arqueológicos, conforme aponta Eremites (2004), são semelhantes aos outros que serviram de contribuição para a constituição da Tradição Pantanal no Brasil, amplamente analisados no Chaco paraguaio, boliviano e argentino, onde receberam a classificação de *Wettiadau-Mbayá* *Guaná-Mbayá*, Complexo Cultural Alto-Paraguaiense, Tradição *Chaquenha*, Cultura São Francisco e Tradição Ribeirinha Paranaense sendo que, esta, atualmente está sendo referida como Entidade *Goya-Malabrigo* (Susnik, 1959, 1984; Willey, 1971).

2.1 Realidade histórica dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul

A ocupação humana do Estado de Mato Grosso do Sul iniciou-se por volta de 10.000 anos a.C. por meio dos primeiros habitantes indígenas ancestrais dos ameríndios contemporâneos Guaranis, Terenas, Caiouás Caiapós, tendo, através dos anos, novos povos se estabelecendo na região, como por exemplo os Ofaiés.

Já a partir do descobrimento da América, iniciou-se uma corrida para essa região, após a riqueza do império Inca, no Peru, ter sido feito famosa por Pascual de Andagoya. Na década de 1.510, Juan Díaz de Solís tentou alcançar aquele império pelo estuário do Rio da Prata, mas sua tentativa foi fracassada.

Na década seguinte, no ano de 1524, foi a vez de Aleixo Garcia, um português sobrevivente da expedição de Solís, tentar sua sorte. Seguindo a lenda do “Rei Branco”, contada a ele por indígenas guaranis quando acompanhava Solís, Aleixo Garcia passou dez anos juntando homens e recursos para visitar o território.

Foi, assim, o primeiro europeu a pisar em solo sul mato-grossense, o qual alcançou pelo rio Paraguai, atingindo a região onde hoje está a cidade de Corumbá. Aleixo Garcia, no entanto, foi frustrado em alcançar o Império Inca, pois foi assassinado por indígenas em território paraguaio.

Foi Francisco Pizarro quem conquistou e destruiu o império dos Incas, o qual alcançou vindo do norte, e não pelo estuário do Prata, como Solís e Garcia haviam tentado. De qualquer maneira, aventureiros continuavam tentando fazer percurso por meio do rio Paraná.

Nos anos de 1.537 e 1.538, o espanhol Juan Ayolas e seu acompanhante Domingos Martínez de Irala também estiveram na região de Corumbá, navegando pelo rio Paraguai, e denominaram *Puerto de los Reyes* à lagoa *Gayva*. Por entre 1.542 e 1543, Álvarez Núñez Cabeza de Vaca, aventureiro espanhol, também por Corumbá passou para seguir para o Peru. Outro visitante foi o governador de Assunção, Domingos Martínez de Irala, que marchou até os Andes.

Em 1579, foi fundada a comunidade de Xerez como tentativa de povoamento, nas proximidades dos rios Miranda e Aquidauana. Esse povoamento, no entanto, foi destruído pelos indígenas Guaicurus.

Na década de 1.610 uma missão jesuítica já se expandia de Assunção, no Paraguai, ao sul de Mato Grosso, tendo aldeado as comunidades indígenas do Itatim em território sul-mato-grossense. Apoiada pela Espanha e pela Igreja Católica, a intenção era assegurar o controle do vale do Rio Paraguai e articular as missões do Itatim com as de Mojos e

Chiquitos, de modo a assegurar a proteção ao altiplano das minas na atual Bolívia. Ao longo das décadas de 1.630 e 1.640, no entanto, estas missões foram brutalmente destruídas pelos bandeirantes, tendo partido de Antônio Raposo Tavares, em novembro de 1.648, o golpe final.

Grande parte da região do atual Mato Grosso do Sul era conhecida pelo termo Guarani Itatim (pedra branca). No local houve duas reduções jesuíticas ligadas ao Colégio Jesuítico de Assunção (1598) com a finalidade de converter e reduzir os indígenas itatines, falantes da língua Guarani.

As reduções foram denominadas de Nossa Senhora da Fé e Santiago de Caaguaçu. A duração da missão do Itatim foi curta e estendeu-se entre 1.631 e 1.659, época em que os constantes ataques das expedições escravistas de paulistas, posteriormente chamadas de bandeiras, concentravam-se na região abaixo do Rio Apa, para facilitar a defesa.

Magalhães, no ano de 1.999, em seu artigo denominado Subsistência, discorre sobre a etnia canoieira *Payaguás*, e auxilia-nos também na pontuação de informações que demonstram práticas de plantio dos Guatós, como a coleta do arroz nativo – identificado por Castelnau (1850) como *Oryzaparaguayensis*, era atividade ligada a subsistência Payaguá. A busca por este produto nas superfícies inundadas do Pantanal gerava conflitos com outros grupos, especialmente os Guatós, Guasarapos ou Guachis (Labrador, 1910; Susnik, 1978).

São inúmeros os textos documentados por vários autores que apresentam em suas narrativas, a existência de outros grupos canoieiros coabitando a região pantaneira, convivendo e atuando na área juntamente com a etnia guató, interagindo com eles, ocupando o espaço característico por grandes e extensas áreas alagadas, com vegetação flutuante, e que também dominavam a arte náutica.

O estado de Mato Grosso do Sul foi desmembrado do estado do Mato Grosso em 1.977 pelo então presidente Ernesto Geisel, através da Lei complementar nº 31 de 11/10/77. Está localizado na Região Centro – Oeste brasileira, faz fronteira com dois países: Bolívia e Paraguai, e também com cinco outros estados federativos: Mato – Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Apresenta indícios históricos da variabilidade de povos indígenas presentes no passado. Através de dados expostos pela SESAI / MS (Secretaria Especial de Saúde Indígena), em 2019 existiam cerca de 80.459 indígenas, habitando 29 municípios, como expressos na tabela abaixo, adaptada da Secretaria Estadual de Cidadania do Mato Grosso do Sul:

Tabela 2.

Indígenas do MS - População Indígena em Mato Grosso Do Sul

| Município | Comunidade Indígena | Povo/Etnia |
|-------------------------------|----------------------------|-------------------------|
| Aquidauana | Aldeia Colônia Nova | Terena |
| | Aldeia Água Branca | Terena |
| | Aldeia Ipegue | Terena |
| | Aldeia Bananal | Terena |
| | Aldeia Lagoinha | Terena |
| | Aldeia Morrinho | Terena |
| | Aldeia Imbirussu | Terena |
| | Aldeia Limão Verde | Terena |
| | Aldeia Córrego Seco | Terena |
| | Aldeia Burutizinho | Terena |
| Anastácio | Aldeia Aldeinha | Terena |
| Aral Moreira | Aldeia Guassuty | Guarani Kaiowá |
| Amambai | | Guarani Kaiowá |
| | Aldeia Amambai | Guarani Nhandeva |
| | Aldeia Jaguarý | Guarani Kaiowá |
| | Aldeia Limão Verde | Guarani Kaiowá |
| | | Guarani Nhandeva |
| Antônio João | Aldeia Campestre | Guarani Kaiowá/Terena |
| | Aldeia CerroMarangatu | Guarani Kaiowá |
| Bela Vista | Aldeia Pirakuá | Guarani Kaiowá |
| Brasilândia | Aldeia Ofaié | Ofaié-Xavante |
| Caarapó | Aldeia Te'yikuê | Guarani Kaiowá |
| | | Guarani Nhandeva |
| | Aldeia Guyraroka | Kaiowá |
| Campo Grande (área urbana) | Aldeia Marçal de Souza | |
| | Aldeia Tarsila do Amaral | |
| | Aldeia Água Bonita | |
| | Aldeia Darcy Ribeiro | |
| Coronel Sapucaia | Aldeia Takuapery | Guarani Kaiowá |
| | Acampamento Kurussu/Amba | Guarani Kaiowá |
| Corumbá | Aldeia Uberaba | Guató |
| Dois Irmãos do Buriti | Aldeia Água Azul | Terena |
| | Aldeia Barreirinho | Terena |
| | Aldeia Buriti | Terena |
| | Nova Buriti | Terena |
| | Aldeia Olho D'água | Terena |
| | Aldeia Oliveira | Terena |
| | Aldeia Recanto | Terena |
| Douradina | Aldeia Panambi | Guarani Kaiowá/Nhandeva |
| | | Terena |
| Dourados | Aldeia Jaguapiru | Guarani Kaiowá |
| | Aldeia Bororo | Guarani Kaiowá |
| | | Guarani Nhandeva |
| | | Terena |

| | | |
|----------------|------------------------|-------------------------|
| | Aldeia Panambizinho | Guarani |
| | | Kaiowá/Guarani |
| | | Nhandeva/Terena |
| | Porto Cambira | |
| Eldorado | Aldeia Cerrito | Guarani Kaiowá |
| | | Guarani Nhandeva |
| Japorã | Acampamento YvyKatu | Guarani Kaiowá |
| | Aldeia Porto Lindo | Guarani Kaiowá |
| Juti | Aldeia Jarará | Guarani Kaiowá |
| | Aldeia Takuara | Guarani Kaiowá |
| Laguna Carapã | Guaimbé | Guarani Kaiowá |
| | Aldeia Rancho Jacaré | Guarani Kaiowá |
| Maracaju | Aldeia Sucuri'y | Guarani Kaiowá |
| | Aldeia Cerro'y | Guarani Kaiowá |
| | | Guarani Nhandeva |
| Miranda | Aldeia Argola | Terena |
| | Aldeia Morrinho | Terena |
| | Aldeia Cachoeirinha | Terena |
| | Aldeia Lagoinha | Terena |
| | Aldeia Babaçu | Terena |
| | Aldeia Moreira | Terena |
| | Aldeia Passarinho | Terena |
| | Aldeia Lalima | Terena/Kinikinau |
| | Aldeia Mãe Terra | Terena |
| | | Kinikinau |
| Nioaque | Aldeia Brejão | Terena |
| | Aldeia Taboquinha | Terena |
| | Aldeia Água Branca | Terena |
| | Aldeia Cabeceira | Terena/Atikum/Kinikinau |
| Paranhos | Aldeia Arroyo Korá | Guarani Kaiowá |
| | Aldeia Paraguassu | Guarani Kaiowá |
| | Aldeia Pirajuí | Guarani Kaiowá |
| | Aldeia PotreroGuassu | Guarani Kaiowá |
| | Aldeia Sete Cerros | Guarani Kaiowá |
| Ponta Porã | Acampamento Y'poy | Guarani Kaiowá |
| | Aldeia Lima Campo | Guarani Kaiowá |
| | Aldeia Kokue-i | Guarani Kaiowá |
| Porto Murtinho | Aldeia Barro Preto | Kadiwéu |
| | Aldeia São João | Kadiwéu |
| | | Kinikinau |
| | Aldeia Tomázia | Kadiwéu |
| | Aldeia Alves de Barros | Kadiwéu |
| | Aldeia Campina | Kadiwéu |
| Rochedo | Aldeia Córrego do Ouro | Kadiwéu |
| | Aldeia Bálsamo | Terena |
| Sidrolândia | Aldeia 10 de maio | Terena |
| | Aldeia Córrego do Meio | Terena |
| | Aldeia Lagoinha | Terena |

| | | |
|-------------|-----------------------|------------------|
| | Aldeia Tereré | Terena |
| Sete Quedas | Acampamento Sombreiro | Guarani Kaiowá |
| | | Guarani Nhandeva |
| Tacuru | Aldeia Jaguapiré | Guarani Kaiowá |
| | Aldeia Sassoró | Guarani Kaiowá |

Nota. Fonte Adaptado de (SECID, 2019).

Embora existam várias etnias, este certame limita-se a focalizar a Etnia Guató, por serem eles os protagonistas deste estudo, uma vez que permanecem até a atualidade em Corumbá e demais regiões próximas ao município.

2.2 Guató: povos de águas pantaneiras

A despeito da etnia Guató, tornou-se necessário discorrer acerca dois eixos populacionais: sua presença no estado de Mato Grosso, em um compêndio textual que visa dar maior visibilidade e, um outro, no estado de Mato Grosso do Sul, tornando justificável o fato dos dois eixos serem constituídos de um mesmo grupo étnico. Desta forma, compartilhando a própria história, a mesma maneira de vida social e, de certo modo, mesmo temporal contínuo, podemos considerar o que Marcel Mauss (2003, p.245) denomina de **morfologia social**, que não possui rejeição de significado do espaço territorial em seu modo organizacional, entretanto, afasta-se de considerações sobre a supremacia, quase que exclusiva de fatores geográficos. Aquém das circunstâncias territoriais, o uso, costume e modo enquanto condições inerentes ao convívio social é a base para essa morfologia, explica o antropólogo e sociólogo francês.

O debate acerca da cultura, tendo esta como uma consequência da organização de grupos étnicos, cita-se Manuela Carneiro da Cunha (2000) tendo sido considerada a partir de seus manifestos culturais nos modos de um povo, tendo em vista suas mudanças no decorrer dos anos.

Conforme Frederik Barth (2000), a cultura pode ser interpretada como uma implicação da etnicidade em um momento de interação étnica, ou seja, através de suas relações histórico-sociais. Assim, essa noção de pertencimento se constrói através de aspectos simbólicos nos traços culturais e possibilita estabelecer a fronteira da **identidade étnica**.

As fronteiras culturais e geográficas, necessariamente, não são mera coincidência; mesmo que indivíduos de um mesmo grupo partilhem territórios distintos e fragmentados, a respeito dos Guatós, o que os define como um grupo é a fronteira étnica, enfatizando as categorias atributivas de alteridade e pertencimento (Graciela Chamorro & Isabelle Combès, 2015).

Sob a ótica teórica, o povo da etnia Guató pode ser considerado como único e indivisível, mesmo que habitam diferentes localidades. Em ambos os estados, isto é, no Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os agrupamentos se “fundem” como um só grupo étnico, aquém do que já se sabe, por tomarem comportamentos sustentáveis à vida em conjunto. Desta forma, percebe-se que ambos se enredam em uma trama histórica de grande complexidade que constrói pelo relato oral, pela análise de documentos, bibliografia, iconografia e a cartografia.

Viajantes que percorreram a região do povo Guató conforme aponta (Graciela Chamorro & Isabelle Combès, 2015), revelaram suas impressões acerca das peculiaridades linguísticas.

No ano de 1977, Florence, apontou que a língua Guató era rápida, tendo relatado que durante uma conversa percebia-se palavras monossilábicas, breves e que sofriam alternâncias. Foi o adjetivo “doce”, que Castelnau (1850) utilizou para qualificar a língua Guató ao observar a pronúncia, em especial, das mulheres Guató.

Atualmente, através de estudos linguísticos foi possível identificar que a língua Guató não possui adjetivo, sendo estes os verbos da língua (Pizzini, 2005).

Em meados do século XX, Rodrigues (1986), apontou que os Guató são falantes de uma língua do tronco Macro-Jê, tendo esta considerada como família e língua guató. Acerca da extinção, esta língua é utilizada por alguns indígenas residentes no município de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, bem como na região de São Lourenço, no estado de Mato Grosso.

Uma pesquisa realizada por Postigo (2009, p.14), aponta que a língua nativa é falada por apenas cinco falantes, sendo que sua transmissão é considerada como baixa. A quantidade de estudos da língua Guató, conforme relata Postigo (2009), indicando, tão somente a uma tese de doutorado de Palácio (1984).

A posteriori, Martins (2011), através de um trabalho comparativo lexical e gramatical da língua Guató, foi possível verificar a hipótese apontada por Rodrigues (1986) acerca da língua guató ser um membro do tronco Macro-Jê, tendo sua constituição formada por doze famílias linguísticas conforme aponta a tabela abaixo.

Tabela 3.

Tronco Macro – Jê e seus derivantes

| Tronco Linguístico | Derivados do Tronco |
|--------------------|---------------------|
| Macro jê | Família Jê |
| | FamíliaMaxakalí |
| | Família Krená |
| | Família Kamakã |
| | Família Purí |
| | Família Karirí |
| | Família Yatê |

| | |
|--|-------------------|
| | Família Karajá |
| | Família Ofayé |
| | Família Boróro |
| | Família Rikbaktsá |
| | Família Guató |

Nota. Adaptado de Rodrigues (2012)

Apoiando nos trabalhos de Cruvinel (1985), a dissertação faz referência à etno-história dos Guatós no estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista que habita terra indígena desta etnia. No que se refere a etnia guató que habita as margens do rio São Lourenço, no estado de Mato Grosso do Sul, baseamo-nos nos postulados de Migliácio (2000), bem como nos postulados de Giovani José da Silva (2008).

Para promover o entendimento do contato dos Guatós com os não indígenas damos importância aos estudos realizados por João Pacheco de Oliveira Filho (1998), tendo em vista a percepção das instituições indígenas estão relacionadas de maneira íntima, sendo que o contato não deve ser entendido como uma forma de redução, ou uma relação incontestada de dependência.

A organização social dos Guatós, desde os primeiros relatos ocorridos no século XVI, são baseados em famílias nucleares, patrilinear filiada e independente. Para Oliveira (1996), trata-se de um exemplo etnográfico, exclusivamente canoeiro.

As atividades eram distribuídas da seguinte maneira: ao homem guató sucumbia-se a confecção de equipamentos que eram utilizados na pesca e na caça. Era de sua responsabilidade o exercício da pesca e da caça, bem como da coleta, e também o preparo dos alimentos. O abatimento de onças na caça era visto como prestígio e coragem para o homem, dando-lhe direito a uma mulher ou a participação do ritual de passagem da vida adulta, caso o caçador fosse um adolescente. Às mulheres guató, lhe eram atribuídas as tarefas de confecção de utensílios de barro e de tecidos. Tanto o homem guató quanto a mulher, destaca Graciela Chamorro & Isabelle Combès (2015), confeccionavam peças trançadas.

Além do ato de coleta de alimentos, pesca, caça e navegação, inclui-se a este povo, também a habilidade no plantio e cultivo de grãos como milho, cará, mandioca, abóbora, batata, cana-de-açúcar, algodão, cabaca, fumo, disponibilizadas em aterros elevados, estrategicamente arquitetados para proteção eficaz das inundações fluviais, destacando como habilidades desenvolvidas através da atuação e inter-relação cotidiana com seu meio, apontadas na pesquisa (Costa, 2015, p.203).

O trabalho com cerâmica, confeccionando utensílios para uso próprio, vasilhas que trariam maior praticidade as atividades diárias, além da confecção também de arco e flecha e tecelagem com aguapé (camalote), folhas de acurí, tucum, entre outras plantas do habitat pantaneiro.

Figura 4.

Vasilha cerâmica utilizada para armazenar água



Fonte: Adaptada de (Oliveira, et. al, 1995)

Habitação: a forma de organização social estava disponibilizada em faixas territoriais semelhantes aos assentamentos, onde sempre residiam juntos membros do mesmo núcleo familiar no **microambiente**, ou seja, não se estabeleciam em aldeias como observado em outras etnias, em que as habitações são dispostas próximas umas das outras. As construções eram executadas de forma simples, para a utilização como proteção às intempéries da natureza (chuva e frio).

Coleta, Pesca e Caça: ações sugestivas para a aquisição de matéria prima para confecção de utensílios de uso cotidiano, alimentação, cumprir algum ritual de passagem (caçar onças).

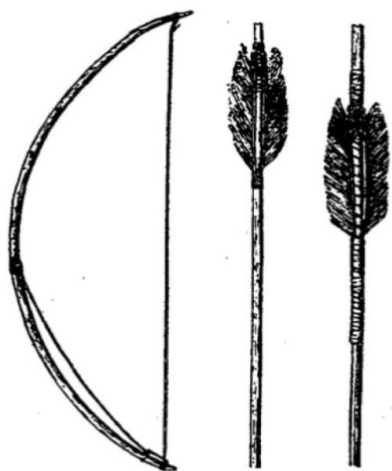
Cultivo: em decorrência de seu alto grau **percepção ambiental**, disponibilizado através do conhecimento das características vivenciadas pela ação do ambiente, esta etnia desenvolveu a habilidade e estratégia para o cultivo em local que não inunda, em pontos mais altos da planície pantaneira. Colhiam arroz, sementes, raízes, algodão, cabaça, entre outros.

Navegação: uma das características mais ilustres dos guató era a perícia sobre o conhecimento da hidrografia pantaneira, e suas modificações sazonais (época de cheia e seca do Pantanal), o que favorecia na maestria em deslocamento aquático por meio de suas embarcações, que por sua vez, eram construídas com destreza a canoa (*manum*) e remos

(*macum*), possibilitando **mobilidade** (que na perspectiva da Psicologia Ambiental, ultrapassa a ação deslocamento descrita como ir e vir, expressando-se como articuladora de questões sociais), perante o espaço pantaneiro.

Figura 5.

Arco e flechas infantis Guató.



Fonte: Adaptada de (OLIVEIRA, et. al, 1995)

Observamos claramente nesse contexto a percepção ambiental, pois tal grupo se adequa ao meio conforme o experimenta, mantendo seus valores ecológicos ao conviver harmonicamente com o ambiente, compondo neste painel a identidade de lugar, que para a psicologia ambiental, é construída a partir da interação do indivíduo com tudo que o rodeia, formando assim a subestrutura de **identidade pessoal**, além de pontuar características do compromisso **pró-ecológico**, em pré-disposições psicológicas como conhecimento de mundo, em todos os aspectos que influenciam essa relação, e denotam-se em práticas de conservação e cuidados ambientais (Mourão e Cavalcante, 2017).

Dançadores do cururu, degustadores de bebidas baseada na polpa do acurí, tocadores de viola de cocho, os guatós foram descritos pela primeira vez no século XVI por Alvarez Núñez Cabeza de Vaca (1987) quando o Pantanal era descrito como *Laguna de Los Xarayes*, ou ainda, como Lago *Xarayes*, tendo em vista que o nome fora tomado por uma das etnias habitantes do local na época.

As definições de *Guataes*, *Guatás*, *Guathós*, *Guatos*, *Guatós*, *Goatos*, *Guattos* bem como *Guaues*, ou Povo do Pantanal, sendo estes dos grupos do estado de Mato Grosso, bem como no estado de Mato Grosso do Sul, em seu território da Bahia dos Guatós e na Terra

Indígena do Guató respectivamente. Receberam a autodenominação de *maguaató*, frango d'água (*Phimosus infuscatus*), espécie comumente encontrada nos rios, baías, brejos e corixos (Graciela Chamorro & Isabelle Combès, 2015) da região.

Entretanto, essa informação traz cunho de incertezas devido a uma derivação do verbo andar, *guatá*, que significa “caminhar, circular, transitar” na língua guarani referenciando a sua característica de mobilidade espacial de navegação (Oliveira, 1996).

A disputa territorial pelo domínio do Pantanal entre Portugal e Espanha, mostrou uma região composta por um mosaicismo culturalmente social no “coração” da América do Sul, incluindo um bando de canoeiros com uma cultura socialmente formada e uma linguagem distinta.

Perpassando de modo cronológico no século XVI, nos deparamos com inestimáveis documentos acerca da presença do povo guató na localidade. Dentre eles o espanhol Domingo Martínez de Irala que abrenhou na localidade que viria a ser nominada como *Xarayes*, atualmente conhecido como Pantanal, no ano de 1.542, precisamente no mês de novembro, abordo de três navios portugueses, armados e apoiados por um grupo de indígenas, partindo de Assunção, navegando e explorando através rio Paraguai (Costa e Silva, 2009).

Na busca por ouro e prata e, sob as ordens de Núñez Cabeza de Vaca (1922), Irala apontou dados sobre os Guatós quando margeava o **Mar de Xaraés**.

Alguns poucos raros registros apontam uma economia de subsistência através do cultivo do milho, cará, mandioca, abóbora, batata, cana de açúcar, algodão, cabaça bem como o fumo, as roças situadas em regiões elevadas, aterros cercados por cheias fluviais. A estas atividades, o artesanato realizado por ambos os sexos de modo a propor uma maior comodidade fora incorporado.

Na pesca, mesmo que se tinham instrumentos de caça como a espingarda, a elas eram incorporadas os arcos e flechas, fundas, azagaias, arapucas e bordões. Os instrumentos domésticos e de trabalho, ainda são produzidos no núcleo da Terra Indígena Guató bem como da Terra Indígena Baía dos Guatós, mesmo que a matéria prima utilizada na fabricação não seja abundante (Oliveira, 1996).

Relatos vividos às margens dos rios percorridos pelos viajantes no século XVI foram amplamente registrados. Os rios, em grande parte, são aformoseados por aguapés em sua superfície. Estes, por sua vez, tinham a função de eliminar as impurezas dos mananciais, prover refúgio e alimento a fauna aquática do bioma. O uso de canoas pelos Guatós para transpor a via aquática enovelada lhes rendeu a alcunha de senhores das águas pantaneiras.

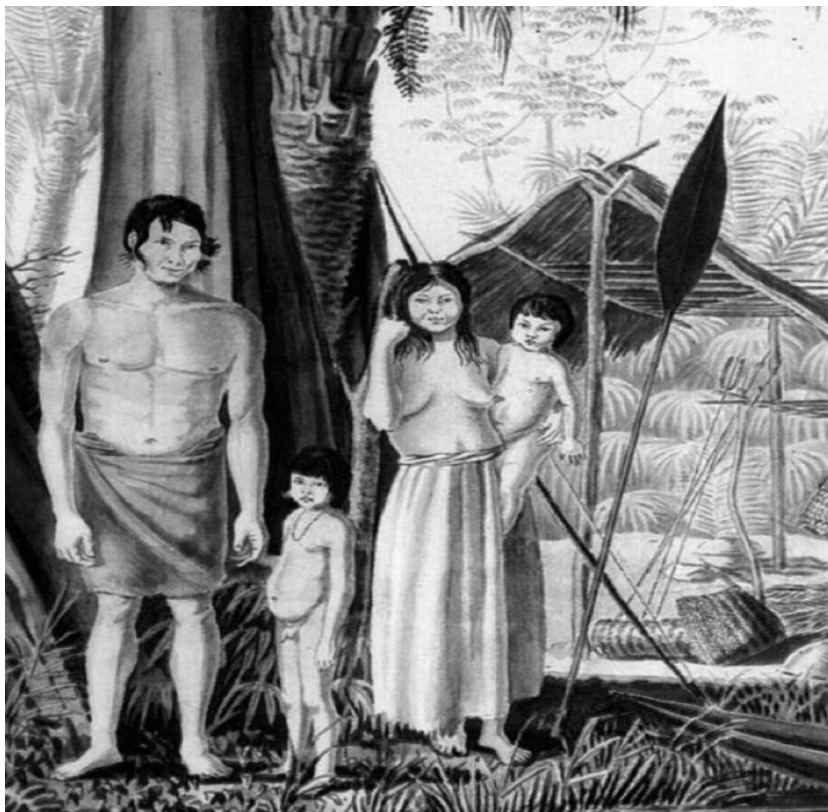
A confecção da canoa, conhecida como *manum* ou “canoa de um pau só”, utilizada no transporte essencial dos indígenas, era realizada com a madeira cambará ou chimbuva conforme aponta Victoriano (2006), bem como os remos: *macum*, em tamanhos variados, as *zingas*, *madyuada*, mastros utilizados na propulsão da canoa quando o rio está baixo.

Chefiada por George Henrich Von Langsdorff, a expedição russa realizada no século XIX seguia por São Paulo, estado de Mato Grosso e Amazonas, trajetória realizada e que permitiu uma análise dos aspectos geográficos, urbanos, linguísticos e etnológicos, com uma vasta fundamentação iconográfica e cartográfica das quais incluíam referências aos povos Guatós dos rios São Lourenço e Paraguai, respectivamente.

Demais dados acerca dos indígenas também foram trazidos pela “expedição” do naturalista francês Castelnau (1850) no ano de 1845. A figura do indígena descrita por ele era de um indígena com bigode e barba cumprida, nariz aquilino, olhos direitos, possuíam os lábios inferiores perfurados por um pedaço de pau e, na orelha, adornavam com penachos. Embora os considerassem muitos bonitos, lhe assemelhou como indígenas europeus.

Figura 6.

Família Guató



Fonte: Adaptada de (Costa et al., 2015)

Nos anos de 1901, 1910 e 1928, em suas viagens, Schmidt (1942), concluiu que os Guatós ocupavam as margens do rio Paraguai, de Descalvado à Lago Gaíba, no rio Alegre, afluente do Cuiabá, bem como no canal D. Pedro II, Ilha Ínsua, tido como centro do universo do povo guató.

Os aterros e assentamentos do povo guató na região do rio Caracará no estado de Mato Grosso nos leva a preocupações etnográficas dos quais estes foram motivos de estudos como, por exemplo, no ano de 1928, em sua última viagem, Schmidt (1942) propôs uma análise das mudanças ocorridas na comunidade guató em decorrência do contato com os não - indígenas.

Ribeiro (2005), propôs um estudo que permeia a relação da mobilidade espacial dos guatós. Para tanto, apresentou dados etnográficos acerca da sociedade guató, discutindo os critérios que levam a movimentação desta etnia, envolvendo atividades de subsistência e confecção de objetos.

Muito aquém deste, leva-se em conta razões que levaram a tais deslocamentos, de argumentações específicas e de natureza, podendo ser suplementares, com causas relacionadas, tendo isso, preceitos que subjagam a vida dos indígenas (Graciela Chamorro & Isabelle Combès, 2015).

A presença dos Guatós por toda a extensão do rio Paraguai à vazante de Descalvado fora amplamente documentada. Informações esmiúças obtidas em cartas, elaboradas por Mariano da Silva Rondon (1952), do estado de Mato Grosso e suas localidades vizinhas, continham informações em detalhes acerca dos guatós nesta extensão do rio.

Navegando por águas fronteiriças do estado de Mato Grosso com a Bolívia, Frederico Rondon (1938) apontou a presença dos Guatós no Alto Paraguai. Avistados nos campos do Descalvado, trabalhando em grandes fazendas de charqueada no Pantanal, os indígenas guatós se misturavam aos indígenas bororo ocidental e chiquitano formando um enorme contingente.

A Fundação Nacional do Indígena – FUNAI, apontou em seus relatórios de viagens de campo para identificação da Terra Indígena Guató a presença de núcleos guatós nessa faixa de terra. A FUNAI considera o povo Guató como uma etnia de fronteira, tendo uma expressiva população em *Puerto Gonçalo*, na Bolívia, nas proximidades da Ilha Ínsua.

Estudos recentes proposto por Moreira da Costa (2000), apontou a presença da etnia em Cáceres no estado de Mato Grosso. A aproximação dos indígenas ribeirinhos e moradores da cidade se deram ao destacamento militar de Porto Índio, criado em 1.950.

Todavia, a transferência do porto para o 17º batalhão de Fronteira no município de Corumbá - Mato Grosso do Sul, permitiu a interrupção do fluxo regular de militares e do povo Guató a Cáceres, impossibilitando a comunicação.

Em 2.008, conforme dados apontados pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, foi possível obter dados acerca do tamanho do núcleo familiar, da população indígena da Terra indígena Guató, no estado de Mato Grosso do Sul, bem como dos indivíduos da Terra Indígena na Baía dos Guatós, no estado de Mato Grosso. A quantidade de indivíduos integrantes desses núcleos foi, para o último, a quantidade de 195, conquanto que, para a localizada no estado do Mato Grosso do Sul foi de 175 indivíduos (Graciela Chamorro & Isabelle Combès, 2015).

O fato das narrativas cronistas e do ramo demográfico dos erradios se dá uma depopulação provocada pela Guerra o Paraguai (1864-1870), que mantinha um contingente guató no exército brasileiro, sendo estas, causas prováveis de sua diminuição populacional. Além da luta armada internacional, sendo considerada de grande proporção, conforme relato de Graciela Chamorro & Isabelle Combès (2015), esse contato com outras culturas, trouxe consigo os males da varíola; a ocupação do alto Paraguai pelos não indígenas, que enxotaram os guatós de seus territórios, dispersando essa população de suas localidades de origem.

O presidente da província do Mato Grosso, Barão de Melgaço, recebeu uma correspondência no ano de 1869 pelo Diretor Geral dos Indígenas apontando uma enorme mortandade provocada pela varíola no ano de 1867. Embora haja relato de que o país tenha utilizado o Vírus da Varíola como arma biológica no século XIX para exterminar os indígenas conforme aponta Blecher (2001), esta dissertação limita-se a aprofundar o acontecimento acerca da depopulação dos indígenas guatós.

Figura 7.

Família do senhor Rosário Guató



Fonte: Adaptada de (Suki Ozaki., 2006).

Conforme aponta o Diretório Geral dos Índios, criado em 1955, estima-se cerca de 500 a 600 indígenas guató nas margens dos rios São Lourenço e Paraguai (Cunha, 1992).

Uma nova dispersão da etnia guató ocorreu por volta de 1940 e 1950, em especial a etnia do grupo da Terra Indígena Guató devido a criação de gados na Ilha Ínsua.

Para que pudessem se manter, dispersaram-se para as regiões pantaneiras nas cidades de Ladário, Aquidauana, Poconé e Cáceres. Alguns poucos raros núcleos conseguiram permanecer em suas terras tradicionais e, por esse motivo, levou a exclusão de várias etnias das políticas indigenistas em 1.950 (AZANHA, 1991).

Outrossim, após 1.540, e a primeira interação com um grupo não índio liderado por Cabeza de Vaca, vários outros grupos de exploradores percorreram a área e acabaram por interagir com a população, em relações de troca, nem sempre positivas aos nativos pantaneiros. Incluindo a estes exploradores Rondon, que durante a implantação das linhas de telégrafos, os contatou entre os anos de 1.900 a 1.906 (Oliveira, 1995, p 110).

Com essa interação europeia vinda de além-mar, surgiram novas possibilidades de vivenciar a interação com o ambiente, dentre elas conforme informa Costa (2015), acerca das doenças advindas da interação com o não-índio, enfermidades estas, responsáveis pelo óbito de boa parcela da população indígena, no período temporal de sua ocorrência.

Tabela 4

Epidemias do contato com o não índio

| EPIDEMIAS | PERÍODOS | FONTES |
|-----------------|-------------|---|
| Variola | 1867 e 1927 | Leite (1869); Koslowsky (1895); Schmidt (1942a) |
| Bexiga | 1870 | Brandão (1872) |
| Catapora | 1900 | Schmidt (1902) |
| Gripe Espanhola | 1919 | Frederico Rondon (1938) |

Nota. Fonte: Adaptada de (Ribeiro, 2005, p. 64).

Através da inserção desse novo ator não - indígena no ambiente, novas ações comunitárias passaram a ocorrer e acabaram por desencadear rearranjos de interação sócio-ambiental.

Além de doenças, o contato com o não índio trouxe-lhes a escravidão, a migração para outros territórios, a mão de obra durante a Guerra do Paraguai (1864 – 1870) e observamos ainda o uso e abuso de álcool por parte dessa população.

2.3 Guató: extinção inconsequente, o território como ambiente significativo

Marilene da Silva Ribeiro (2005) descreve em seu trabalho o panorama histórico da desterritorialização dessa etnia, em linhas gerais aborda a temática do indígena como agente histórico ocupando extensa área pantaneira (território), entretanto em grupos compostos por núcleos familiares, quais residiam separadamente, distribuídos ao longo da extensão territorial, o que sugere: ter vários territórios no Pantanal. Para a autora, o processo inicia-se no contato com o não-índio, que acarretou ao Guató sua participação na Guerra do Paraguai e na Triplice Aliança, e com isso, seu contágio a inúmeras enfermidades, além do uso e abuso de álcool.

Com o apropriamento de terras que foram transformadas em fazendas pelos europeus, tal grupo começou a buscar trabalho junto aos fazendeiros, e assim também sair de seu território primário (domiciliar), e aqueles que permaneceram na região, encontravam embates com os grandes latifundiários, uma vez que sua plantação servia de alimento para o gado ali introduzido.

Neste cenário, a Ilha Ínsua ainda permanecia como local acolhedor e seguro aquele povo, o que se modifica com a introdução de comércio na ilha, momento que a relação empregatícia domina o local. Com isso, ocorre o exodo, e os Guató migram para a cidade, concluindo-se o processo da desterritorialidade. Ribeiro (2005), aponta que eles passaram a ser uma espécie de sem-teto, vivendo de subempregos e exercendo atividades de biscateiros. Na metade da década de 1980, apenas um guató possuía vínculo empregatício regulamentado, recebendo um salário mínimo pela função de guarda-noturno. O pouco que recebia, auxiliava no sustento da família.

Apontado por Cardoso (1985), como ignorados pelos órgãos governamentais, alguns poucos guatós viviam em outras cidades sul-matogrossenses dentre elas: Campo Grande e Miranda, bem como no país fronteiriço Bolívia.

Na década de 1950, o Ministério do Exército instalou uma base militar na Ilha Ínsua, o chamado Destacamento de Bela Vista do Norte, que posteriormente foi destituído para a criação do Destacamento de Porto Índio, face Oeste da Ilha, banhado pelo Córrego Dom Pedro II, alinhado frontalmente com um destacamento do Exército Boliviano. Nos anos subsequentes, o Exército Brasileiro provocou a Justiça Federal, por meio de demanda judicial, requerendo a posse da ilha.

Desterritorialidade, portanto, é o fenômeno que se dá a ação de determinado grupo sair de seu **território primário** onde está domiciliado, anexando-se em **território de proximidade** (vizinhos), a fim de coabitar outro ambiente.

Para a Psicologia Ambiental estudos sobre a identidade de lugar, apego a lugar e temas relacionados como, por exemplo, efeitos restauradores do ambiente, são necessários tanto para o bem-estar psicológico dos indivíduos quanto para a preservação de ambientes e comunidades saudáveis (Gunter; Nepomuceno & Spehar, 2003, p. 2)

A terra compreendida como território para o indígena aponta uma manifestação de completude, sua identidade subjetiva estrutura-se pela **identidade de lugar** devido ao seu **apego ao lugar**, com elementos significantes dispostos através da interação homem – ambiente em uma relação que se configura simultânea. O ambiente nesse patamar é significativo, pois através de seu domínio territorial, das peculiaridades regionais aprendidas pelo conhecimento cotidiano, compreende fatores geográficos, climáticos e sociais, já vivenciados pelo indivíduo, utilizando-lhes na interação com o meio, durante sua atuação em atividades de navegação, pesca, caça e cultivo, demarcadores de sua identidade subjetiva.

Explicando o termo ambiente significativo, como controverso a ação de desterritorialização e extinção vivenciada por esta etnia, exemplificando a relação do indígena com a terra concebida como território, portanto, com preceitos que o fazem vivenciar sua identidade indígena, e elaboram a identidade subjetiva por intermédio da identidade de lugar. Situações essas que demonstram violações de direitos humanos, uma vez que sugerem epistemicídio.

Vale ressaltar que quando o Brasil encontrava-se como colônia de Portugal, toda assistência indígena era realizada através da intervenção missionária, que além do processo de educação formal portuguesa, auxiliava a coroa na atuação pacificadora dos indígenas, mantendo-lhes submissos, e quando falhava tal estratégia, utilizava-se da guerra justa.

Com a transmutação para a forma de governo republicano, Marechal Cândido Rondon, coordenando a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, período que perdurou entre 1.907 a 1.915, e que também visava a criação de rotas terrestres e estradas ao Brasil – Central, uma vez que os trajetos eram percorridos apenas pela água, atuou com várias populações indígenas, e baseado em seu trabalho indigenista, houve em 1910 a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), em que entre outras atribuições, organizou escolas de conhecimento formal que também eram responsáveis, bem como alguns ofícios. Na década de 1950, Rondon é substituído por

funcionários públicos militares e em 1967, o SPI é extinto para ser elaborada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que está ligada diretamente ao Ministério do Interior, atuando como órgão governamental oficial de política indigenista.

Segundo Rodrigues, Roder, Oliveira e Mendonça (2018), no período tido como “milagre econômico” durante o período militar de 1964, as ocupações do Centro Oeste e Norte do país se deram através da continuidade por meio da construção do sistema ferroviário na região amazônica e que afetava os povos indígenas que ali habitavam.

Em 1973 ocorre a elaboração do Estatuto do Índio (Lei 6.001 de dezembro de 1973), e mais tarde em 1988, com a elaboração da Constituição Cidadã, mais questões de garantias de direitos foram atribuídas às populações indígenas.

Costa em 2015, afirma que concomitante a desterritorialidade emergente, indígenas guató foram sendo silenciados, excluídos em sua oralidade (tanto idioma quanto na ação política), sendo considerados extintos pelo Serviço de Proteção ao Índio.

O processo de extinção acaba sendo reflexo do processo de desterritorialidade, pois fora de seu ambiente ressignificante que é o território, o mesmo acaba dissolvendo seu vínculo com o lugar, que sempre foi base para sua concepção de mundo, para a elaboração de seus valores ecológicos, e também ponto primordial de sua constituição como sujeito indígena. Em outras palavras, existiu uma forma de epistemicídio, que segundo Grosfoguel (2016, p. 25). Boaventura de Sousa Santos (2010) denominou por “epistemicídio”, a destruição de conhecimentos ligada à destruição de seres humanos.

Destruição essa que não se consagra apenas em genocídio, mas também na tentativa de dissolver a cultura constituinte do outro, modificar todo o conhecimento adquirido com o processo de interação homem-ambiente.

Observamos a correlação de terminologias da psicologia ambiental com práticas cotidianas da realidade indígena, pois uma vez que ao se perceber fora de seu ambiente restaurador, o guató viu-se na responsabilidade de reconstruir conhecimentos de forma não sistematizada a respeito da nova realidade ambiental qual estava inserido.

Tendo sido representados como os canoieiros do baixo Pantanal, o Guató se reorganizou socialmente e buscando assim o reconhecimento étnico de comunidades não-indígenas.

Uma das incursões tida como pioneira foi promovida pela irmã Ada Gambarotto, que coordenou uma equipe indigenista missionária diocesana de Corumbá. Depois dessa incursão, outra liderada pelo antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel (1985), como pontos cruciais para conseguir identificar a existência dos indígenas na Ilha Ínsua e Carará, margeando o Rio

Paraguai até o Porto Conceição, pelos rios Cuiabá e São Lourenço levando a FUNAI, no ano de 1977 a instaurar métodos administrativos que culminaram com a comprovação da existência do Guatós dispersos pelo Pantanal (Graciela Chamorro & Isabelle Combès, 2015).

O reconhecimento territorial inicializado pela FUNAI, se deu através documentos trazidos pelas viagens realizadas na região em que os guatós ocupavam, culminando no reconhecimento pelo órgão indigenista oficial (BRASIL, 2003).

A portaria nº. 1.750 do ano de 2009, declarou a Terra Indígena Baía dos Guató, com uma área da extensão de 19.164 hectares, como posse permanente da etnia Guató. Entretanto, o processo de demarcação somente ocorreu após a ação da Polícia Federal junto aos fazendeiros que tentaram impedir a demarcação. Ainda resta a regulação fundiária das terras que pode levar a indenização e desintrusão dos imóveis rurais que ali ainda existem (Graciela Chamorro & Isabelle Combès, 2015).

Já em 2018, o Decreto nº 9356, de 26/04/18, homologa a demarcação de terras indígenas da Baía dos Guató, no município Barão de Melgaço, localizado no estado irmão Mato Grosso.

Chamorro & Combès (2015) descrevem em planilha, os dados obtidos através das informações pesquisadas pelo material escrito no decorrer dos séculos XIX ao XXI, que, segundo a autora foram compilados por Giovani José da Silva (2008, p.206). Tal quadro aponta o ano da elaboração da informação, o autor, a região que era habitada e o quantitativo de indivíduos remanescente naquele recorte temporal.

Tabela 5

Dados populacionais Guató—séculos XIX ao XXI

| Ano | Região | Pop. | Fonte |
|----------|--|------|---------------|
| 1809 | Lagoa a Oeste do rio Paraguai aos 19º 12' de latitude | 30 | Azara |
| 1825- 29 | Alto Paraguai | 300 | Florence |
| 1847 | Rio Paraguai, desde a boca da Uberaba e no São Lourenço desde a barra do Cuiabá. | 400 | Leverger |
| 1848 | Alto Paraguai, Ilha Ínsua, Paraguai-Mirim e São Lourenço | 500 | Ferreira |
| 1894 | Alto Paraguai | 29 | Koslowsky |
| 1901 | Ilha Ínsua | 46 | Schmidt |
| 1978 | Corumbá, Ilha Ínsua | 220 | Cruvine |
| 1984 | Corumbá, Ilha Ínsua, Bolívia, Rios São Lourenço, Pirigara e Vermelho, Miranda e Campo Grande | 383 | Cardoso |
| 1995 | Ilha Ínsua, Corumbá, Cáceres, fazendas e vilarejos da região pantaneira | 700 | FUNAI/PCBAP |
| 2008 | Rios São Lourenço/ Perigara e Cuiabá* | 72 | José da Silva |
| 2008 | Mato Grosso do Sul | 175 | FUNASA |

| | | | |
|------|-------------|-----|--------|
| 2008 | Mato Grosso | 195 | FUNASA |
|------|-------------|-----|--------|

Fonte: Adaptado de (CHAMORRO & COMBÉS, 2015)

Observa-se com a visualização da tabela, dados populacionais de indígenas da etnia, e também a longevidade da existência dessas pessoas na região, o que sugere a observação de afirmativa da sobrevivência dessa população até o presente momento habitando a região pantaneira.

2.4 A ameaça de extinção da Língua Guató

Uma das alternativas para se pesquisar a respeito de populações antepassadas, está na premissa de se identificar características linguísticas como preceitos culturais, partindo do princípio de ancestral comum, pois podem possibilitar a demarcação do local originário de ancestrais ou do próprio grupo a ser estudado. Mesmo observando que dentre características de uma língua, sua modificação ocorre no cotidiano da interação entre seus conhecedores (falantes), e as novas possibilidades e/ou necessidades com o meio no qual protagoniza.

A língua Guató configura uma das 160 línguas faladas, está altamente ameaçada de extinção, tendo em vista que os últimos poucos falantes são idosos. Para Franchetto (2014) a revitalização linguística é uma área internacionalmente relevante. A extinção da língua tem relação direta com o impacto ambiental, a destruição do ecossistema e o consumo de mercado são fatores que pressionam as comunidades minoritárias rumo a deserção ou à desapropriação por sociedades maiores.

As populações detentoras da matriz cultural do tronco Macro-Jê, originalmente criadas no Brasil Central, quiçá tenham contribuído para a formação desse mosaico cultural, catalogado no Brasil-Colônia, antes mesmo de ser povoado pelos Tupi e Aruak. Dados históricos e etnográficos apontados por Bispalez (2015), indicam que os povos Macro-Jê povoaram o Nordeste, o Oeste e Sudeste das margens do Pantanal, sob áreas que sofreram influência dos cerrados localizados nos palmares do Planalto Central e nos piemontês dos quais, as planícies alagadas, zona de ocupação dos índios Bororo, Umutina, Kayapó do Sul e, decerto, dos Ofayé-Xavante, e nas regiões pantaneiras do Poconé, do Paraguai, porções de terras ocupadas pelos Guatós (Prezia, 2000).

Associadas à populações Macro-Jê, as Tradições Una e Uru, no território ocupado pelos indígenas Bororo, no Rio Vermelho, foram datadas por volta de 2390 e 1150 anos (Wüst, 1999). Entre os anos de 1900 e 250 anos ocorreram as ocupações ceramistas na Cidade de Pedra (Vilhena-Vialou, 2006).

Com características marcadas pelos vasilhames de cerâmica simplista, a Tradição Una ocorreu por volta de três mil anos no sudeste da região. Em geral, esta tradição pode possuir relação com as populações caçadoras - coletoras tardias, em um momento de transição para o processo da agricultura, bem como em áreas onde essas atividades foram especificamente das populações tradicionais do Aratu-Sapucaí (Carvalho, 1982).

Constituída por vasilhames sortidos, tradicionalmente relacionada ao processamento da mandioca amarga, amplamente encontrada em regiões abertas, a Tradição Uru, é realizada

em grandes aldeias circulares na região Centro- Oeste do país, sendo ocupadas por um grande aglomerado de pessoas (Viana, 2000).

Conforme o pesquisador Aryon Rodrigues (2012), existem doze famílias integrantes do Tronco Macro-jê, como exemplificado na tabela 2, uma vez que a família Guató foi recentemente adicionada a este tronco, devido grande defasagem de pesquisas na área sobre a ligação da etnia com o Tronco Macro – Jê.

Um estudo etnográfico para revitalização da língua guató, apontou que no Brasil não há uma política linguística direcionada para os indígenas, que leva a uma maior dificuldade para concepção e implementação de projetos que visam a revitalização, mesmo tendo uma crescente demanda de lugares diversos (Godoy& Bruna, 2017).

A ameaça iminente de extinção da língua Guató, principalmente na região do município de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, se dá através de poucas contribuições acerca da língua falada, e pelo convívio com a população corumbaense.

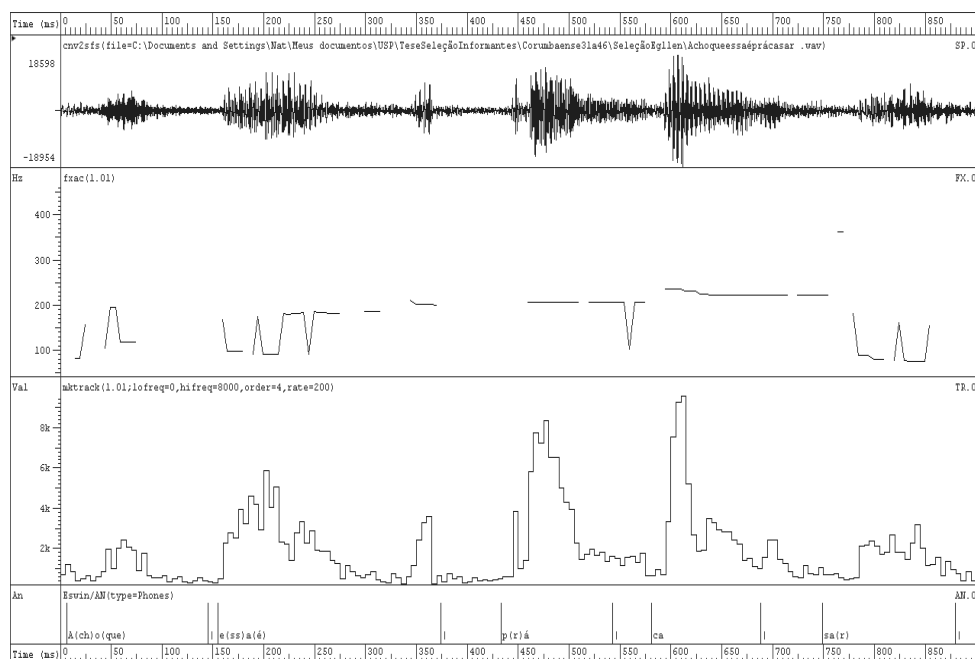
Pesquisas realizadas por Costa (2011), demonstraram diferenciação de modo significativo entre a prosódia nas meninas tomadas como grupo de controle e das senhoras guató e corumbaenses, respectivamente, apontando para uma variação condicionada ao letramento do grupo de controle, considerado como variável do grupo em relação aos demais.

Através da análise realizada por meio de gravações de produção da fala espontânea, Costa (2011), percebeu que os maiores conhecedores da língua guató são os indivíduos com maior idade, ou seja, com idades que superam um período correspondente a cinco décadas. Inserida na comunidade corumbaense, a pesquisa não se limitou a realizar o estudo com os indígenas da etnia, pelo contrário, propôs a inserção de outras duas variáveis que serviram de parâmetros para o estudo. São elas: o grupo não-índio e moradores da região de Corumbá.

Foram analisadas cerca de cento e cinquenta frases e, em seguida, realizada a extração do tom inicial (TI), o médio (TM), bem como o final (TF) em cada uma das frases. A rotina de análise automática Ex Prosódia proposta por Ferreira Netto (2008), permitiu que fosse realizada por MIDI, tendo em vista que foram os únicos valores encontrados com maior significado (Costa, 2011).

Figura 8.

Variações entoacionais na língua portuguesa



Nota. Fonte: Adaptada de (Costa, 2011).

Conforme o sonograma, na parte superior da figura, as três frequências de ondas se sobrepuseram e, conforme aponta o espectrograma em sua parte central, sendo que na parte inferior, ocorre a avaliação da frequência fundamental. A parte mais baixa revela o tamanho da onda.

O tom médio das senhoras guatós são diferentes do tom médio das demais variáveis da pesquisa, conquanto o tom final das senhoras corumbaenses se difere desta.

A análise apontou que os resultados das falas das senhoras guatós e senhoras corumbaenses se aproxima em um mesmo tom.

Conforme aponta Bespalez (2015), os últimos remanescentes Jê no estado de Mato Grosso do Sul são os Ofayé-Xavante. Estes ocupam uma área cedida pela CESP à esquerda da margem do alto Paraná. Acredita-se que esta etnia tenha ocupado uma região do rio Taboco margeando o alto Aquidauana no período pós-guerra do Paraguai. Após sucessivas ondas de violência sofrida pelos fazendeiros, essa etnia se dispersou tomando rumo aos pantanais do rio Negro, donde padeceram (Rondon, 1949). É possível que seus ancestrais tenham ocupado o planalto de Maracajú-Campo Grande, nas regiões entre os territórios dos Kayapó Meridionais, bem como dos Guaranis.

2.5 Guató: Sinônimo de Resistência. O Ressurgimento do Povo Canoeiro

O trecho da canção de Vinil Moraes: Coisa de Brasileiro, lançada em 2018, remete com indicações singelas os canoeiros do pantanal.

Lama no camalote, escondido jacaré quer ver
Na canoa Guató dá o bote, acoava e botava a correr, a correr, a correr
É coisa de bugre é coisa de nego, é coisa de brasileiro
É coisa de bugre é coisa de nego, é coisa de pantaneiro
Nas bandas de Corumbá, onde canta o Cururu, também dança Siriri, onde toma tereré,
Nossa Nação é Guarani. [...]

O ressurgimento inicia-se como atuação de uma população indígena qual foi transformando traços de sua cultura, a acabou sendo considerada extinta em determinado momento histórico, pela ideia iluminista de que as civilizações indígenas acabariam incorporando a cultura do não-índio, inclusive estando redigida, com a terminologia: **integrada**, na Lei 6001 de 1973 – Estatuto do Índio (Rodrigues, Roder, Oliveira e Mendonça, 2018, p.5),

Com isso, surge já no final da década de 1970, um movimento de cunho social que previa a ação de protagonismo indígena, idealizado e praticado a partir da fomentação de vários representantes de diversificadas etnias, no qual demonstra a resistência de um povo em adaptar-se as novas realidades sócio-políticas-ambientais quais interferem diretamente em seu cotidiano, sobrevivendo à nova demanda qual está inserida, entretanto, este protagonismo solicita que seus direitos sejam garantidos, o que ocorre realmente com a Constituição Federal de 1988 em sua demanda sobre populações indígenas. O documento abarca em suas linhas o direito a terra, direito social, direito a educação, direito a saúde, e principalmente direito a dignidade de ser respeitada quanto sociedade, que possui cultura, modo de vida e produção próprios, portanto precisa ser protegida.

Abaixo, um quadro que expõe todas as leis já publicadas que emanam direitos das populações indígenas.

Tabela 6.

Direitos dos povos indígenas previstos na Constituição

| Ano | Lei |
|------|---|
| 1570 | Primeira lei contra o cativeiro indígena. |
| 1609 | Lei que reafirmou a liberdade dos índios do Brasil |
| 1686 | Decretação do “Regimento das Missões” |
| 1755 | Aprovado o Diretório que visava através de medidas específicas, à integração do índio na vida da colônia. |
| 1758 | Fim da escravidão indígena: diretório foi estendido a toda a América |

| | |
|------|---|
| | Portuguesa |
| 1798 | Abolido o diretório |
| 1845 | Aprovado o Regulamento das Missões |
| 1910 | Criado o Serviço de Proteção ao Índio SPI |
| 1952 | Rondon criou o Projeto Parque Nacional do Xingú. |
| 1967 | Criação da Fundação Nacional do Índio |
| 1973 | Estatuto do Índio – Lei nº. 6.001 |
| 1979 | Criação da União das Nações Indígenas |
| 1988 | Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988 |
| 1989 | Convenção n. 169 da OIT sobre os povos indígenas e tribais |
| 2007 | Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos povos Indígenas. |
| 2016 | Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas |
| 2016 | Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI – Decreto n. 8.593 |

Nota. Fonte: Adaptado de (Agência Brasil, 2020).

Amorim (2003) afirma que esse ressurgimento do movimento indígena, é tido como uma nova forma de observar a inserção das mais variadas etnias não reconhecidas, no que concerne ao indigenismo oficial, tendo suas características históricas compreendidas entre os primórdios até a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A reterritorialidade é um processo que atua de forma dinâmica e tênue ao ressurgimento, uma vez que vincula o indígena ao seu território inicial. Busca elencar o indivíduo ao **território significativo**, e ressignifica dessa forma a prática de atuação do ser com o meio, tornando a identidade também ressignificada, pois apresenta a seus protagonistas ideias intrínsecas de vivências anteriormente narradas ou vivenciadas.

Na conjuntura oficial, a imagem produzida e propagada do indígena pelos meios de comunicação e divulgada pelo sistema educacional é marcada, estereotipada, persistindo a descrição dos primeiros cronistas coloniais, políticos, viajantes, artistas e cientistas naturais, que observam "o índio" e não "os índios" em sua diversidade e particularidades históricas, culturais e étnicas. (Amorim, 2003, p 22).

O regresso à suas terras decorre da atuação da irmã de caridade Ada que ao se deparar com os artesanatos de Josefina Alves Ribeiro, encanta-se pelos trabalhos e acaba por reconhecer membros de uma etnia indígena na qual, supostamente, havia se extinguido com o passar dos anos, entretanto mantinha viva sua cultura através de trabalhos manuais que outrora representava artefatos elaborados para sua subsistência dentro do seu território, uma vez que tal habilidade desenvolveu com atuação mútua em seu ambiente original, e acaba assim auxiliando na organização do processo de retomada e ressurgimento de um povo, processo este que ocorre além da atuação geográfica, mas devolve a essa população direitos básicos e primordiais como o de poder exercer sua cultura e prática de vida que o caracteriza

como pertencente a um grupo, contribuindo dessa forma na construção da sua identidade subjetiva, através da identidade de lugar.

Quem auxiliou nesta empreitada foi Celso Alves Ribeiro, um dos filhos da senhora Josefina. Este se identificava como indígena, e conseguiu unir seus demais patrícios, além de atuar em inúmeras ações que promoviam a ascensão do grupo em mídia nacional. Devido suas práticas positivas, foi apontado para ser o cacique daquela etnia, entretanto, após trágico incidente causado por supostas brigas, foi cruelmente assassinado, tendo seu lugar de comando assumido por seu irmão mais velho, o senhor Severo Ferreira, que apesar de acompanhar o irmão em algumas ocasiões, aprendeu a amar o território guató e concomitantemente sua identidade indígena, posteriormente fixando residência na aldeia Uberaba, juntamente a sua esposa, a senhora Dalva Maria, que segundo Godoy e Balykova (2018): Dalva foi quem cuidou de vários dos últimos falantes de guató... (Godoy e Balykova, 2018; p. 4)

Figura 9.

Cacique Severo e senhora Dalva com o casal Adriana e Reinaldo Paravisini



Fonte: Adaptada de (Urt., 2016)

A luta pelo reconhecimento iniciou-se em 1.976, entretanto, apenas em 1.984, através da Portaria nº 1.789/E de 16/10/1.984 que a FUNAI iniciou um Grupo de Trabalho a fim de pontuar o território indígena guató, sendo este estudo primordial para o reconhecimento da etnia, bem como para demarcação de território indígena, processo esse que acabou por reconhecer a Ilha Ínsua como território de ocupação tradicional Guató (Costa, 2015 p. 207).

Entretanto, a disputa pelo local ocorreu por anos, de um lado, o Órgão Indigenista e sua pesquisa afirmando que o local pertencia a população indígena canoeira, por outro, o

Exército Brasileiro alegando o local como área estratégica para segurança nacional, uma vez que faz fronteira com a Bolívia.

Apenas em 1.994, os indígenas aceitaram dividir a ilha com o Exército, e em 1.996, com a Portaria nº 309, o Ministro de Estado e Justiça declarou posse permanente das terras à população guató. A partir daquele momento, a ilha Ínsua voltou a pertencer oficialmente aos indígenas e passou a ser ponto primordial de território seguro aquela população. Em contato com seu território significativo, observa seu ambiente como restaurador, e se reconhece como integrante dessa interação.

Pontuando-se sobre a ocupação territorial da etnia, a mesma encontrava-se instalada em diversos pontos das margens dos rios, lagos e lagoas presentes na região pantaneira; e, apesar de haver diversos outros grupos indígenas convivendo no mesmo espaço, como demonstrado ao longo dos estudos apresentados anteriormente, apenas os Guató sobrevivem até os dias atuais, mesmo após: sua história ser construída pela informação errônea de extinção, passarem pelo processo de desterritorialização e posterior ressurgimento (reconhecimento governamental de existência) e a retomada de sua identidade e de suas terras (neste último é importante a observação da ação de reterritorialização).

Com isso, observamos a importância do processo de ressurgimento de uma população, pois mediante esse fenômeno, sua identidade subjetiva é reformulada, trazendo consigo característica da resistência de um grupo que se adapta as novas condições impostas por interação com o meio qual reconhece-se inserido. Como exemplo de povos ressurgidos temos os: Guató, Tumbalalá, Puruborá e Karuazu.

2.6 – Guató : construção subjetiva e ressurgimento cotidiano.

Com viés antropológico, Amorim (2003) ressignifica a palavra ressurgimento, implicitando o processo que se deu por resistência não violenta de uma determinada população, e a retomada de sua existência, equivocadamente negada pela cultura do não índio.

Nos dias atuais esses povos vem sendo agrupados sob novas denominações que procuram garantir-lhes espaços políticos, de forma mais humana. Nessa processo de "humanização", com a participação ainda muito incipiente da população em geral, foram denominados de povos renascidos. Sob o olhar antropológico, numa visão mais analítica (teórica), foram chamados de emergentes. Por ultimo, numa visão otimista, de um melhor porvir, na perspectiva do movimento indígena, foram chamados de ressurgidos ou resistentes o que implica num "recomeçar de novo" no contexto das lutas e da busca dos direitos desses povos. Amorim (2003, p. 45)

Analogicamente a tal olhar, a etnia Guató enquadra-se na realidade de ressurgidos, uma vez que iniciou o processo de reconstruir sua atuação como indígena mediante interação que propicia cotidianamente a recordação de histórias contadas ou vivenciadas por seus antecessores ou pelos próprios indivíduos quando mais jovens, e na atualidade repassam tais experiências a seus sucessores. Em linhas anteriores, aponto que o processo de ressurgimento é paralelo ao de retomada, fato que se solidifica com imagens contidas no curta metragem “O encontro: Eufrásia vai até o baixo São Lourenço”, filmado durante meados de janeiro de 2018, como produto de um: subprojeto de revitalização da língua Guató, componente do projeto Línguas indígenas ameaçadas: pesquisa e teorias linguísticas para a revitalização, realizado com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq12) por uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A equipe é liderada pela Professora Doutora Bruna Franchetto, coordenadora do projeto, Professora Titular dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), (p. 6), em que denota a experiência da conhecida Senhora Eufrásia Ferreira, ao retornar as terras quais nasceu, e a sua surpresa ao encontrar o senhor Vicente /ḁʒog^wápɔ/.(p. 4) e ao saber que resistia com vida naquele espaço qual na sua infância costumava denominar de lar.

Os sentidos aflorados na hora de sua interação com o local fazem-na recordar de histórias e saberes até então suprimidos, e as emoções sugerem a essência de sua identidade revelando-se como que em uma cortina de fumaça, através da interação entre os dois protagonistas (Eufrásia e Vicente) naquele local, o espaço significativo, o que sugere uma fala com mais auto-confiança, uma vez que os dois protagonistas começaram a conversar recordando o idioma Guató. Durante a viagem, outros encontros foram possíveis, graças a

essa intervenção e o fortalecimento de laços enfraquecidos pelo afastamento do êxodo para outros locais, auxiliou para que se fortalecesse ainda mais a retomada da identidade indígena guató, o território passa a ser sentido e vivenciado, pois também fez-se componente da construção daquele ser, e o mesmo está contido no local, pois lhe dá vida com significados novos, sendo esse evento propiciado pelo *affordance*.

Figura 10.

Senhor Vicente



Fonte: Adaptado de (mídia Nupeli, 2018)

Figura 11

Senhora Eufrásia



Fonte: adaptado (media Nupeli, 2018)

Através das intervenções do projeto oriundo do grupo NUPELI, foram produzidos materiais documentados como vídeos e artigos sobre as ações ocorridas, assim como a partilha da experiência do projeto da Oficina de Revitalização da Língua Guató, o que auxiliou no fortalecimento dos laços sociais existentes naquele ambiente, uma vez que influenciou com assertividade a melhora da qualidade de vida e saúde mental de todos os envolvidos naquela ação.

Em outro material do mesmo projeto, denominado Goxéuvý iótý Língua de Gente, observamos a solicitação por parte daquela população da implantação de escola na aldeia, fato que ocorreu com a construção da Escola Estadual Indígena João Quirino de Carvalho - Toghopanã , através da implementação do Decreto n. ° 11.671 de 04/08/2004, que segue o período letivo adaptado aquela realidade, por se tratar de educação indígena, respeitando elementos culturais daquela sociedade, como podemos observar nas linhas do Projeto Político Pedagógico que está em anexo, daquela Unidade Escolar.

Em um panorama capturado através do acesso a leitura do documento mencionado, obtém se a informação que uma forma de sobrevivência dessa população é a pesca artesanal, com faturamento aproximado de um salário mínimo em reais, juntamente do benefício de “bolsa auxílio”, predominando a escolarização em nível fundamental, e apontando o êxodo para o território urbano uma vez que almejam a continuidade de escolarização. Possui no total 49 alunos em idade escolar matriculados em turmas multiseriadas com alunos que

cursam desde o primeiro ano do Ensino Fundamental até o terceiro ano do Ensino Médio, o que posiciona também a quase nulo o número de sujeitos em idade escolar fora da sala de aula, o fornecimento de água tratada é competência da SESAI, e a grande maioria dos aldeados utilizam fogão a gás, alimentam-se de caça, pesca e alimentos industrializados. Possuem assistência em saúde e assistência social dentro dos limites territoriais da aldeia Uberaba, uma vez que aqueles que saem de seus limites, por vezes ao adentrarem espaços urbanos não se identificam como indígena e acabam não usufruindo das políticas públicas designadas como Direitos Sociais (Assistência Social, Previdência Social, e Saúde) a sua condição de indígena.

Suas representações indígenas buscam conhecimentos acadêmicos em outros locais, com aulas adaptadas a sua realidade, o cacique atual Luiz é um exemplo, pois concluiu uma graduação acadêmica e retornou a aldeia para lá continuar a residir apoiando a sua comunidade.

Figura 12

Liderança Guató, Cacique Luis Carlos



Fonte: Adaptado (Chico Ribeiro, 2017)

Dentro da escola, projetos que visam a conscientização e retomada da subjetividade indígena, passam a ser desenvolvidos como forma de se fortalecer a atuação naquele espaço, visam estimular com o incentivo de realizar praticas cotidianas como pesca e manipulação de piranhas e pescado, revitalização da língua com a coleta de frutos e plantas locais, fatores que

integram o ambiente adequado para a reorganização, elaboração e apropriação de cultura, e concomitantemente da subjetividade.

Observamos que já na década de 1980, não havia mais crianças aprendendo a falar o idioma guató, esses indivíduos cresceram e são os indígenas adultos na atualidade. Tal realidade é observada, pois quando saíam da terra guató, nem sempre podiam expressar-se em sua língua materna, por falta de pares ou simplesmente por imposição de terceiros que não compreendiam o idioma. Com a escassez de políticas públicas voltadas a essa temática, acabaram também se desarticulando como comunidade falante, e com isso, a identidade passou a ser aos poucos urbanizada pela cultura do não índio.

Um ponto que também abrange a realidade dessa população desde a introdução do europeu ao ambiente pantaneiro é a utilização abusiva da substância alcoólica por parte desses indivíduos. Uma vez que também é se necessário à elaboração de políticas que exerçam de maneira funcional a intervenção para a prevenção de álcool e outras substâncias psicoativas dentro do ambiente aldeia; uma vez que ao se criar programas e ações que forneçam atenção aos usuários dessas substâncias residentes e contextualizados em realidades diferenciadas, acaba-se visualizando outra cultura, outro homem, e desqualificando aquela, por simplesmente ser alheio a tal comunidade, a seus pensamentos, e crenças num patamar de desinformação ocasionado pelo desconhecimento daquele coletivo, ou seja, infere-se atendimento descontextualizado, que pode levar a não eficácia daquela intervenção para o contexto almejado.

Tal processo de reconquista, reordenamento e reconstrução de sua identidade, concilia saberes passados com aprimoramento da ciência para melhorar a qualidade de vida na região, quando é reconhecido como indígena, como guató, como ressurgido, apresenta-se como aquele que além de navegar com maestria em águas pantaneiras, também lança se ao horizonte deslizando as águas da vida, tecendo e vencendo adversidades impostas pela interação com o não índio, e trazendo consigo em sua canoa, sua subjetividade e seu conhecimento adquiridos com a interação homem ambiente, que é o que o faz único, o que o faz Guató.

Conclusão

O presente trabalho trouxe a reconfiguração das informações históricas, a respeito da formação da população humana que migrou para a área do Brasil Central, local onde localiza-se o Pantanal Sul-Mato-Grossense e que após o derretimento das geleiras ocorreu a possibilidade de que houvessem caminhos para serem percorridos e novos locais fossem encontrados mais aptos a sobrevivência. Este período é conhecido como ótimo climático, em que o clima tropicalizou, e favoreceu que sua fauna e flora fossem atrativas para a chegada e permanência de indivíduos. Deste modo, das narrativas dos antepassados, em permanência no Pantanal Sul-Mato-Grossense fora incorporada, como embasamento bibliográfico, o processo de **Valência**, utilizado por Lewin, uma vez que as belezas de flora e fauna, impactaram positivamente os viajantes e os influenciaram a permanecerem no local, interagindo com o mesmo, modificando e reconfigurando o meio.

Inicialmente, aponto a metodologia abordada para se conseguir atingir os objetivos da pesquisa.

Posteriormente, relato sobre o processo histórico de extinção (ou morte) da etnia, e amplio a discussão sobre cultura e interação do indígena com o local e suas adaptações ao Lago dos Xarayes (Pantanal). Para tanto, em dado momento, retomo o processo de ressurgimento da etnia, aponto com as terminologias da psicologia ambiental, a importância de questões como o apego ao lugar, ambiente restaurador, apropriação, affordance, entre outros, a respeito da interação deste indígena com sua terra, seu local, seu lar.

Para que o objetivo fosse alcançado, tornou-se necessário discorrer acerca do processo evolutivo do homem e, em busca da identidade indígena, para tanto, recorri aos resultados do processo histórico e assim percorri as mais diversificadas referências bibliográficas. Entretanto, este trabalho foi fiel às pesquisas elaboradas até o presente momento e, para tanto perfazemos as referências bibliográficas a fim de apresentar como foi o choque de culturas entre os nativos que aqui residiam e os europeus. Tal processo não fora pacífico e o que se viu foi um grande palco de violência, fato este que faz parte da formação cultural do Brasil, reconformulando-se por estágios anteriores de suas respectivas histórias individuais dos ramos a que pertencem.

Nota-se que o tema é usualmente abordado por cursos/ciências que não são a Psicologia (como Antropologia e Sociologia). Assim, os trabalhos com o tema dessa dissertação, são abordados por outras vertentes filosóficas (estudos críticos, históricos

culturais, antropologia interpretativista, dentre outros), com objetivos e metodologias diferentes.

Todavia, ressaltamos como essenciais novas pesquisas acadêmicas sob a forma de resgate bibliográfico, objetivando as populações indígenas, uma vez que se tornam necessárias para a formação de um conhecimento holístico acerca desses sujeitos, descortinando imagens formadas sobre seu povo, bem como regiões que a eles serviram de ocupação, pois o conceito de território está ligado à subjetividade desse indivíduo. O que sugere ainda a importância da agilização da demarcação das terras indígenas pelo poder público, a fim de que tais indivíduos aspirem a reformulação de sua história, e conquistem o respeito a sua condição de ser humano no que tange a formação de sua identidade. Também ressaltamos a importância de estudos que enfoquem a psicologia ambiental como força motriz para a melhor observância de comportamentos humanos quais elucidam a interação entre ser humano e meio ambiente, para que assim, essa perspectiva contribua na descolonização tanto do pensamento, quanto da historiografia brasileira.

O presente trabalho buscou, de forma singela, contribuir e também provocar outras áreas científicas, a fim de que possam abranger com novas pesquisas maiores informações acerca daquela população, uma vez que se constroem direitos quando se conhecem realidades que não estão equiparadas a terminologia de garantia de direitos, objetivando ações concretas quais visam a superação daquelas situações que culminam em atos que desrespeitam o ser humano, valorizando dessa forma não apenas a cultura, mas também a existência indígena no país como um todo.

No caso da etnia Guató, a escola na aldeia é a única política pública responsável pela manutenção da garantia de direitos na comunidade, e aqueles indivíduos indígenas ainda possuem diversas dificuldades para integrarem a comunidade não índia, presente nos municípios de Corumbá e Ladário, por questões de localização geográfica e também escassez de logística na sua circulação em área urbana. Com isso, o acesso a outros direitos como Saúde, Previdência Social, Assistência Social e continuidade em sua Educação Formal tornam-se difíceis para a realidade dos indígenas que permanecem na aldeia Uberaba.

Contudo, aponto que o município de Corumbá inicia um modesto reconhecimento demarcando a importância dos Guató, ao estabelecer dentro de seus limites territoriais um bairro residencial com a nomenclatura Guató, e um Ginásio de Esportes, com a mesma terminologia - ambos na parte alta da cidade, como homenagem a grande história e força demonstrada pela etnia em resistir até o presente momento, como ressurgidos e por marcarem positivamente seu lugar na construção da história da região pantaneira.

Ressalto ainda que a única oportunidade em que são lembrados e contextualizados como representantes originais da etnia, está em poucos eventos como o Festival da América do Sul. Sem contar que não há ainda casas de arte e cultura específica Guató em nenhuma cidade de Mato Grosso do Sul.

Reconstruir sua identidade perpassa em ser reconhecido e respeitado como indígena, como ressurgido e remanescente, como aquele que luta diariamente para aprender a sua língua mãe, a reconhecer ambientes já narrados por seus antepassados, a vivenciar experiências cotidianas ceifadas por ser considerado extinto e também a tomar posse de sua história, escrevendo a diariamente.

Afinal, saúde mental também é a desconstrução do alienante, do que desqualifica a vida humana, do ato equivocado de extinção, para a ressignificação da existência baseada em seu reconhecimento, não apenas como aquele que sobreviveu às intempéries do ambiente, mas como o que se adaptou às experiências às quais foi exposto, e assim ressurgiu de sua própria cultura para as demais etnias (indígenas e não indígenas), pelas mãos de uma mulher, uma artesã, que através dos trabalhos de sua arte aprendida com seus antecessores, apresentou ao mundo o artesanato de seu povo Guató, representando assim, naquele momento a existência de uma nação.

Referências

- Ackerman, C. E. (2020). *What is Environmental Psychology? Positive Psychology*. Acesso em 10 de 07 de 2020, disponível em <https://positivepsychology.com/environmental-psychology/>
- Alencar, H. F., & freire, J. C. (2007). *O lugar da alteridade na psicologia ambiental*. Rev. Mal-Estar. Subj, 7, n.2.
- Alessi. (2019). *Ultimo povo a ter terra demarcada*. Recuperado de: <https://amazonia.org.br/2019/01/guato-ultimo-povo-a-ter-terra-demarcada-pode-ser-primeiro-a-perde-la-obbolsonaro/#:~:text=Not%C3%ADcias%20Povos%20Tradicionais-Guat%C3%B3%2C%20%C3%BAltimo%20povo%20a%20ter%20terra%20demarcada%20pode%20ser,a%20perd%C3%AA%2Dla%20sob%20Bolsonaro&text=Caso%20as%20promessas%20de%20Jair,perd%C3%AA%2Dlas%20nesta%20nova%20gest%C3%A3o.>
- Alves, R. B. (2015). “*Lar doce lar*”: apego ao lugar em áreas de risco diante de desastres naturais. Psico, 46, n.2. doi: 10.15448/1980-8623.2015.2.17484.
- Amorim, S. S. de (2003). *Índios ressurgidos: a construção da autoimagem, os Tumbalala, os Kalankó, os Karuazu, os Katókin e os Koiupanká*. Campinas – SP.
- Azanha, G. (2001). *A Lei de Terras de 1850 e as terras dos índios– ou da sua atualidade para a propositura de ações de nulidade de títulos expedidos por estados federados sobre terras de ocupação tradicional indígena*. CTI, 1-12. Recuperado de: trabalhoindigenista.org.br/sites/default/files/terra_0.pdf
- Bassani, M. A. (2003). *Por um estado de espírito agroecológico consciente*. In: I Congresso Brasileiro de agroecologia, IV seminário internacional sobre agroecologia e V seminário estadual sobre agroecologia. Anais...
- Bespalez, E. (2015). *Arqueologia e história indígena no Pantanal*. Estudos Avançados, 29, n.83.
- Blecher, B. (28 de out. de 2001). Folha de São Paulo. Acesso em 14 de 07 de 2020, disponível em *Brasil usou arma biológica contra índios*: Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2810200104.htm>
- Blog nelsonurtblogspot (2016, agosto 24). *MPF e MPT garantem reforma do barco Guató [Blog]*. Recuperado de <http://nelsonurt.blogspot.com/2016/08/mpf-e-mpt-garantem-reforma-do-barco.html>
- Bowlby, J. (1984). *Apego e perda: Separação*. (Vol. 2). São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1990). *Apego e perda: Apego - A natureza do vínculo*. (Vol. 1). São Paulo: Martins Fontes.
- Brasil. (1995). Acesso em 10 de 07 de 2020, disponível em *Plano Nacional de saúde e ambientenodesenvolvimentosustentável*: Recuperado de: http://www.mpdft.mp.br/saude/images/Meio_ambiente/Plano_nacional_saude_ambiente.pdf

- Brasil, A. (11 de 07 de 2020). Acesso em 11 de 07 de 2020, disponível em *Povos Indígenas: conheça os direitos previstos na Constituição*. Recuperado de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/povos-indigenas-conheca-os-direitos-previstos-na-constituicao>
- Brasil, B. (01 de jun de 2007). *Jornal da Ciência*. Recuperado de: BBC BRASIL: <http://www.laboratoriogene.com.br/geneImprensa/2007/BBCBrasil.pdf>
- Brasil. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2020.
- Brown, j. (2010). *Cosmological layouts of secondary burial as political instruments*. L.P. Sullivan & R.C. Mainfort (ed.) Mississippian mortuary practices: beyond hierarchy and the representationist perspective:, 30-53.
- Carneiro, C., & Bindé, P. J. (1997). *A Psicologia Ecológica e o estudo dos acontecimentos da vida diária*. *Estudos de Psicologia*, 2, n.2, 363-376.
- Castelnau, F. d. (1850). *Expédition dans les parties de l'Amérique du Sud....*. Paris: P. Bertrand.
- Chaves, B. (2017). *Reinaldo Azambuja vai à ilha no Pantanal para entregar escola na aldeia indígena mais isolada de MS*. Disponível em: <http://www.ms.gov.br/reinaldo-azambuja-vai-a-ilha-no-pantanal-para-entregar-escola-na-aldeia-mais-isolada-de-ms/>.
- Combès, G. C. (2015). *Povos indígenas em mato grosso do sul: História, cultura e transformações sociais*. Associação Brasileira das Editoras Universitárias - UFGD, 934.
- Costa e Silva, P. P. (2009). *Índios Xarayés*. Instituto Homen Brasileiro,.
- Costa, N. S. (2011). *Variações entoacionais na língua portuguesa falada por mulheres guatós*. São Paulo: Tese de Doutorado.
- Coutinho, J. S. (2015). *Relações culturais e de identidade dos guató no contexto da fronteira*. p. 8.
- Cruvinel, N. V. (1985). *Relatório de viagem aos Guatós*. Processo FUNAI/BSB/4683/77, 1977. In: CARDOSO, Paulo A. Relatório de viagem aos Guatós. Ministério do Interior, Fundação Nacional do Índio/FUNAI.
- Cunha, M. C. (1986). *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Edusp/Brasiliense.
- O. F. (1998). *Indigenismo Territorialização. Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo*. Contra Capa.
- Elali, S. C. (2011). *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ:: Vozes. doi:ISBN 978-85-326-4138-0

- Felippe, M. L., & kuhn, A. (2012). *O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa*. Estudos de psicologia, 29, n.4, 609-617. doi:10.1590/S0103-166X2012000400015
- Ferreira Netto, W. (2008). *Decomposição da Entoação frasal em componentes estruturadoras e semântico-funcionais*. Trabalho apresentado no X congresso nacional de fonética e fonologia. Niterói.
- Franchetto, B. (2014). *Línguas indígenas ameaçadas: pesquisa e teorias linguísticas para a revitalização*. PPGAS, Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1-25.
- Garcia Mira, R., stea, D., & elguea, S. (2005). *Environmental psychology and environmental policy: theoretical and practical questions*. Psicol. USP, 16, n.1-2, 249-259.
- Gifford, R. . (2011). *Psicologia ambiental*. In P. R. Martin, F. M. Cheung, M. C. Knowles, M. Kyrios, L. Littlefield, J. Bruce Overmier, & J. M. Prieto (Eds.). The IAAP Handbook of Applied Psychology.
- Gifford, R. (1997). *Environmental Psychology*. (2 ed.). Boston: Optimal Books.
- GIL, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4 ed.). São Paulo: Atlas.
- Godoy, G., & Bruna, F. (2017). *Primeiros Passos da revitalização da língua guató: uma etnografia*. Revista Espanhola de Linguística Aplicada, 1-23.
- Gunther, I. d., Nepomuceno, G. M., & Spehar, M. C. (2003). *Lugares favoritos de adolescentes no Distrito Federal*. Estudos de Psicologia (Natal), 8, n.2, 299-308.
- Higuchi, M. I., kuhn, A., & Pato, C. (2019). *Psicologia Ambiental em Contextos Urbanos*. Florianópolis: Edições do Bosque.
- Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lewin, K. (1975). *Forças ambientais no comportamento e desenvolvimento infantil*. In: adams, D.K.; zener, K.E. (orgs.). Teoria dinâmica da personalidade: trabalhos selecionados. Cultrix, 71-115.
- Lima, D. M., & Bomfim, Z. Á. (2009). *Vinculação afetiva pessoa-ambiente: Diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental*. Psico/UFRGS, 491-497.
- Lopes, P. (2020). *Brasil Escola*. Acesso em 30 de 06 de 2020, disponível em Gestalt: <https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/gestalt.htm>
- Lopes, R. J. (2017). 1499 *O Brasil antes de Cabral* (1 ed.). Rio de Janeiro: Harper Collins.
- Magalhães, N. W. (1992). *Conheça o Pantanal*. São Paulo: Terragraph.
- Martins, F. S., & Maia, E. G. (2012). *A realização da vogal posterior média fechada, em posição tônica, nos municípios de Parintins, Tefé, Itacoatiara e Manacapuru. Amazonas*. Fonte: www.letrasamazonicas.ufam.edu.br

- Migliacio, M. C. (2000). *A ocupação pré-colonial do Pantanal de Cáceres, Mato Grosso. Uma leitura preliminar*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP.
- Moreira da Costa, J. E. (2000). *O manto do encoberto: territorialização e identidade dos Chiquitano. Monografia (Especialização em Antropologia)* – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá.
- Moser, G. (1998). *Psicologia Ambiental. Estudos de Psicologia*, 31, 1, 121-130.
- Moser, G. (2002). *La psicología ambiental: del análisis a la intervención dentro de la perspectiva del desarrollo sustentable*. In: GUEVARA, Javier; MERCADO, Serafin. (Orgs.). Fundación Unilibre, 235-261.
- Moser, G. (2003). *Examinando a congruência pessoa-ambiente: O principal desafio para a psicologia ambiental. Estudos de Psicologia*, 8, n.2, 331-333.
- Moyano-díaz, E. (2002). *Política Ambiental como Forma de Sustentabilidade Ambiental e Sociopolítica. Mesa redonda: A Psicologia Ambiental e a Transformação de Realidades Humanas Latino-Americanas em Sociedades Sustentáveis*. In: ICONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIÊNCIA & PROFIS. Anais.
- Núñez Cabeza de Vaca, Á. (1922). *Naufraques e Comentários*. Madrid: Calpe.
- Oliveira, E. de, J., & VIANA, S. A. (1999). *O Centro-Oeste antes de Cabral*. Revista USP, 142-189.
- Oliveira, J. E. e Milheira, R. G.; *Etnoarqueologia de dois aterros Guató no Pantanal: dinâmica construtiva e história de lugares persistentes*. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442020v26n3a208> Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132020000300208
- Palácio, A. P. (1984). *Guató, a língua dos índios canoeiros do rio Paraguai*. Campinas: Tese de Doutorado - Unicamp - IEL.
- Peixoto, J. L., & BEZERRA, M. A. (2004). *Os povos ceramistas que ocuparam a planície aluvial antes da conquista europeia*. In: iv simpósio sobre recursos naturais e socioeconômicos do pantanal. R. F. (2020). Acesso em 30 de 06 de 2020, disponível em Friedrich Ratzel: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/friedrich-ratzel.htm>
- Nupeli (2020). *Núcleo de pesquisas linguísticas*. Acesso em 30 de 07 de 2020, disponível em: <http://nupeli-gela.weebly.com/guatoacute.html>
- Pinheiro, J. Q. (1997). *Psicologia Ambiental: em busca de um ambiente melhor. Estudos de Psicologia*, 2, n.2, 377-398.
- Postigo, A. V. (2009). *Fonologia da língua Guató. Três Lagoas*: Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- Prezia, B. A. (2000). *Os indígenas do planalto paulista nas crônicas seiscentistas e setecentistas*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP.

- Proshansky, H. M., Ittelson, W. H., & Rivlin, L. G. (1970). *Environmental Psychology: man and his physical setting*. New York: Holt Rinehart and Winston, New York.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática.
- Rodrigues, A. D. (2012). "Tupían". In: L. Campbell & V. Grondona (eds.), *The indigenous languages of South America: a comprehensive guide*. De Gruyter Mouton, 495-574.
- Rodrigues, A. D.-J. (1999). Macro-Jê. In: Aikhenvald, A. Y.; Dixon, R. M. W. (Eds.), *The amazonian languages*. Cambridge University Press, 165-206.
- Rondon, F. (1938). *Na Rondonia ocidental*. São Paulo: Nacional.
- Rosa, D. C. (2014). *Teorias sobre a floresta e funções de apego: um estudo sobre a relação das pessoas com a Amazônia*. Recuperado de: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10934>
- Santiago, S. (2006). *Ora (Direis) Puxar Conversa!* UFMG.
- Schmidt, M. (1942). *Hallazgos prehistóricos en Matto Grosso*. Revista de la Sociedad Científica, 1, n.5, 261-262.
- Secid. (04 de jul de 2019). *Comunidades Indígenas*. Acesso em 22 de abr de 2020, disponível em Subsecretaria Especial de Cidadania (SECID/MS): Recuperado de: <http://www.secid.ms.gov.br/comunidades-indigenas-2/>
- Silva, L. F. V. e. (Org.). (2008). *Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira*. Acesso em 22 de abr de 2020 Recuperado de: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Livros/Coletanea-da-Legislacao-Indigenista-Brasileira-2008/1%20-%20Inicio.pdf>
- Silva, G. J. (2015). *De Mbayá-Guaikurú a Kadiwéu: uma sociedade de artistas e guerreiros*. Associação Brasileira das Editoras Universitárias, 934.
- Silveira, B. d., & Kuhn, A. (2019). *Psicologia ambiental e saúde na relação pessoa-ambiente: uma revisão sistemática*. PSI UNISC, 3, n.1.
- Spencer, C. .. (2009). *The roots and branches of environmental psychology*. The Psychologist, 180-183.
- Susnik, B. (1959). *Material arqueológico del área alto-paraguayense*. Boletín de la Sociedad Científica del Paraguay y del Museo Etnográfico Andrés Barbero. 3, 81-103.
- Talarico, I. (2019). *O que é a Psicologia Ambiental?* Recuperado de: <https://www.ecycle.com.br/9013psicologiaambiental.html#:~:text=Unidade%3A%20a%20sensa%C3%A7%C3%A3o%20de%20que,faz%20valer%20a%20pena%20conhecer>
- Vialou, A. V. (2005). *Pré-história do Mato Grosso*. São Paulo: EDUSP.
- Victoriano, C. F. (2006). *Manaã Canoa pantaneira do rio Paraguai: manifestação cultural na comunidade Potreiro, Cáceres, Pantanal Mato-grossense* Dissertação (Mestrado em

Educação - Programa de Pós-graduação em Educação Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá.

Wiesenfeld, E., sanchez, E., & cronick, K. (2002). *La Investigación Acción Participativa como enfoque participativo para abordar temas ambientales*. Instituto de Psicologia Universidad Central de Venezuela.

Wiley, G. (1971). *An introduction to American Archaeology (Vol. II)*. Englewood Cliffs, South America.: Prentice-Hall.

.

Anexos

Anexo 1 - Projeto Político-Pedagógico

EE INDÍGENA JOÃO Q. DE CARVALHO – TOGHOPANAÃ

2020

1- Identificação

Escola Estadual Indígena João Quirino de Carvalho Toghopanã, está situada a aproximadamente 340 km, via fluvial da área urbana da cidade de Corumbá, na Aldeia indígena Uberaba localizada na porção norte do estado de MS entre os paralelos 17°31'54"S e 17°43'32"S e os meridianos 57°40'08"WGr e 57°46'40"WGr, inserida em terras do município de Corumbá, único meio de comunicação é através de umorelhão número (67)4400- 7836. Para se chegar à Aldeia deve-se recorrer à via fluvial ou aérea.

A escola Toghopanã possui uma sede, onde funciona a secretária da escola, na área urbana da cidade de Corumbá, situada à rua sete de setembro, número 179, centro, cep: 79330-030, fone: (67)3231-4504.

Dispõe de um total de três salas de aulas a qual estão matriculados 49 alunos distribuídos em dois turnos, matutino e vespertino, atendendo turmas do ensino fundamental I, II e ensino médio.

CÓDIGO DO INEP DA ESCOLA: 50029746

LOCALIZAÇÃO: área rural

ENDEREÇO: Escola: Ilha Ínsula, Aldeia Uberaba/ Secretaria: Rua sete de setembro nº 179 - centro cep: 79330 - 030

TELEFONE: (67) 3231 - 4504

MUNICÍPIO: Corumbá

E-MAIL: eeijqdc@sed.ms.gov.br

ESTADO: Mato Grosso do Sul

MANTENEDORA: Governo de Estado do Mato Grosso do Sul

DIRETOR: Ademir Francisco de Souza Junior

SECRETÁRIO: Ariovaldo Benites Filho

COORDENADOR PEDAGÓGICA: Laucídio Correia da Costa

2- Apresentação do Projeto Político Pedagógico

Ter um Projeto-político-pedagógico específico bem elaborado é essencial para um bom funcionamento da escola e a sua relação com a comunidade escolar. É necessário que se tenha um conhecimento dos objetivos educacionais que a instituição pretende atingir e os meios disponíveis para isso, ele é o norteador das ações que serão desenvolvidas na unidade escolar dentro dos costumes e tradições culturais da etnia sendo a escola um instrumento de revitalização das mais diversas atividades culturais já mantidos por essa comunidade já que se trata de uma cultura milenar e por isso hoje a etnia já se encontra em estágio de poucos anciãos falantes da língua guató e aqui assegura no nosso PPPI, que a escola juntos com os professores indígenas da própria etnia tem o compromisso de fazer com que essa língua não venha ser esquecida e nem os traços culturais dos nossos antepassados deixam de ser mantidos na comunidade.

Gadotti (2000) destaca que “o projeto pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade. Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais”. Nisto reside a pluralidade de projetos pedagógicos desenvolvidos à luz do marco referencial e a partir de uma efetiva análise da realidade escolar peculiar a cada instituição de ensino.

O PPPI, é o estudo da realidade e do cotidiano escolar para que se possa fazer mudanças gradativas para um melhor aproveitamento do sistema ensino-aprendizagem. O projeto-político-pedagógico Indígena desta escola pretende direcionar o trabalho pedagógico para uma prática de maior valorização do estudante mediante um ensino de qualidade, e valorização da própria cultura e identidade cultural.

O processo de Ensino Específico e Diferenciado para as populações indígenas teve início num período histórico anterior a Constituição de 1988, pelos movimentos indigenistas e os povos indígenas, por essas conquistas ganharam força a partir da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB Lei 9.394/96, que apresenta muitas formas de organização do Ensino sob o princípio da flexibilidade e da autonomia. “Teremos de usar essa vantagem para estimular identidades escolares mais libertas da padronização, as quais formulem e implementem propostas pedagógicas próprias,

inclusive de articulação do Ensino Médio com a educação profissional” (CNE, 2001, p. 75).

A lei de Diretrizes e Bases, da educação nacional, de 1996, completa-se a legislação educacional emanada da constituição de 1988. Em seu título VIII- “das Disposições Gerais”, Artigo 78 e 79, a LDB trata especificamente da educação escolar indígena.

O artigo 78 determina que caberá ao sistema de ensino da união, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com o objetivo de: “1º) proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências; 2º) garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas”.

O artigo 79, estabelece que as responsabilidades originárias da União devem estar compartilhadas com os demais sistemas de ensino, determinando procedimentos para o provimento da educação escolar indígena e salientando que os programas serão planejados com audiências das comunidades indígenas.

Esse PPPI, tem como proposta uma metodologia interativa e participativa. Articulando o desenvolvimento de atividades práticas, como desenvolvimento de ações na área ambiental, e sustentabilidade, experimentação, e incentivo ao cultivo da terra, acesso aos conhecimentos tradicionais dos nossos antepassados Guató.

A LDB (Lei nº 9394/96), em seu art. 12 & I, art. 13 & I e no art. 14 & I e II, estabelece orientação legal de confiar à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. A legislação define normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os princípios estabelecidos pelo art. 14:

“A importância do projeto político-pedagógico específico está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo para as ações da escola. É uma ação intencional que deve ser definida coletivamente, com consequente compromisso coletivo, de forma que atenda os anseios culturais da etnia.”

3- Missão

Preparar os estudantes para que enfrentem de forma crítica os desafios que a vida oferece, respeitando sua cultura e tradições. Neste sentido, o processo de ensino aprendizagem deverá ser realizado de forma crítica e criativa, promovendo pesquisas e buscando trabalhar com a interdisciplinaridade, com intuito de promover o diálogo, formando pessoas autônomas e capazes de contribuir para uma sociedade justa, com princípios morais e éticos, conhecedores de seus direitos e deveres.

A nossa escola tem a missão de educar, orientar, e formar cidadãos através de um ensino de excelência. Ensinar os nossos jovens para vencer qualquer desafio em suas vidas, propiciando um espaço acolhedor, dinâmico e respeitoso para todos que fazem parte da comunidade escolar, sem distinção de raça, cor, credo e etnia. A missão da escola é educar com Amor e Respeito ao próximo.

4- Visão

Ser uma escola que atenda as expectativas da comunidade indígena Guató, centrada na qualidade de ensino, que possibilite ao estudante o alcance de seus ideais, seja na vida profissional ou na vivência em comunidade. Tornando os cidadãos críticos e que valorizem a comunidade e suas identidades culturais.

5- Valores

A identidade Guató, revitalização da Língua materna, ensinamentos tradicionais, cosmologia indígena e conceitos medicinais e respeito à Natureza.

- Respeito aos mais velhos e aos demais semelhantes;
- Ética
- Moral
- Sabedoria
- Respeito
- Criticidade

- . Tolerância
- . Autoestima
- . Integridade
- . Cidadania;
- . Colaboração
- . Compromisso com a comunidade
- . Valorização da família
- . Sustentabilidade

São eixos de bases para uma educação de qualidade e específica voltada a uma comunidade igualitária que inserida na sociedade brasileira e mundial, que merece estar dentro dos mais altos padrões da educação oferecida no país atualmente, para preparar seus educandos para enfrentar os desafios onde os almejem os seus objetivos e perspectivas de futuros.

6- Histórico da Escola

A escola foi criada através do Decreto n.º 11.671 de 04/08/2004 com a denominação Escola Estadual Indígena João Quirino de Carvalho - Toghopanã acompanhada na época pela liderança do S.r. Severo Ferreira (Indígena da etnia Guató) e sua esposa Sr.ª Dalva Maria de Souza Ferreira e toda a comunidade os quais participaram de toda atividade da área.

6.1-Diagnóstico

A comunidade, sobrevive da pesca, sua renda é de 01 salário mínimo em média obtido através de bolsa auxílio dada pelo governo, a escolaridade da maioria é Ensino Fundamental e os que tem Ensino Médio e Ensino Superior dificilmente permanecem na aldeia devido à falta de estrutura para prosseguir, pois, a principal atividade econômica é a pesca artesanal. Praticamente não existe criança fora da escola as que ficam fora de sala de aula é porque não tem idade exigida, há muitos alunos com idade avançada nas séries iniciais do Ensino Fundamental a população é atendida por assistentes de saúde, assistência social periodicamente e pela nossa escola, a qualificação profissional da maioria dos adolescente e adultos é de nível fundamental de hábitos alimentares comum servindo-se de pescados e caça e também já produtos industrializados comprados na cidade. Mais de 90, por cento da população da aldeia já utilizam fogão a gás tem acesso a rede de água tratada fornecida pela SESAI. A escola hoje ainda conta com 50, cinquenta por cento de professores não indígenas, da cidade de Corumbá, contratados pela SED, que se alojam na escola para trabalhar. Uma das maiores dificuldades que a escola enfrenta é a logística de acesso aldeia corumbá, são aproximadamente 380, KM via fluvial e a escola não se dispõe de barco próprio para locomoção de professores e alunos uma vez que precisam ir até a cidade para resolver as partes burocráticas tipo alimentar o sistema da SED, com resultados de notas bimestrais para gerar boletim, ou mesmo para capacitação de professores, já que não há acesso à internet na escola.

7- Organização da Escola

O Corpo docente da escola é formado de 01 Diretor (efetivo) 01 secretários (efetivo) e 07 professores (convocados) sendo 03 da cidade e 04 (da comunidade) e 01 coordenadoras pedagógica indígena.

Situação física da escola

O prédio é constituído de alvenaria em:

A escola possui 02 prédios, assim distribuídos:

03 salas de aula medindo aproximadamente 24 metros quadrados cada: biblioteca/ brinquedoteca, sala de vídeo, sala de multiuso medindo 2,5x4,0 10 metros quadrados;

01 corredores de circulação entre as salas 2 metros de largura por 18 metros de comprimento 01

Sala de utilizada para informática 2,5 m por 4,00m

01 cozinhas medindo 4,00mx 4,00m (16 metros quadrados) 01

Despensa 1,50mx 4,00m (6,00 m quadrados)

01 banheiros masculino com 02 sanitários, 02 lavatórios e 01 chuveiros 01

banheiros feminino com 02 sanitários, 02 lavatórios e 01 chuveiros 02

bebedouros de metal com 04 torneiras e um outro com 01 torneira

02 alojamentos sendo 01 femininos com banheiro e outro masculino com banheiro 03 salas

de aula medindo 5x6 (30 metros quadrados).

Não existe sala de recursos multifuncional

7.a - Proposta de Trabalho para Medidas de Melhoria da Organização da Escola e do Desempenho

Pelo fato da escola estar situada em uma área de campo, será desenvolvida atividades de campo como principal meio de aprendizagem. A gestão escolar busca parceria com várias instituições governamentais e não governamentais, entre elas, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - CPCG, Polícia Militar Ambiental, Embrapa, Prefeitura Municipal de Corumbá, etc. Serão ofertados cursos pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul e pelo NTE (Núcleo de Tecnologia da Educação), assim como capacitação periódica para os Professores e Coordenação pedagógica, previamente agendada pela Gestão Escolar. - Ter um calendário próprio de acordo com as especificidades e particularidade do cotidiano da aldeia e comunidade.

Projetos desenvolvidos na Escola:

PROJETO LEITURA

-Leitura / produção textual Despertar o prazer da leitura e aguçar o potencial cognitivo do aluno promovendo o desenvolvimento do vocabulário, formando a estabilização de forma ortográfica, possibilitando o acesso aos diversos tipos de leitura.

-História da língua guaratô/ artesanato Sistema de produção e manejo

-Sistema de produção e manejo *limpeza da área e cerca mento; *construção dos canteiros; *adubagem e compostagem; *semear; *milho/ ração – (quirela)

-Construção de um jornal regional. Um dos objetivos é fazer com que os alunos informem as atividades e eventos, serviços realizados na comunidade

-Prática Esportiva como forma de interação e socialização entre os indivíduos pertencentes ao meio escolar. Ludicidade / Diálogo.

-Projeto Horta -

Implementar a horta escolar para pesquisa e atividades pedagógicas de diferentes disciplinas.

Será reutilizado um espaço para implementação de horta escolar para uso pedagógico em diferentes componentes curriculares. Serão realizados trabalhos de conscientização referente a hábitos alimentares saudáveis, uso do solo, adubação, além do incentivo à produção de hortas em seus quintais e a complementação da merenda escolar.

O grupo de professores e alunos envolvidos no projeto utilizará uma área existente no fundo da escola, no qual realizarão atividades de pesquisa envolvendo o preparo do solo, adubação e plantio de diversos alimentos como tubérculos, legumes e verduras, cuja produção será utilizada na complementação da merenda escolar. As ações relacionadas à horta escolar serão implementadas em dois espaços área de 30/60 com toda estrutura de irrigação e de estufa, ao qual foi montada pela Secretaria de Estado de Educação e outro espaço com uma área aproximada de 160/40 metros.

No espaço com estrutura de estufa serão priorizados o plantio e experimentos de verduras e legumes de pequeno porte como alface, rúcula, almeirão, chicória, salsinha, coentro, cebolinha, cenoura, rabanete, beterraba, entre outros. No outro espaço será destinado prioritariamente tubérculos e legumes de médio a grande porte e rasteiros como mandioca, batata doce, abóbora, quiabo, berinjela, jiló, feijão entre outros.

Para execução da ação, os professores envolvidos planejarão juntamente com a coordenação pedagógica todo o cronograma e conteúdo a serem trabalhados com os discentes no decorrer da ação e, para melhor compreensão dos estudantes acerca da importância dos organismos vivos no preparo do solo e dos diferentes seres vivos que compõem uma microfauna, será ofertado aulas com uso de microscópio para que os estudantes possam visualizar e compreender fatos que seriam dificultados apenas ao olho nu.

Projeto Educativo

Projeto: Combate a Dengue

Autoria: Prof.^a Jorcimari Picolomini da Costa

Nome do projeto: Combate a Dengue

Participantes: todas as turmas do ensino fundamental ao ensino médio, da Escola Estadual Indígena João Quirino de Carvalho Toghopanaã

Justificativa:

Através deste projeto de Combate a dengue, será possível ampliar os conhecimentos dos alunos em relação ao histórico que a Dengue é uma doença bastante antiga e foi trazida ao continente Americano no final do século XVIII. Desde então a dengue matou milhares de pessoas e hoje é responsável por cerca de 100 milhões de casos, e que juntos podemos combater a proliferação do mosquito transmissor da dengue.

Objetivo Geral:

Verificar e ampliar os conhecimentos dos alunos sobre as doenças causadas pelos mosquitos. Fazer cartazes informativos sobre a dengue e sair com os alunos visitando possível lugar onde os mosquitos, possam se proliferar.

1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar se na aldeia Uberaba já existiu algum caso de dengue.
- Fazer visitas nas casas orientando a comunidade de como combater a dengue.

CONTEUDO:

- Pesquisar informações referente a doença, dengue.
- fazer um relatório e um mapa da aldeia sobre possíveis focos de proliferação do mosquito transmissor da dengue.
- Visitar as casas de todas as famílias da aldeia, orientando-as sobre como combater o mosquito da dengue, que é não deixar água parada, principalmente nos períodos chuvosos, verificar todos os lugares que possam acumular água parada.
- Orientar a comunidade também sobre os sintomas da dengue. E sempre estar procurando orientações médicas para fazer uso correto das medicações.
- Fazer palestra com a apresentação dos responsáveis pela saúde indígena, a equipe médica da SESAI na escola, passando orientações sobre a dengue e como combater essa doença.

TEMPO ESTIPULADO: No 1º e 2º bimestre.

Material necessário: cartolina, canetinhas, lápis, pincel, caderno, lápis, borracha, tinta guache.

DESENVOLVIMENTO:

1º Etapa

Apresentação do projeto aos alunos em sala de aula e explicação teórica do conteúdo com a parceria da equipe

médica do PSE. (Programa Saúde na escola) 2º etapa

Iniciar a pesquisa sobre dengue e as formas de combater o mosquito. 3º etapa

Confeccionar cartazes informativos sobre a dengue;

4º etapa

Fazer visitas nas casas para fazer orientações a comunidade sobre como combater o mosquito da dengue. 5º etapa

Eliminar possíveis focos da proliferação do mosquito da dengue ao redor da escola Toghopenãa.

PRODUTO FINAL: deixar os cartazes exposto para toda a turma da escola, e comunidade ter acesso, as informações sobre a dengue.

AValiação: acompanhar o desenvolvimento dos alunos, como a participação, criatividade no desenvolvimento das atividades do projeto.

Projeto consciência Negra na Escola PROFESSOR COORDENADOR:

LAUCIDIO CORREIA DA COSTA

LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PELA UNIVERSIDADE PITAGORAS DO PARANÁ

Introdução

Sancionada em 09 de janeiro de 2003, a Lei 10.639 instituiu o dia 20 de novembro como **Dia Nacional da Consciência Negra**. De acordo como texto aprovado pelo governo federal, ele deve estar presente no calendário escolar das escolas públicas e privadas de todo o país, do ensino fundamental ao ensino médio.

Outro ponto importante, também sancionado pela Lei, foi que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira passou a ser obrigatório nas escolas. O tema pode ser discutido em todas as matérias, entretanto, o maior destaque fica por conta de Educação Artística, Literatura e História Brasileira.

Tudo isso como objetivo de promover reflexões acerca do reconhecimento da luta e resistência dos negros ao longo da história do Brasil.

O dia 20 de novembro não foi escolhido ao acaso. Nesta data, em 1695, faleceu uma das mais importantes lideranças negras da história brasileira. Zumbi foi líder do quilombo dos Palmares, atuando fortemente contra o sistema escravista e na busca pela liberdade de seu povo. Os quilombos eram locais para onde os escravos que conseguiam fugir se abrigavam. O mais notável deles foi liderado por Zumbi, que ficava na então província de Pernambuco. Zumbi dos Palmares morto durante um combate, justamente enquanto defendia o seu povo.

Mais de quinze anos já se passaram desde a sanção da lei, por isso, muitas escolas já possuem um trabalho sólido em relação ao tema. Há muitas possibilidades com as quais trabalhar, e que vão além das atividades diárias: eventos, exposições, feiras e apresentações culturais são algumas das opções.

Como intuito de auxiliar os professores na hora de preparar as aulas sobre a data o projeto Consciência Negra para educação básica e ensino fundamental I e II e ensino médio que a E.E.I. Toghopenãa oferece, com várias sugestões que podem servir como base para montar diversos planos de aula e abordar a questão da discriminação e preconceito também com os povos indígenas.

O projeto consciência negra na escola, também busca conscientizar seu público, que é formado pela comunidade escolar. Busca assiduamente orientar na questão do racismo e o bullying, que hoje seja um grande problema na sociedade em geral. Notavelmente esses fatos ocorrem decorrente da falta de orientação da parte dessas pessoas

que cometemos mais variados tipos de preconceitos. Consciência negra na escola hoje inclui os indígenas que no Brasil, sofrem discriminação. Assegura este projeto que com estas, ações desenvolvidas dentro da escola indígena fortalecerá seu público no quesito de uma boa orientação como ser humano consciente de uma sociedade diversificada e de valores mútuos que precisam ser respeitados de maneiras igualitárias por todos.

Justificativa

- O Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo. Apesar disso, situações racistas ainda acontecem com certa frequência em diversas esferas da sociedade. A principal maneira de gerar avanços em pensamentos como esses, é justamente por meio da educação.
- E esta não só no sentido apresentado legalmente, mas como meio de fomentar discussões, rever o que foi posto ao longo do tempo, e principalmente estimular reflexões e soluções práticas para que o fim da discriminação racial finalmente seja alcançado em nosso país.
- Celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra é uma forma de levantar questões fundamentais a respeito da importância dos negros na construção da história do povo brasileiro. Para que uma mudança de pensamento aconteça, de fato, é preciso estimular o respeito pelas diferenças desde muito cedo.
- Nos últimos tempos, vários estereótipos foram deixados de lado, entretanto, ainda há muito o que se fazer nesse sentido. Há muitos conceitos presentes no imaginário popular que precisam ser esclarecidos e desmistificados.

Objetivo geral

- Promover a reflexão a respeito da igualdade
- racial; Estimular o respeito às diferenças;
- Conhecer as tradições africanas e identificar de que maneira elas influenciaram a cultura brasileira;
- Desconstruir o conceito de que os africanos eram naturalmente escravos, quando na verdade eles foram escravizados por outros povos;
- Identificar como a cultura africana está presente no nosso cotidiano por meio de músicas, comidas, língua, religião, etc.;
- Trabalhar expressão corporal;
- Conversar a respeito da discriminação e preconceitos baseados na aparência das pessoas.

Objetivo específico

- Promover a reflexão a respeito da igualdade
- racial; Estimular o respeito às diferenças;
- Trabalhar expressão corporal;
- Conversar a respeito da discriminação e preconceitos baseados na aparência das pessoas.
- Abordar a questão dos povos indígenas hoje no Brasil, como estão sendo reconhecidos os seus direitos.
- Apontar que a população indígena do Brasil, também é alvo da discriminação e preconceito na sociedade.

Metodologia

- Roda de leitura com o livro *Menina Bonita do Laço de Fita* – Ana Maria Machado (Ed. Ática, 2000);
- Exibição do DVD do filme cuja protagonista é a primeira princesa negra da Disney: “A princesa e o sapo” (Disney, 2009, 1h38m);
- Elaborar junto dos alunos um glossário com algumas palavras de origem africanas usadas no nosso dia a dia, explicando o significado de cada uma;
- Apresentar o continente africano, localizando-o no mapa mundial, contando um pouco sobre alguns dos países, enfatizando as diferenças entre eles, como objetivo de desconstruir o conceito de que a África é um continente homogêneo;
- Ilustração de histórias usando tinta guache e folha sulfite (Opções: “O Cabelo de Lelê” de Valéria Belém e “O Menino Marrom” de Ziraldo);
- Exposição de pratos típicos; afro brasileiros e indígenas do
- Brasil. Produção textual com base em discussões a respeito da igualdade racial;
- Confecção de painel ou cartazes com imagens de personalidades negras e indígenas notáveis em todo o mundo. Apresentar de forma resumida a história e importância deles para a desconstrução do preconceito.

PROJETO DE SISTEMA DE PRODUÇÃO E LÍNGUA ÉTNICA

PROFESSORES: ZAQUEO DE SOUZA FERREIRA, ELENIR ASSUNÇÃO FERREIRA

TÍTULO DO PROJETO:

OBJETIVO GERAL DO PROJETO:

- Conhecer técnicas para ser implantada na alimentação diária dos alunos e que possa ser levado como experiência para as casas dos alunos ampliando o cardápio de comidas feitas com produtos típicos e naturais da reserva onde se encontra a escola.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Buscar alimentos saudáveis encontrados na flora local;
- Conhecer frutos nativos que podem fazer parte da dieta alimentar dos alunos e da comunidade;
- Incentivar uma alimentação saudável;
- Reconhecer que o peixe é uma fonte saudável e apreciada por muitas pessoas de outras regiões;

JUSTIFICATIVA: O projeto deve atender preferencialmente os alunos da escola para conhecer práticas de culinária com frutos nativos e peixes com receitas que podem ser feitas com poucos ingredientes.

METODOLOGIA:

O projeto será realizado com a ampla participação dos alunos na coleta dos frutos nativos como: frutos do acuri, bocaiuva, chico magro e castanha de bocaiuva.

Os professores irão orientar os alunos na coleta e na limpeza dos frutos que irão ser utilizados no preparo dos bolos, sorvetes, mingau, farinhas, ensopados.

Será realizada a pesca de piranha para ser feito caldo com temperos encontrados na área da aldeia.

A polpa do acuri e da bocaiuva será retirada com a participação dos alunos com a inspeção dos professores da disciplina de sistema de produção para ser feita a farinha desses frutos, já a castanha da bocaiuva será após ser retirada do coco vai ser socada em pilão para ser usada no chimacoco.

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES:

1. Coletas dos frutos nativos.
2. Limpeza dos frutos nativos.
3. Degustação dos pratos feitos.
4. Confecção dos pratos com os frutos nativos.
5. Pesca de piranhas.
6. Limpeza das piranhas.
7. Preparo do caldo de piranha.

Apreciação do caldo.

Projeto: Culturas e tradições indígena guató **Tema:** revitalizando a língua indígena guató.

Justificativa: este projeto será feito através de pesquisas com os anciões da comunidade para resgatar a língua

guató a cultura e tradição para que não venha ser extinta ao longo do tempo pelas futuras gerações, através desse projeto mostrar a importância de preservar a língua guató os costumes e as tradições que temos em nossa comunidade e a valorizar.

Objetivo geral:

Valorizar a língua guató, cultura e tradição que temos em nossa comunidade.

- Conhecer a história do povo indígena guató do
- Conhecer a história da comunidade no passado e nos dias atuais.
- Refletir sobre as ações para a preservação das culturas e as tradições indígenas guató.
- Conhecer os direitos dos indígenas dentro da sociedade, valorizar sua identidade no meio social.

Objetivo específico

Através de pesquisas estamos resgatando a língua guató o qual está sendo trabalhada em sala de aula.

Já temos algumas danças que são realizadas na semana do dia do índio onde a comunidade e os alunos participam desses eventos, os costumes estão um pouco esquecidos pela comunidade, as comidas e bebidas típicas são mantidas por algumas famílias indígenas. Aos poucos trazendo para o cotidiano esses costumes que estavam sendo esquecidos pelo povo indígena guató. Aos poucos vamos conquistar tudo que estava sendo esquecidos e vamos manter no nosso cotidiano. Temos canções na língua guató o qual as crianças cantam na semana do dia do índio e em algumas ocasiões.

Conteúdo:

Pesquisa da língua guató, cultura e tradições.

Moradias tradicionais, dança e culinária indígena guató.

Artesanato, brincadeiras e canções.

Histórias, mitos e lendas.

Materiais:

Filmadora para realizar a pesquisa de filmagem e gravações.

Folha papel sulfite, caneta, lápis e caderno para realizar anotações.

Tempo de trabalho

Será desenvolvido o projeto nos quatro bimestres da seguinte maneira.

1º bimestre: pesquisas da língua guató cultura e tradições.

2º bimestre: moradias tradicionais, dança e culinária indígena guató.

3º bimestre: artesanato, brincadeiras e canções.

4º bimestre: histórias, mitos e lendas.

Professora: Francisca Vasques Alvarenga

Projeto: Prevenção e uso de álcool e drogas

Este projeto tem por objetivo esclarecer a comunidade escolar em relação à prevenção do uso de álcool e drogas, dentro e fora do ambiente escolar, trabalhar a questão do seu uso por jovens e adolescentes na

comunidade escolar, conscientizando e ao mesmo tempo orientando sobre as consequências do seu uso, uma delas a violência gerada pelo uso desta. A viabilização deste projeto decorreu da necessidade de se trabalhar o tema na escola, diante da realidade de violência urbana entre os vários tipos, destacou as drogas lícitas e não lícitas motivo que justificou a execução do projeto pôde desenvolver um trabalho cujos atores principais serão os alunos da escola, com a participação também de seus respectivos professores, além da participação de familiares e comunidade em alguns momentos específicos. A partir dessa integração, será possível termos um maior esclarecimento com relação ao assunto por parte do alunado, além do incentivo a reprodução social no que se refere à prevenção.

Este projeto de intervenção tem como objetivo geral, alertar a comunidade escolar sobre as possíveis consequências, além de prevenir pais e alunos de forma a evitar futuros casos de viciados na comunidade envolvida, que conta com o apoio da equipe diretiva e pedagógica do colégio supracitado, tal intervenção possibilitou que tanto escola, quanto alunos e familiares percebessem que quando unidos fica muito mais fácil enfrentar problemas como o estudado através desta intervenção, pois juntos, comunidade e escola, poderão tomar medidas que garantirão o bemestar dos jovens da comunidade.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço social e pedagógico onde o indivíduo está ali por direito seu, para aprender democracia e prevenir comportamentos desviantes, atitudes não aceitas pela sociedade e fora dos conformes. Enfim, a escola é também um espaço onde o educando deve aprender a se prevenir contra a violência, praticada de forma natural na sociedade em que vivemos.

Trabalhar a violência como consequência do uso de drogas foi o objeto de pesquisa deste projeto de intervenção. Com um trabalho em conjunto com o corpo docente, e comunidade escolar. Todos os envolvidos puderam refletir sobre as principais causas que levam nossos jovens ao vício, começando por drogas lícitas, passando para ilícitas, que acabam por gerar a violência.

O principal objetivo deste trabalho foi formar multiplicadores, conscientes e conhecedores das consequências que levam os jovens a ingressarem no uso de drogas. Se não combater, pelo menos dar o primeiro passo no sentido de reduzir o uso e a violência causada pelo uso de drogas.

A escola também é um espaço onde o educando deve aprender a se prevenir contra a violência, praticada de forma natural na sociedade, principalmente no que se refere à utilização de drogas. Este trabalho tem por finalidade intervir frente à violência no ambiente escolar como consequência do uso de drogas.

Justificativa:

Oportunizar debates e reflexões sobre os fatores sociais, familiares e econômicos que influem no uso de drogas e álcool.

Contribuir na formação e orientação das ações antidrogas;

Orientar os jovens sobre as consequências negativas que têm gerado sérios problemas na sociedade moderna, no tocante a geração jovem.

Pretendeu-se com este projeto de intervenção, orientar o corpo docente, bem como pais e comunidade escolar a se tornarem combatadores do uso de drogas sobre e quaisquer circunstâncias.

O objetivo foi desenvolver junto ao corpo docente e discente da escola um trabalho para melhorar o entendimento as drogas, prevenção e as consequências do consumo.

Ajudar estudantes a analisar sua auto imagem e os efeitos dela no seu comportamento, determinar objetivos pessoais de vida, monitorar progressos nesse sentido, identificar comportamentos e decisões cotidianas que foram influenciadas por outras pessoas, analisar essas situações e aprender a avaliar as consequências de determinados comportamentos antes de adotá-los.

Objetivo geral:

- Ø Esclarecer a comunidade escolar em relação à prevenção do uso de drogas, dentro e fora do ambiente escolar.
- Ø Estimular os alunos através de vídeos educativos sobre álcool e drogas.
- Ø Orientar os educandos que álcool e drogas matam ou se podem adquirir outras doenças fatais.

Objetivo específica:

- Ø Orientar alunos, educadores, pais e familiares na busca de ações coletivas preventivas frente ao uso de drogas;
- Ø Orientar alunos, educadores, pais e familiares na busca de ações coletivas preventivas frente ao uso de drogas;
- Ø Oportunizar debates e reflexões sobre os fatores sociais, familiares e econômicos que influem no uso de drogas;
- Ø Contribuir na formação e orientação das ações antidrogas,
- Ø Ajudar os jovens a reconhecer os mitos e concepções equivocadas disseminadas socialmente, em relação ao cigarro, álcool, medicamentos e drogas ilícitas, assim como lidar com a pressão dos meios de comunicação de massa e dos amigos para usá-las.

Metodologia:

A proposta é uma prevenção através do diálogo com os jovens para os perigos que correm com o uso de álcool e drogas e através desses vídeos serão produzidos cartazes e teatro.

- Ø No primeiro momento será apresentado o tema para os alunos para que estes se familiarizem com o conteúdo proposto.
- Ø No segundo momento os alunos irão ter acesso às mídias onde será mostrado os diversos tipos de drogas e o estrago que elas podem fazer em nossa vida.
- Ø No terceiro momento os alunos com a supervisão da professora irão escrever uma peça de teatro onde eles mesmos serão os atores.
- Ø No quarto momento já com a peça de teatro escrita irão ter início os ensaios.
- Ø No quinto momento será a apresentação do teatro à comunidade escolar e às suas respectivas famílias.
- Ø **Conclusão:** Este projeto nos serviu para mostrar como é difícil se libertar de certos vícios se não tiver o acompanhamento familiar, até que nos prove ao contrário. FAMILIA sempre será a base de tudo. E na sua culminância os alunos envolvidos farão a apresentação de um teatro: onde estarão mostrando a realidade sobre as pessoas que não conseguem se controlar diante da situação vista.

Recursos:

- Ø Será utilizada a mídia da escola para apresentação dos vídeos e documentários sobre os temas a serem apresentados.
- Ø Papel Kraft e cartolina para a construção de cartazes.

Material impresso para que cada aluno tenha um norte para escrever sobre os temas.

Professora: Regiane de Castro Castello.

7.1-Gestão Escolar

A gestão escolar é o processo que rege o funcionamento da Unidade Escolar, compreendendo tomada de

decisão conjunta no planejamento, na execução, no acompanhamento e na avaliação das questões administrativas e pedagógicas. A gestão escolar dentro da Escola Estadual Indígena de Ensino Médio é constituída pelo diretor escolar, secretaria escolar e um coordenador pedagógico.

No caso da direção e coordenação, os profissionais são escolhidos de acordo como aval da comunidade indígena e desenvolve suas atribuições sempre coletivamente, em consonância com as lideranças indígenas, pais e alunos.

Haverá uma avaliação da gestão escolar juntamente com as lideranças e com representantes da Unidade Escolar, para avaliar os projetos propostos.

Conforme estabelece o Regimento Interno da Escola são atribuições do diretor:

Art. 60 – São atribuições do Diretor

Art. 60 – Atribuições do Diretor (a)

- I - Representar a Unidade Escolar; (observação)
- II - Responsabilizar-se junto à Associação de Pais e Mestres e Colegiado Escolar pelo funcionamento da Unidade Escolar;
- III - cumprir e fazer cumprir as legislações do ensino e as determinações legais das autoridades competentes; IV - Manter atualizado o inventário dos bens públicos, zelando por sua conservação;
- V - Apresentar, bimestralmente, à comunidade escolar relatório de desempenho acadêmico dos estudantes, propondo ações de melhoria dos resultados;
- VI - Coordenar as atividades pedagógicas, administrativas e financeiras em consonância com a Associação de Pais e Mestres e o Colegiado Escolar;
- VII - Decidir sobre as transgressões disciplinares dos estudantes e servidores, ouvida a coordenação pedagógica e o Colegiado Escolar, respeitadas as normas vigentes;
- VIII - Executar as determinações emanadas dos órgãos aos quais a Unidade Escolar está subordinada;
- IX - Conceder férias regulamentares aos funcionários da Unidade Escolar;
- X - Articular-se como coordenador pedagógico para a elaboração, implementação e avaliação da Proposta Pedagógica e do Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE e do Regimento Escolar;
- XI - Elaborar plano de aplicação dos recursos financeiros em conjunto com Associação de Pais e Mestres e com o Colegiado Escolar, para avaliação do Órgão competente;
- XII - Gerir os recursos financeiros, em conjunto com a Associação de Pais e Mestres e como Colegiado Escolar; XIII - Encaminhar relatórios e pareceres, sempre que solicitados pelo órgão central;
- XIV - Exercer outras atividades administrativas, que lhe couber ou pertinente ao desempenho das suas funções.

Art. 62 – Atribuições do Secretário (a)

Art. 62 - São atribuições do Secretário da Unidade Escolar:

- I - Realizar atividades de assessoramento à direção escolar;
- II - Responder pela secretaria da Unidade Escolar e apoiar os serviços administrativos;
- III - Analisar, organizar, registrar e documentar fatos ligados à vida escolar dos estudantes e à vida funcional dos servidores lotados na Unidade Escolar;

IV - Atender às informações solicitadas pela Secretaria de Estado de Educação; V - Executar outras tarefas, quando solicitadas, por seus superiores.

Art. 63 – Atribuições do Coordenador Pedagógico

Seção IV Dos Coordenadores Pedagógico

Art. 63 - São atribuições do coordenador pedagógico:

- I - Coordenar a elaboração da Proposta Pedagógica, do Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE, e do Regimento Escolar como diretor, acompanhando a sua execução;
- II - Elaborar e apresentar à direção o plano de trabalho antes do início do ano letivo;
- III - Coordenar o conselho de classe e implementar ações no sentido de melhorar o desempenho dos estudantes;
- IV - Orientar o trabalho dos professores na elaboração, na execução e na avaliação do plano pedagógico, com vistas à adequação à Proposta Pedagógica, e ao currículo escolar;
- V - Considerar a análise dos resultados das avaliações instituídas pela Secretaria de Estado de Educação, como referência, no planejamento das atividades pedagógicas;
- VI - Assessorar, técnica e pedagogicamente, os professores de forma a adequar o seu trabalho aos objetivos da Unidade Escolar e aos fins da educação;
- VII - Acompanhar e orientar, sistematicamente, o planejamento e a execução do trabalho pedagógico realizado pelo corpo docente;
- VIII - Participar de programas de formação continuada que possibilitem o seu aprimoramento profissional e, conseqüentemente, o seu fazer pedagógico;
- IX - Coordenar e incentivar a prática de estudos que contribuam para a apropriação de conhecimentos do corpo docente;
- X - Participar efetivamente das decisões relacionadas à vida escolar dos estudantes;
- XI - Desempenhar outras atribuições de natureza pedagógica que lhe forem solicitadas, por seus superiores;
- XII - Acompanhar e avaliar os resultados do rendimento escolar dos estudantes em conjunto com os professores;
- XIII - Analisar o desempenho dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, redefinindo estratégias com os professores;
- XIV - Elaborar e propor à Secretaria de Estado de Educação projetos, juntamente com a direção escolar, que visem à melhoria acadêmica dos estudantes.

7.2-Organização do Tempo e Espaço

| Relação de Turma por Turno | | | |
|-----------------------------------|---------------------------|--------------|--------------------------------|
| Etapas | Turmas | Turno | Quant. Alunos por Turma |
| Fundamental I | Multiseriada- 1º, 2º e 3º | Matutino | 10 |
| Fundamental I | Multiseriada- 4º e 5º | Matutino | 07 |

| | | | |
|----------------|-------------------------|------------|----|
| Fundamental II | Multisseriada - 6º e 7º | Matutino | 08 |
| Fundamental II | Multisseriada - 8º e 9º | Vespertino | 07 |
| Médio | 1º 2º | Vespertino | 10 |
| Médio | Único 3º ano | Vespertino | 05 |

8- Relações entre a Escola e a Comunidade

A relação entre os dois, escola e comunidade, é muito importante na educação escolar indígena, visto que cada um tem sua própria opinião, e com tais, podemos conseguir uma educação melhor para as crianças e jovens indígenas.

A seguir algumas propostas que visam criar vínculos entre a escola e a comunidade:

- Qualidade de ensino da escola.
- Valorizar a Educação Tradicional da comunidade.
- Participação de anciãos natos nas apresentações e no decorrer das aulas;
- Acompanhamento mais frequente dos pais;
- Participação dos pais nas reuniões e na hora de apresentações de resultados de trabalhos coletivos, como no caso dos projetos;
- Visitar a sala onde o filho estuda.
- Conhecer o Projeto Político Pedagógico da escola.
- Acompanhar aprendizagem dos filhos. E ter conhecimento dos horários dos filhos durante as atividades extracurriculares na escola;
- Conhecer o professor com quem o filho estuda
- Ajudar o filho na tarefa escolar.
- Conhecer os projetos da escola onde seu filho estuda, e quais professores são responsáveis;
- Acompanhar o desempenho do seu filho.

Essas são algumas propostas que a escola propõe para os pais, mas a comunidade também traz sua proposta para discutir com os representantes da escola onde o filho estuda. Entre elas se destacam:

- Artes, culinárias, plantas medicinais e frutíferas/ principais à língua materna guató.
- Proporcionar oficinas com artesãos da comunidade;
- Trabalho coletivo com a comunidade;
- Ensinar a cultura indígena;

Professor (a) indígena da comunidade:

- Qualidade do ensino da escola;
- Ter respeito;
- Educação diferenciada;

- Valorizar língua materna;
- Ensinar o conhecimento universal;
- Ensino na teórica e na prática.

Na comunidade indígena Guató, a escola, a comunidade e as lideranças trabalham coletivamente.

Nessa relação, a liderança também coloca a sua proposta para que possa fortalecer a opinião de cada um.

9- Critérios e Formas de Avaliação de Aprendizagem

A Avaliação de Desempenho de Alunos é parte integrante do processo de aprendizagem, pois sinaliza os pontos que devem merecer mais atenção na assistência a cada estudante para o replanejamento dos conteúdos trabalhados pelo professor, e possibilita aos docentes tomar consciência de seus limites ou erros, refletir sobre sua prática pedagógica, a fim de superar as fragilidades detectadas, visando também uma maior compreensão e maneiras diferenciadas para aplicação dos conteúdos, envolvendo temas e interesses da comunidade e de seu cotidiano, avaliando competências e habilidades. Além das provas escritas e testes, será avaliado o desempenho de suas atividades em sala de aula, nas aulas práticas e através de relatórios, etc.

O direito a uma Educação Escolar diferenciada para os povos indígenas foi assegurado pela Constituição Federal de 1988, passando por várias normatizações e depois ratificado pela Resolução N° 5, de 22 de junho de 2012.

A política de Avaliação da Escola Estadual Indígena de Ensino Médio JOÃO Quirino de Carvalho Toghpanã, estabelece uma educação que obedece aos princípios da educação escolar indígena e está assim organizada.

Avaliação bimestral: divisão do ano letivo em quatro bimestres com a intenção de proporcionar aos alunos a possibilidade de melhor desempenho nas aprendizagens, recuperação de forma contínua e paralela, sistemática e a retomada de conteúdos e o replanejamento por parte dos professores.

A Resolução N° 5, de 22 de junho de 2012 em seu Artigo 17 assim trata da Avaliação no parágrafo primeiro:

“Avaliação, deve estar associada aos processos de ensino e aprendizagem próprios, reportando-se as dimensões de participação e de protagonismos indígenas, objetivando a formação de sujeitos sócio históricos autônomos, capazes de atuar ativamente na construção do bem viver de seus grupos comunitários”

A Avaliação Institucional Externa é responsabilidade do Estado, realizada pela União e pelos entes federados. Nessa forma de avaliação, inclui-se o SAEB, a Prova Brasil, o ENEM e, em Mato Grosso do Sul, o SAEMS.

RESOLUÇÃO/SED N° 3.019, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016.

Art. 2º A avaliação do rendimento escolar dos (as) estudantes da Rede Estadual de Ensino tem como objetivo contribuir para formação de pessoas autônomas, críticas e conscientes, por meio de:

I - Avaliação inicial ou diagnóstica: sua finalidade é identificar os conhecimentos prévios dos (as) estudantes, conceitos, conteúdos e aprendizagens já consolidados em etapas anteriores do processo escolar, podendo ocorrer

no início de uma unidade, período ou ano letivo ou sempre que o (a) docente julgar necessário;

II- Avaliação processual ou formativa: sua finalidade é de verificar se os objetivos de aprendizagens esperados estão sendo alcançados, identificando as dificuldades dos (as) estudantes e auxiliando na reformulação do trabalho didático;

III - avaliação de resultado ou somativa: tem a função de classificar o (a) estudante de acordo com os resultados alcançados no decorrer do processo de aprendizagem, sendo útil para a sua promoção ou retenção ao término do período letivo. Art. 5º A escola deve considerar, no processo avaliativo, os seguintes aspectos:

I- Concepções teóricas, métodos e instrumentos que norteiam a prática de avaliação, realizada pelo (a) docente nas etapas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio;

II- Avaliação clara e objetiva;

III- objetivos bem definidos, com vistas a promover a aprendizagem contrapondo-se ao caráter punitivo

das avaliações;

IV- Ações que contribuam, por meio da avaliação, para a aprendizagem;

V- Utilização de diversas estratégias e instrumentos avaliativos, durante todo percurso formativo do estudante.

Parágrafo único. O (a) coordenador (a) pedagógico (a) deve assistir ao (à) docente em todos os momentos da avaliação, de forma que ela se torne justa e adequada.

Art. 12. A avaliação do rendimento escolar do (a) estudante deverá considerar os procedimentos próprios da recuperação paralela.

§ 1º As escolas deverão oferecer, a título de recuperação paralela de estudos, quando verificado o rendimento insuficiente, novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de avaliação, nos termos do estabelecido nesta Resolução, durante os bimestres, antes do registro das notas.

§ 2º Para atribuição de nota resultante da avaliação das atividades de recuperação paralela de estudos, previsto no parágrafo anterior, deverá ser utilizado o mesmo peso da que originou a necessidade de recuperação, prevalecendo o resultado maior obtido.

§ 3º As atividades referentes ao cumprimento do § 1º e do § 2º deste artigo deverão ser planejadas pelos (as) docentes, juntamente com a coordenação pedagógica da escola.

§ 4º O (a) docente deverá fazer o devido registro, além das atividades regulares, as atividades de recuperação de estudos e seus resultados.

Art. 19. A avaliação da aprendizagem dos (as) estudantes que frequentam turmas de aceleração de estudos é de responsabilidade dos (as) docentes que nelas atuam, apreciada pelo Conselho de Classe.

Art. 20. A escola deverá guardar, em seus arquivos, as atas de ocorrência específicas em que foram apreciados, pelo Conselho de Classe, os resultados da avaliação dos (as) estudantes em conformidade com as normas vigentes.

Art. 21. A obtenção de aceleração de estudos, com aproveitamento suficiente, será registrada nas atas de resultados finais específicas da turma de aceleração de estudos e o (a) estudante deverá ser posicionado (a) no ano compatível com a sua idade.

Art. 22. O registro escolar, dos documentos que atestam os resultados da avaliação da aprendizagem para a devida regularidade da aceleração de estudos, será realizado em conformidade com a legislação vigente.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO DE CLASSE

Art. 29. Com a finalidade de orientar o trabalho pedagógico da escola, é realizado, bimestralmente, a cada ano, o Conselho de Classe, com vistas a redimensionar o trabalho docente ao alcance da aprendizagem dos (as) estudantes.

Art. 30. O Conselho de Classe é uma instância colegiada de natureza consultiva e deliberativa integrante da estrutura das escolas estaduais, com função específica de sugerir medidas adequadas à aprendizagem e à avaliação do rendimento escolar, com as seguintes prerrogativas:

I- análise do processo de aprendizagem desenvolvido e com a proposição de ações para a sua melhoria;

II- Avaliação da prática docente, no que se refere à metodologia, aos conteúdos programáticos e à totalidade das atividades pedagógicas realizadas;

III- avaliação dos (as) envolvidos (as) no trabalho educativo e a proposição de ações para a superação das dificuldades;

IV- Definição de novos critérios para a avaliação e sua revisão, quando necessário;

V- Apreciação, em caráter deliberativo, dos resultados das avaliações dos (as) estudantes apresentados individualmente pelos (as) docentes;

VI- decisão pela promoção ou retenção dos (as)

estudantes. Art. 31. O Conselho de Classe será

composto por:

I- Docentes da turma;

II- direção da escola ou seu representante;

III- coordenação pedagógica;

IV- Estudantes, quando for o caso;

V- Pais ou responsáveis, quando for o caso.

Art.32.O Conselho de Classe será realizado, ordinariamente, por turma, bimestralmente, nos períodos que antecedem ao registro definitivo do rendimento dos (as) estudantes no processo de apropriação de conhecimento.

Art.33.A coordenação dos trabalhos do Conselho de Classe será assumida pela coordenação pedagógica, ou na falta desta por um(a) docente escolhido (a) entre os (as) participantes do colegiado.

Art.34. O Conselho de Classe tem por competência:

I- Analisar os dados resultantes da avaliação da aprendizagem dos (as) estudantes;

II- Identificar as causas do processo de aprendizagem do (a) estudante com resultados insuficientes, sugerindo alternativas para saná-las;

III- acompanhar o processo de aprendizagem dos (as) estudantes e analisar seus resultados, a fim de aperfeiçoá-lo;

IV- Analisar o desempenho da turma como um todo, tendo como parâmetro a organização dos conteúdos e o plano de aula do (a) docente;

V- Proceder a uma análise criteriosa do rendimento escolar do (a) estudante, por todos os participantes do conselho;

VI- Sugerir encaminhamentos metodológicos para o próximo bimestre;

VII- decidir sobre o significado dos símbolos ou conceitos utilizados nas transferências de estudantes oriundos de outras instituições de ensino.

Parágrafo único. Situação limítrofe é o número de pontos necessários para aprovação do estudante, quando não foi atingida a nota mínima exigida para aprovação.

Art. 36 O Conselho de Classe reunir-se-á, ordinariamente, ao final de cada bimestre e, extraordinariamente, quando convocado.

§ 1º Para as ações do Conselho de Classe terem efeito legal será necessária a presença do (a) diretor (a) ou diretor(a) ou coordenador(a) pedagógico(a) e, no mínimo, de 70% (setenta por cento) do corpo docente.

§ 2º A porcentagem mínima estabelecida no parágrafo anterior será extensiva ao corpo discente quando da participação de todos(as) os(as) estudantes da turma, se houver.

Art. 37. A reunião do Conselho de Classe após o exame final deverá contar com 80% do corpo docente.

Art. 38. Fica impedido ao Conselho de Classe deliberar sobre a aprovação como limite de faltas acima do percentual previsto em lei.

Art. 39. Em se tratando de estudante que após a realização dos exames finais persistirem em situações limítrofes,

deve ser tomada decisão conjunta e coerente do conselho para a possibilidade de alteração dos resultados do rendimento escolar.

Parágrafo único. Para o cumprimento do *caput* deste artigo deve ser respeitado o índice de 80% de aprovação nos demais componentes curriculares e/ou disciplinas pelo (a) estudante e anuência da direção e coordenação pedagógica.

Art. 40. O (a) docente responsável pelo componente curricular e/ou disciplina da retenção, após exame final, poderá deixar de participar do Conselho de Classe, tendo em vista que já foi expresso o resultado do rendimento escolar por esse profissional.

Parágrafo único. O colegiado do Conselho de Classe é soberano na decisão de situações limítrofes e o(a) docente envolvido(a) nessa situação deverá acatar a decisão desse colegiado.

Art. 41. As atividades do Conselho de Classe devem ser registradas em ata de ocorrência e assinada por todos os participantes.

Art. 42. Quando da reunião do Conselho de Classe, como objetivo de deliberar sobre a aprovação ou não do (a) estudante, por razão de situação limítrofe, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

- I- Elaborar um novo canhoto fazendo constar neste somente os (as) estudantes que foram considerados (as) aprovados (as) na reunião do Conselho de Classe;
- II- Registrar o aproveitamento como valor mínimo igual ao exigido no exame final, para aprovação;
- III- observar no novo canhoto dados sobre a ata da reunião do Conselho de Classe, constando número, data e assinaturas dos (as) participantes;
- IV- Manter inalterado o primeiro canhoto dos resultados do exame final, elaborado pelo (a) professor (a) que motivou a retenção;
- V- Arquivar os canhotos do exame final e do Conselho de Classe juntamente com os demais da mesma turma e ano.

Art. 44. Quando do cálculo da média final, deverão ser considerados os dois canhotos, sendo:

- I - O inicialmente elaborado pelo (a) docente, no qual não houve alteração por decisão do Conselho de Classe;
- II - o novo, elaborado pelo (a) coordenador(a) do Conselho de Classe, conforme decisão tomada.

Art. 45. Quando da expedição de qualquer documento escolar, deve ser transcrito o que consta na ata de resultados finais, sem a necessidade de observação sobre o processo de aprovação pelo Conselho de Classe.

CAPÍTULO V DAS ATIVIDADES AVALIATIVAS

Art. 46. O (a) docente deverá adotar diversas atividades avaliativas e estratégias de ensino, com objetivos claramente definidos em cada atividade proposta.

Art. 47. O (a) docente deve planejar, elaborar, orientar, supervisionar, acompanhar e redimensionar as atividades avaliativas, quando necessário, garantindo que os objetivos educativos determinados sejam alcançados.

Art. 48. Cabe à direção e coordenação pedagógica acompanhar a aplicação de diversas atividades avaliativas, com vistas à aprendizagem dos (as) estudantes.

A Avaliação bimestral deverá ser realizada na Estadual Indígena de Ensino Médio Toghopenã, obedecendo aos seguintes critérios:

- O professor deverá realizar durante o bimestre no mínimo uma avaliação escrita e outras que
- devam ser: Apresentação de Seminários que podem ser atividade individual ou em grupo.
- Ditado de palavras nas disciplinas de (Espanhol, Guatô e Inglês e Língua
- Portuguesa). Observações:
 - Trabalhos e listas de exercícios em (Química, Física, Matemática, etc.)
 - Produções Textuais.
- Apresentação de trabalhos de todas as
- disciplinas. Presença e participação em sala de aula.
- Ressalta-se que em hipótese alguma o aluno terá ao final do bimestre uma única avaliação realizada pelo professor.
- Atividades extraclasse (participação em jogos, aula de campo, torneios, danças tradicionais e outras) e demais de acordo como planejamento do professor.

A avaliação escolar é um momento de reflexão contínua, onde o agente mediador do processo de ensino e aprendizagem é o professor. Tendo em vista que a aprendizagem é um processo, segue, por exemplo, os seguintes critérios para avaliar:

- Prova escrita dissertativa;
- Prova escrita de questões objetivas;
- Questões certo - errado (C ou E);
- Questões de lacunas (para completar);
- Questões de correspondência;
- Questões de múltipla escolha;
- Questões de interpretação de texto;
- Questões de identificação;
- Participação nas discussões dos conteúdos em sala de aula;
- Participação das discussões com as comunidades, lideranças, na reunião dos pais, com gestão escolar e colegiado.
- Comprometimento com as tarefas
- assumidas; Frequência e assiduidade;
- Interesse e envolvimento na execução de tarefas em grupo;
- Prova/Teste;
- Cumprimento das
- tarefas;
- Responsabilidade;
- Respeito pelos outros; observação
- Capacidade de autonomia;
- Presença do material
- necessário; Assiduidade e pontualidade.

A avaliação deve orientar os estudantes acerca dos saberes, das capacidades das atitudes que eles têm que desenvolver. Deve de propiciar condições de desenvolver o espírito crítico e avaliar o seu conhecimento.

Recuperação

A recuperação da aprendizagem é realizada a medida de que forem detectadas deficiências no processo e aprendizagem e no rendimento do aluno, possibilitando assim melhorar suas notas e evitar a desistência e reduzir o abandono escolar.

Exame Final

O aluno que não atingir frequência mínima de 75% da carga horária a que esteja obrigado a cursar não terá direito de prestar o exame final, independentemente dos resultados obtidos no aproveitamento durante o ano letivo.

O Exame final obedecerá às normas legais estabelecida pela SED (Secretaria de Estado de Educação) e serão realizadas de acordo como Calendário Escolar do Ano Letivo em Curso.

10- Acompanhamento do Processo de Ensino e Aprendizagem

10.a- Conselho de Classe

RESOLUÇÃO/SED Nº 3.019, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO DE CLASSE

Art. 29. Com a finalidade de orientar o trabalho pedagógico da escola, é realizado, bimestralmente, a cada ano, o Conselho de Classe, com vistas a redimensionar o trabalho docente ao alcance da aprendizagem dos (as) estudantes.

Art. 30. O Conselho de Classe é uma instância colegiada de natureza consultiva e deliberativa integrante da estrutura das escolas estaduais, com função específica de sugerir medidas adequadas à aprendizagem e à avaliação do rendimento escolar, com as seguintes prerrogativas:

I- análise do processo de aprendizagem desenvolvido e com a proposição de ações para a sua melhoria;

II- Avaliação da prática docente, no que se refere à metodologia, aos conteúdos programáticos e à totalidade das atividades pedagógicas realizadas;

III- avaliação dos (as) envolvidos (as) no trabalho educativo e a proposição de ações para a superação das dificuldades;

IV- Definição de novos critérios para a avaliação e sua revisão, quando necessário;

V- Apreciação, em caráter deliberativo, dos resultados das avaliações dos (as) estudantes apresentados individualmente pelos (as) docentes;

VI- decisão pela promoção ou retenção dos (as)

estudantes. Art. 31. O Conselho de Classe será composto por:

I- Docentes da turma;

II- direção da escola ou seu representante;

III- coordenação pedagógica;

IV- Estudantes, quando for o caso;

V- Pais ou responsáveis, quando for o caso.

Art.32.O Conselho de Classe será realizado, ordinariamente, por turma, bimestralmente, nos períodos que antecedem ao registro definitivo do rendimento dos (as) estudantes no processo de apropriação de conhecimento.

Art.33.A coordenação dos trabalhos do Conselho de Classe será assumida pela coordenação pedagógica, ou na falta desta por um(a) docente escolhido (a) entre os (as) participantes do colegiado.

Art.34. O Conselho de Classe tem por competência:

- I- Analisar os dados resultantes da avaliação da aprendizagem dos (as) estudantes;
- II- Identificar as causas do processo de aprendizagem do (a) estudante com resultados insuficientes, sugerindo alternativas para saná-las;
- III- acompanhar o processo de aprendizagem dos (as) estudantes e analisar seus resultados, a fim de aperfeiçoá-lo;
- IV- Analisar o desempenho da turma como um todo, tendo como parâmetro a organização dos conteúdos e o plano de aula do (a) docente;
- V- Proceder a uma análise criteriosa do rendimento escolar do (a) estudante, por todos os participantes do conselho;
- VI- Sugerir encaminhamentos metodológicos para o próximo bimestre;
- VII- decidir sobre o significado dos símbolos ou conceitos utilizados nas transferências de estudantes oriundos de outras instituições de ensino.

Parágrafo único. Situação limítrofe é o número de pontos necessários para aprovação do estudante, quando não foi atingida a nota mínima exigida para aprovação.

Art. 36 O Conselho de Classe reunir-se-á, ordinariamente, ao final de cada bimestre e, extraordinariamente, quando convocado.

§ 1º Para as ações do Conselho de Classe terem efeito legal será necessária a presença do (a) diretor (a) ou diretor (a) ou coordenador (a) pedagógico (a) e, no mínimo, de 70% (setenta por cento) do corpo docente.

§ 2º A porcentagem mínima estabelecida no parágrafo anterior será extensiva ao corpo discente quando da participação de todos (as) os (as) estudantes da turma, se houver.

Art. 37. A reunião do Conselho de Classe após o exame final deverá contar com 80% do corpo docente.

Art. 38. Fica impedido ao Conselho de Classe deliberar sobre a aprovação como limite de faltas acima do percentual previsto em lei.

Art. 39. Em se tratando de estudante que após a realização dos exames finais persistir em situações limítrofes, deve ser tomada decisão conjunta e coerente do conselho para a possibilidade de alteração dos resultados do rendimento escolar.

Parágrafo único. Para o cumprimento do *caput* deste artigo deve ser respeitado o índice de 80% de aprovação nos demais componentes curriculares e/ou disciplinas pelo (a) estudante e anuência da direção e coordenação pedagógica.

Art. 40. O (a) docente responsável pelo componente curricular e/ou disciplina da retenção, após exame final, poderá deixar de participar do Conselho de Classe, tendo em vista que já foi expresso o resultado do rendimento escolar por esse profissional.

Parágrafo único. O colegiado do Conselho de Classe é soberano na decisão de situações limítrofes e o (a) docente envolvido (a) nessa situação deverá acatar a decisão desse colegiado.

Art. 41. As atividades do Conselho de Classe devem ser registradas em ata de ocorrência e assinada por todos os participantes.

Art. 42. Quando da reunião do Conselho de Classe, como objetivo de deliberar sobre a aprovação ou não do (a) estudante, por razão de situação limítrofe, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

- I- Elaborar um novo canhoto fazendo constar neste somente os (as) estudantes que foram considerados (as) aprovados (as) na reunião do Conselho de Classe;
- II- Registrar o aproveitamento como valor mínimo igual ao exigido no exame final, para aprovação;
- III- observar no novo canhoto dados sobre a ata da reunião do Conselho de Classe, constando número, data e assinaturas dos (as) participantes;
- IV- Manter inalterado o primeiro canhoto dos resultados do exame final, elaborado pelo (a) professor (a) que motivou a retenção;
- V- Arquivar os canhotos do exame final e do Conselho de Classe juntamente com os demais da mesma turma e ano.
- Art. 44. Quando do cálculo da média final, deverão ser considerados os dois canhotos, sendo:
- I- O inicialmente elaborado pelo (a) docente, no qual não houve alteração por decisão do Conselho de Classe;
- II- o novo, elaborado pelo (a) coordenador (a) do Conselho de Classe, conforme decisão tomada.
- Art. 45. Quando da expedição de qualquer documento escolar, deve ser transcrito o que consta na ata de resultados finais, sem a necessidade de observação sobre o processo de aprovação pelo Conselho de Classe.

11- Indicadores de Qualidade

Os indicadores de qualidade na Educação Indígena baseiam-se numa visão ampla de qualidade educativa e, por isso, abrangem sete dimensões:

- Ambiente educativo;
- Prática pedagógica e avaliação;
- Ensino e aprendizagem da leitura e da escrita; Gestão escolar democrática;
- Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola; Ambiente físico escolar;
- Acesso e permanência dos alunos na escola.

12- Formação Continuada

É possibilitada a formação continuada aos educadores durante o ano letivo, com dias previamente estipulados em calendário escolar. Bem como web conferências e capacitações disponibilizadas para coordenação, direção, professores e P.O. (professor orientador) de Projeto. É proporcionado ainda aos docentes, dias de estudo dentro do calendário da educação escolar. Nestes dias são discutidos temas variados de interesse da escola, objetivando a melhoria da qualidade de ensino e o aprofundamento de questões teóricas e metodológicas acerca da educação.

- Formação continuada para coordenador e professor e equipe da CRE e SEDMS.

- CONDUÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DESLOCAREM PARA PARTICIPAR DAS FORMAÇÕES.

- Meio de transporte via fluvial para deslocamento de professores e alunos em atividades relativo a escola tanto na aldeia quanto ao acesso à cidade para fins exclusivo de assunto em prol da escola.

- Mais visita técnica da CRE e SED, na escola para fins de manter o bom resultado e diálogo direto entre as partes.

- Acesso à internet

- Sala de recursos.

- Biblioteca completa e equipada

- Capacitação do profissional de informática.
- Material (ferramentas) para confecções de artesanatos em oficinas nas aulas da disciplina sistema de produção.
- FORMAÇÃO EM:
- Prevenção as DST.
- PREVENÇÃO AS DROGAS E AO ALCOLISMO.
- Infraestrutura para esporte lazer, (quadra de esporte)
- ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
- HIGIENE ALIMENTAR
- HIGIENE PESSOAL.
- ALUNOS ESPECIAIS DIREITO AO MONITOR EM SALA (acompanhante)
- Saúde INDIVIDUAL E COLETIVA.

13- Avaliação Interna

A Avaliação Interna visa permitir à escola rever seus objetivos e metas mediante a ação dos diversos segmentos da comunidade educativa. Então, pressupõe-se a delimitação de indicadores compatíveis com a natureza e a finalidade da unidade escolar.

Na escola indígena, a metodologia inclui a oralidade e a produção textual dos conhecimentos debatidos e refletidos em sala de aula e nas aulas de campo. Essa dinâmica garante que o processo de ensino aprendizagem aconteça de forma interativa e participativa. Essa metodologia cria espaço para a fruição do sistema de educação indígena dialogar com os conhecimentos escolares, como possibilidade de construção de um novo método de ensino na escola indígena.

Além das normas de avaliação atualizada que são:

- a. Observação diária do docente;
- b. Trabalho de pesquisa individual e coletiva;
- c. Testes, provas orais ou escritas com critérios de zero a dez;
- d. Resolução de exercício;
- e. Comportamento e Participação
- f. Planejamento, execução e apresentação de experiências ou projetos;
- g. Relatórios;
- h. Trabalhos práticos;
- i. Outras técnicas e / ou instrumentos que o docente julgue conveniente.
- j. Avaliação Mensal
- k. Avaliação Bimestral

14- Comissões de Elaboração do Projeto Político Pedagógico

Diretor: Ademir Francisco de Souza

Junior Secretário: Ariovaldo Benites

Filho Coordenador: Laucídio Correia da

Costa Professores:

Karla

Karoline

Mariléia

Duarte

Regiane Castro Castelo

Francisca Vasques Mendes

Jorcimari Picolomini

Zaqueo de Souza

Ferreira Elenir Assunção

15- Avaliação do Projeto Político e Equipe Responsável pela Aprovação

Diretor: Ademir Francisco de Souza Junior

Presidente do Colegiado: Arioaldo Benites Filho

Coordenador pedagógico: Laucidio Correia da Costa

Supervisora de Gestão: Erica Oliveira do Espírito Santo Gonçalves

16- Referências

Mato Grosso do Sul. Secretaria de Educação; Referencial curricular 2012 Ensino Médio/Secretaria de Educação do estado de Mato Grosso do Sul. –Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação de MS, 2012; 206 p.

LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96; Dezembro,1996, Brasília.

Betini, Geraldo Antônio, A Construção do Projeto Político da Escola, Revista Pedagógica Unipinhal Vol. 1, n.3 Jan/Dez 2005.